

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES E GESTÃO
J A N E I R O A D E Z E M B R O

1998
1998
1998

1998
1998
1998
1998
1998
1998



SERPRO

Empresa do Ministério da Fazenda

| | |
|--|-----------|
| 1.0. APRESENTAÇÃO | 3 |
| 2.0. ORGANIZAÇÃO | 5 |
| 2.1. <i>Estrutura da Gestão</i> | 6 |
| 2.2. <i>Modelo de Organização e Gestão</i> | 7 |
| 3.0. ATIVIDADES | 10 |
| 3.1. <i>Medidas de Ajuste para 1998</i> | 11 |
| 3.2. <i>Projeto Ano 2000</i> | 14 |
| 3.3. <i>Plano de Ações Globais</i> | 15 |
| 3.4. <i>Processo de Qualidade</i> | 16 |
| 4.0. GESTÃO EMPRESARIAL | 17 |
| 4.1. <i>Análise Econômico-Financeira</i> | 18 |
| 4.2. <i>Gestão de Negócios</i> | 28 |
| 4.3. <i>Gestão de Infra-Estrutura</i> | 57 |
| 4.4. <i>Consultoria Jurídica e Auditoria</i> | 77 |
| 4.5. <i>Seguridade Social</i> | 90 |



APRESENTAÇÃO



1.0. APRESENTAÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, Empresa Pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei n.º 4.516, de 1º de dezembro de 1964, atualmente regida pela Lei n.º 5.615, de 13 de outubro de 1970, “tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, bem assim a prestação de assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade” (Art. 1º do Estatuto).

“São finalidades:

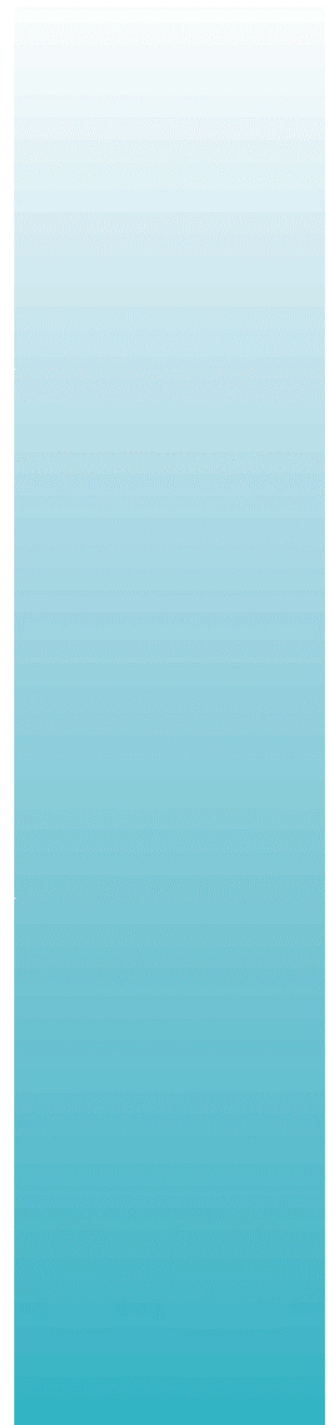
- I. atender, prioritariamente, com exclusividade, aos Órgãos do Ministério da Fazenda;
- II. aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, mediante contratação;
- III. viabilizar soluções no campo da modernização e apoio à tomada de decisão no âmbito da Administração Pública;
- IV. atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V. incentivar o desenvolvimento do setor de informática, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal” (Art. 3º do Estatuto).

O SERPRO integra o Orçamento Geral da União - OGU, desde maio de 1989 e, em decorrência da contraprestação de serviços ao Ministério da Fazenda, seu orçamento contém subvenção econômica, basicamente para pagamento de pessoal, além de recursos diretamente arrecadados da venda de serviços, recursos esses indispensáveis à cobertura de despesas e investimentos, os quais não são cobertos por transferências diretas do Tesouro Nacional.

Tendo em vista a Reforma Administrativa do Governo Federal, a Empresa promoveu duas revisões no seu Estatuto, uma vez que a Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, assim como o Decreto n.º 747, de 19 de fevereiro de 1993, dentre outros, impactavam o seu pleno funcionamento. A primeira foi aprovada pelo Decreto n.º 1.451, de 11 de abril de 1995 e publicado no DOU, de 12 de abril de 1995. A segunda, por meio do Decreto n.º 2.154, de 20 de fevereiro de 1997, que alterou os Art. 6º, 8º, 15, 19 e incluiu o Art. 25.

A decisão do Conselho Diretor do SERPRO, em 06.10.98, que estabeleceu diretrizes e fixou metas para a Empresa, nos exercícios de 1998 e 1999, dentre as quais limitou a prestação de serviços da Empresa, tão somente, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, a partir de janeiro de 1999, foi homologada pela Portaria nº 273, do Ministério da Fazenda, em 13.10.98.

O presente Relatório de Gestão, referente ao período de janeiro a dezembro de 1998, atende a disposição legal definida na Seção II, Art. 18, incisos I a XI, e Art. 19, incisos I a XIII da Instrução Normativa SFC/Nº 04, de 24.12.1996, publicada no DOU de 27.12.96, Seção I, páginas 28722 a 28729.



ORGANIZAÇÃO



2.0. ORGANIZAÇÃO

2.1. ESTRUTURA DA GESTÃO

A administração do SERPRO tem a seguinte composição:

“**CONSELHO DIRETOR** - Órgão de orientação superior do SERPRO, integrado por:

- I. quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho;
- II. o Diretor-Presidente do SERPRO, que substituirá o Presidente do Conselho, nas suas faltas e impedimentos eventuais;
- III. um membro indicado pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado;
- e
- IV. um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.” (Art. 6º do Estatuto).

“O Conselho Diretor, assim denominado por força do disposto no Art. 6º da Lei nº 5.615, de 1970, equipara-se, para todos os efeitos, aos conselhos de administração, referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das Empresas Públicas” (§ 1º do Art. 6º do Decreto nº 2.154, de 20 de fevereiro de 1997).

“Os membros do Conselho Diretor serão nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda” (§ 2º do Art. 6º do Decreto nº 2.154, de 20 de fevereiro de 1997).

“**CONSELHO FISCAL** - Órgão de fiscalização, constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com mandato de um ano, admitida uma recondução, por igual período” (Art. 14 do Estatuto).

“Um dos membros do Conselho Fiscal será o representante do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor” (§ 1º do Art. 14 do Estatuto).

“**DIRETORIA** - Órgão executivo, composto por:

- I. um Diretor-Presidente;
- II. um Diretor-Superintendente; e
- III. quatro Diretores” (Art. 9º do Estatuto).

“Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, todos com mandato de quatro anos, permitida a recondução” (§ 1º do Art. 9º do Estatuto).

“Pelo menos dois membros da Diretoria serão escolhidos dentre os empregados do SERPRO” (§ 2º do Art. 9º do Estatuto).

UNIDADES DE GESTÃO, divididas em três classes:

- **Unidade Corporativa (UC)** com a finalidade de apoiar a Diretoria Colegiada nos assuntos comuns a toda a Organização, formula e controla o cumprimento de políticas e diretrizes de modo a garantir a evolução permanente do SERPRO;
- **Unidades de Negócio (UN)**, responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do SERPRO, interage com o cliente externo para garantir a Missão da Empresa; e
- **Unidades de Infra-Estrutura (UI)**, responsáveis pelas atividades comuns às Unidades de Negócio, com o objetivo de garantir qualidade e eficiência na operação dos processos.

ÓRGÃOS DE CONSULTORIA E APOIO, constituídos pela Auditoria Geral - AUDIG, subordinada ao Conselho Diretor, pelo Gabinete do Diretor-Presidente - GABDP e pela Consultoria Jurídica - COJUR, para assessoria e apoio direto ao Diretor-Presidente.

2.2. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Com o objetivo de melhor adequar-se à Missão da Empresa, na prestação de serviços, o SERPRO adotou um Modelo de Organização e Gestão específico, moderno e ágil, pautado em uma estrutura estratégica, que atende a um conjunto de premissas, a saber:

- atender as necessidades dos clientes;
- prestar serviços com elevado padrão de qualidade;
- ter empregados motivados e satisfeitos;
- operar com equilíbrio econômico; e
- empregar tecnologia adequada.

O Modelo de Organização e Gestão está estruturado em oito blocos interdependentes, que se realimentam permanentemente e criam uma dinâmica de funcionamento contínuo, a saber:

- **Monitoramento do Campo Estratégico e do Mercado** - responsável por captar as tendências e expectativas tecnológicas de mercado, gestão e políticas e repassá-las à Empresa, visando o aumento permanente da competitividade;
- **Planejamento** - recebe essas tendências e expectativas, e de posse de informações também do ambiente interno, gera Planos Globais e Setoriais que vão dimensionar tanto as atividades do dia-a-dia (rotina), quanto as mudanças necessárias ao avanço do SERPRO (Transformação);
- **Reavaliação do Modelo Organizacional** - recebe informações do planejamento, descreve as atribuições de cada órgão, a partir do desdobramento dos macroprocessos e estabelece as fronteiras de relacionamento entre as unidades organizacionais, além de definir o modo de funcionamento da direção da Empresa, o processo decisório a ser estabelecido e os níveis de delegação necessários;

- **Instrumentos de Medição e Controle (Indicadores)** - administra os indicadores gerados em dois níveis: no nível corporativo, a partir das definições estratégicas e da Diretoria e no nível setorial a partir das definições de atribuições de cada Órgão e dos requisitos de Qualidade e Produtividade necessários. Este bloco realimenta o Planejamento, para permitir o estabelecimento de metas em todos os níveis e alimenta o bloco de "Avaliação Sistemática";
- **Sistemática de Contratos Internos e Externos** - trabalha a partir dos relacionamentos inter-órgãos gerados no bloco Reavaliação do Modelo Organizacional e estabelece a relação de produtos e serviços, a capacidade de cada unidade de prestação de serviços internos e a análise crítica de solicitações dos clientes. É, então, gerada a sistemática propriamente dita, que vai reger as relações entre as Unidades de Negócio e seus clientes e fornecedores, permitindo ainda a decisão sobre terceirizações e privatizações de serviços;
- **Gerência de Processos (Execução)** - define as orientações para, planejamento, organização, execução, controle e avaliação de projetos e atividades, incluindo a gestão de clientes e fornecedores, de acordo com os Planos Globais e Setoriais, gerando informações e resultados para o bloco Avaliação Sistemática e cumprindo as diretrizes do Sistema de Garantia da Qualidade;
- **Avaliação Sistemática** - faz a avaliação do processo de gestão como um todo, realimentando cada um dos blocos anteriores, através de informações em dois níveis: nível setorial, com os critérios do Prêmio SERPRO de Qualidade (PSQ) e agregados de projeto e/ou atividades, e nível corporativo, com os critérios do PNQ e agregados dos níveis setoriais. Outra avaliação corporativa é feita por intermediário dos indicadores gerenciais. Completando este bloco, temos as atividades de inspeção e auditoria, realizadas de acordo com o Sistema de Garantia da Qualidade; e
- **Sistema de Garantia da Qualidade** - organiza e orienta todas as atividades necessárias a garantir a Qualidade de serviços prestados pelo SERPRO. Recebe e fornece informações para o bloco Reavaliação do Modelo Organizacional, definindo responsabilidades e interrelações e interage com o bloco Planejamento para instituir a política e objetivos da Qualidade. Além disso, fornece orientações para a elaboração de diretrizes para a garantia da Qualidade, que serão entradas para Gerência de Processos e para Avaliação Sistemática.

A estrutura organizacional do SERPRO, que opera o Modelo adotado a partir do segundo semestre de 1997, é constituída por Unidades de Gestão responsáveis por processos específicos que, interligadas e alinhadas, realizam a evolução da Empresa.

As Unidades de Negócio (UN) são responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do SERPRO, dentro do escopo previsto na Missão da Empresa. Sua operação requer forte interação com os clientes para conduzir com eficácia as seguintes atividades:

- criar e aproveitar as oportunidades de negócios;
- desenvolver soluções inovadoras;

- contratar, com o cliente, a execução de produtos ou serviços;
- executar os serviços contratados;
- zelar pela satisfação dos clientes; e
- faturar, cobrar e receber pelos serviços prestados.

As Unidades de Infra-Estrutura (UI) atuam nas atividades que são comuns a duas ou mais Unidades de Negócio. Seu objetivo é a qualidade e a eficiência na operação dos processos, obtendo economia de escala, por intermédio do compartilhamento de recursos e da redução de custos.

A Unidade Corporativa (UC) tem por finalidade apoiar a ação da Diretoria Colegiada nos assuntos que são comuns a toda a Organização (Processos Corporativos). O principal objetivo da UC, em apoio à Diretoria, é garantir a evolução permanente da Empresa, formulando e controlando o cumprimento de políticas e mantendo a identidade empresarial.

A integração e articulação das ações da Empresa são complementadas por meio de grupos organizacionais interáreas (GI), não permanentes, podendo ser constituídos em dois formatos: GI diretivos, que tratam de temas de negócios ou infra-estrutura; e GI executivos, que tratam de temas corporativos.

Finalmente, o funcionamento do modelo se completa com a realização de fóruns específicos que têm características de encontros periódicos com clientes e fornecedores, para intercâmbio de experiências, divulgação de produtos (clientes), captação de tendências e integração de soluções (fornecedores).



ATIVIDADES



3.0. ATIVIDADES

3.1. MEDIDAS DE AJUSTE PARA 1998

A crise financeira internacional, agravada nos últimos 5 anos, desencadeou na economia brasileira situações de risco que exigiram do Governo medidas para ajustar-se ao novo quadro. As medidas de ajuste para o SERPRO foram explicitadas na Portaria MF nº 273, de 13.10.98 e a execução das metas apresentou os resultados a seguir, ainda em 1998:

- levantamento concluído, até 30.11.98, de todos os serviços que a Empresa deverá desativar, a partir de janeiro de 1999.
- para a redução mensal, a partir de novembro, de 10% dos gastos com pessoal, compreendendo remuneração, obrigações patronais, outras vantagens variáveis e benefícios, foram adotadas as seguintes medidas:
 - divulgado por edital, em novembro de 1998, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com prazo para adesões e desligamentos a partir de janeiro de 1999, que possibilitará uma redução de 18,56%;
 - redução da ordem de R\$ 20 milhões no benefício saúde, que tinha orçamento original da ordem de R\$ 30 milhões;
 - revisão da estrutura organizacional, com eliminação de postos gerenciais; e
 - redução de horas extras e sobreavisos.
- a redução de 5% nas despesas de custeio corrente foi superada, com redução mensal da ordem de R\$ 5 milhões, nos meses de novembro e dezembro, representando cerca de 20% de redução. Contribuiu para isso algumas medidas adotadas:
 - restrição rigorosa das viagens;
 - redução de 20% nas despesas administrativas (limpeza, vigilância, transportes, etc.) - de 2,0 milhões para 1,6 milhões - por intermédio da renegociação dos contratos
 - suspensão do uso dos contratos corporativos de software, abrangendo desenvolvimento, redes locais, rede longa distância e estações de trabalho;
 - suspensão das atividades do Prêmio Serpro de Qualidade - PSQ que implicam em dispêndios adicionais;
 - cancelamento de contratos de circuitos alternativos e reserva da estrutura da rede de longa distância e renegociação de contratos e preços com as concessionárias;
 - suspensão da tarifação reversa do acesso Internet;
 - suspensão das atividades de conversão do Ano-2000 que implicam em serviços de terceiros e despesas adicionais, incluindo a verificação e preparação das estações de trabalho;
 - suspensão da renovação de contratos com bolsistas;
 - suspensão dos contratos de manutenção e instalação de equipamentos; e
 - renegociação dos circuitos ainda não ativados;
 - existem situações de serviços já realizados e outras demandas que não podem ser suprimidas, ainda que possam ser atendidas de forma parcial - como adequação do Ano 2000 e manutenção de

equipamentos para as quais foi apresentada solicitação específica à CCF.

- os gastos de investimentos, a partir de 06.10.98 foram reduzidos e limitados aos casos inadiáveis, como contratos e serviços em andamento, ou até mesmo já executados, mediante solicitação específica à CCF, com os seguintes destaques:
 - efetivação do contrato de processadores IBM, no valor de R\$ 12,0 milhões (orçamento), que gerou redução de despesas da ordem de R\$ 5,4 milhões em 1998 (não atendido - impacto no orçamento de 1999);
 - em negociação com o fornecedor o atraso dos pagamentos;
 - aquisição de equipamentos para o ambiente Receita-Net, no valor de R\$ 390 mil;
 - infra-estrutura do Bloco A (Rede Governo), já instalada, no valor de R\$ 415 mil (executado); e
 - equipamentos e material permanente, no valor de R\$ 550 mil.
 - aquisição de upgrade do processador IBM 9272-RX5, atualizando-o para o modelo 9672-R46, em Brasília, no valor de R\$ 726.746,40, para atender a demanda de serviços para o sistema SIAFI, impacto em 1999.
- a redução, até 31.12.98, para apenas dois os centros de processamento de dados da Empresa, tem estimado o prazo de 120 dias (março/1999) para a execução, condicionado a negociações com os clientes e fornecedores envolvidos. Todavia o CPD de Belo Horizonte já foi desativado; e o processo de concentração em Brasília e São Paulo, está em andamento, com conclusão prevista para 1ª quinzena de abril de 1999.
- no caso da rescisão, até 31.12.98, dos contratos de aluguéis existentes, mesmo que parciais, nos locais em que foram ou forem desativados centros de processamento de dados ou de digitação, somente os prédios de Belém/PA e Lapa/RJ são alugados, e no caso do Rio de Janeiro, parte das atividades poderá ser transferida para as instalações do Horto, com a desativação do CPD. Ademais foi encaminhado ofício à SPU solicitando a cessão de imóvel ou área em Belém e no Rio de Janeiro e o SPU informa não dispor de imóveis, Of. CGAP/SPU 423 de 09.12.98.
- a busca, até 31.12.98, com os clientes do Ministério da Fazenda (SRF, PGFN, DAMF), para obtenção de cessão de espaço físico, nos locais em que a Empresa preste serviços de suporte aos mencionados clientes, para o que já foi realizado o levantamento das informações sobre cada escritório e encaminhada solicitação à SAA/MF, tratando de área em capitais que não são sede de Regiões Fiscais e cidades do interior, visando a transferência de instalações de escritórios, cujo aluguel atual alcança valor da ordem de R\$ 71,9 mil por mês.

Durante o ano de 1998 o Serpro respondeu prontamente às necessidades de adequação aos ajustes do governo federal, por meio da concentração das suas ações de gestão para alcançar resultados ainda naquele ano de 1998. Igualmente, a mesma Portaria 273 instituiu metas de ajustes para o ano de 1999, as quais exigirão novas estratégias de atuação.

Da mesma forma que os dois últimos meses de 1998 foram consumidos pela execução de atividades que levassem o Serpro a adequar-se ao novo contexto, a consecução das metas elencadas naquela Portaria exigirá também para o ano de 1999, e de forma mais marcante, a prática de uma agenda empresarial plenamente dominada pelas demandas associadas ao

ajuste fiscal do Governo.

Sob essa ótica, o Serpro deverá tomar iniciativas de criatividade, inovação e melhoria dos seus serviços, a considerar que o planejamento das ações tenderá a priorizar atividades caracteristicamente restritivas e que se prestem exclusivamente a manter a Empresa nos limites da Portaria nº 273.

Essa ocupação da agenda empresarial com as medidas de ajuste estão demonstrados nos Indicadores de Desempenho Global do SERPRO no período 1995 a 1998, particularmente no que se refere ao comportamento nos dois últimos anos, conforme quadro a seguir:

INDICADORES - 1995 / 1998

| | Em R\$ mil | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Discriminação | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
| A - RECEITA TOTAL | 627.181 | 676.659 | 802.639 | 759.432 |
| A1 - Receita de Serviços | 540.578 | 570.485 | 691.312 | 658.583 |
| A2 - Receita de Pessoal Externo (SOAP e STAC) | 86.603 | 106.174 | 111.327 | 100.849 |
| B - QUANTIDADE DE EMPREGADOS | 12.920 | 11.377 | 10.756 | 10.824 |
| B1 - Pessoal Interno | 8.165 | 7.021 | 6.639 | 6.777 |
| B2 - Pessoal Externo (SOAP e STAC) | 4.755 | 4.356 | 4.117 | 4.047 |
| C - DESPESAS COM PESSOAL | 347.014 | 415.656 | 457.108 | 427.953 |
| C1 - Pessoal Interno | 227.512 | 273.391 | 321.713 | 306.890 |
| C2 - Pessoal Externo (SOAP e STAC) | 119.502 | 142.265 | 135.395 | 121.063 |
| D - GASTOS CORRENTES | 187.448 | 186.516 | 293.079 | 254.595 |
| D1 - Serviços | 187.448 | 186.516 | 293.079 | 254.595 |
| D2 - Pessoal Externo (SOAP e STAC) | - | - | - | - |
| E - VALORES AGREGADOS | | | | |
| (A - D) / B | 34,0 | 43,1 | 47,4 | 46,6 |
| (A1 - D1) / B1 | 43,2 | 54,7 | 60,0 | 59,6 |
| (A2 - D2) / B2 | 18,2 | 24,4 | 27,0 | 24,9 |

OBS: 1) Os valores apresentados são históricos.
 2) Nos anos de 1996 e 1997 estão incluídas as despesas com PDV.
 3) As quantidades de empregados correspondem à posição de 31 de dezembro de cada ano.

Após crescimento desde 1995, as receitas totais apresentaram queda de 1997 para 1998, em cerca de 5,5% (R\$ 43.207 mil), e acentuadamente em serviços, já como reflexo das restrições orçamentárias dos clientes ao final do ano.

Como resultado direto dos PDV em 1996 e 1997, o quadro de pessoal foi reduzido no período 1995 a 1998 em aproximadamente 16% (2.096 empregados) mas dando início ao processo de adequação do perfil profissional, em 1996 e 1997 o SERPRO efetivou 2 concursos públicos, com acréscimo de 138 empregados.

Por seu lado as despesas com pessoal apresentou redução de R\$ 29.155 mil, reflexo das medidas de contenção, tais como reformulação do plano de saúde, revisão do sistema de gratificações, redução da estrutura e de funções comissionadas que superaram o impacto do aumento do quadro físico.

Merece destaque, também, a redução de cerca de 13% nos gastos correntes com serviços, refletindo as melhorias dos processos empresariais para a produção dos serviços prestados.

3.2. PROJETO ANO 2000

O que se convencionou chamar de “Bug do Milênio”, ou o problema do ano 2000, baseia-se em que a maioria dos computadores estão programados em suas configurações para reconhecer o ano somente pelos dois últimos algarismos, e no caso do ano 2000 essa identificação seria registrada como 00, que para essas máquinas desenvolvidas para o século XX, seria interpretada como o ano 1900, o que levará a uma grande confusão, podendo ocasionar enormes prejuízos.

Para tanto, é necessária a conscientização e preparação técnica para enfrentar o problema, e o SERPRO vem procedendo, com a rapidez requerida, a conversão e certificação dos sistemas que serão afetadas, por intermédio do PROJETO 2000.

A **conversão** de sistemas é operacionalizada em:

- *levantamento* - consistiu na realização de um inventário com as informações necessárias para prover uma visão geral do problema do ano 2000, especificamente ao sistema a ser adequado, e apoiar o desenvolvimento de estimativas, estratégias e planos para adequação;
- *análise de impacto/pré-conversão* - consiste em uma análise completa, precisa e altamente detalhada do uso de datas dentro do aplicativo, complementando as informações do levantamento e criando descrições rigorosas de campos de data e seus usos;
- *conversão* - consiste na execução das alterações necessárias à adequação requerida e nos testes individuais dos programas; e
- *simulação* - refere-se à confirmação de que o aplicativo ou conjunto de aplicativos executará suas funções no contexto mais amplo de produção.

Após a conversão temos a fase de **certificação** que consiste em atribuir-lhe o selo de certificação, que atesta sua condição de adequação. Para obter o selo de certificação o sistema deve ter sido processado em ambiente preparado para simular as condições do ano 2000 e seus produtos devem ter sido verificados quanto à sua exatidão e coerência. Nos casos de aplicativos que se inter-relacionam com outros sistemas internos ou desenvolvidos por entidades externas ao SERPRO, será preciso verificar a manutenção destes inter-relacionamentos.

Em dezembro de 1998, o Projeto 2000 apresentou o seguinte desempenho:

- Linhas de código convertidas: 99,3%
- Sistemas convertidos: 94,9%
- Sistemas certificados: 7,61%
- Sistemas em certificação: 20,21%

Os gastos com a adequação dos sistemas, em 1998, alcançaram o montante de R\$ 9,3 milhões, decorrente da contratação de serviços de consultoria em informática, sendo que os clientes do SERPRO, não tiveram nenhum custo adicional.

Todos os sistemas deverão estar certificados até maio de 1999.

3.3. PLANO DE AÇÕES GLOBAIS

As ações globais do SERPRO representam o direcionamento estratégico da Empresa para o biênio 1998/1999, estabelecendo o caminho a ser percorrido pelas Unidades de Gestão. O conjunto de ações foi subordinado aos objetivos e diretrizes estabelecidos pela alta direção da Empresa em face de sua visão, missão e negócio, bem como do processo de Transformação Empresarial implantado, ou seja, a migração de um arranjo organizacional com características de indústria para um modelo de empresa prestadora de serviços.

As diretrizes tiveram os seguintes níveis de realização em 31 de dezembro de 1998:

| Diretrizes | | Realização % |
|------------|---|--------------|
| 1 | Realizar metas financeiras que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro da empresa. | 48 |
| 2 | Conhecer os principais processos dos clientes para especialização do SERPRO nas suas áreas de atuação e interesse. | 41 |
| 3 | Implementar programas de melhoria de atendimento a clientes e usuários, visando a plena satisfação em relação aos produtos e serviços do SERPRO. | 51 |
| 4 | Considerar os indicadores de resultado como insumos para o processo de decisão. | 52 |
| 5 | Reconhecer os resultados da atuação dos empregados, vinculados às práticas inovadoras e a comportamentos criativos e empreendedores e a sua contribuição individual para as estratégias da empresa. | 50 |
| 6 | Fornecer soluções de informações que permitam aperfeiçoar o processo decisório dos clientes, com ênfase na integração de base de dados. | 56 |
| 7 | Desenvolver soluções orientadas para venda de informações. | 50 |
| 8 | Manter a atualização tecnológica dos serviços considerando, também, o ciclo econômico dos mesmos. | 59 |
| 9 | Garantir a adequação de todos os serviços para o ano 2000. | 71 |
| 10 | Executar o programa de segurança referente a aspectos físico, de pessoas, lógico, de comunicação e de computação pessoal. | 55 |
| 11 | Praticar acordos de níveis de serviços, visando aperfeiçoar os processos de negócios internos e externos. | 55 |
| 12 | Utilizar "browser" como interface gráfica preferencial para os usuários da empresa. | 54 |

Nesse sentido, as diretrizes em 1998 foram definidas e classificadas em cinco categorias, de acordo com os critérios de excelência da Fundação Prêmio Nacional de Qualidade (FPNQ). Esses critérios apresentaram os seguintes níveis de realização em 31 de dezembro de 1998, em função do desempenho correspondente dos planos de ações das Unidades de Gestão:

| Crítérios | Descrição | Realização % |
|------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| 02 | Planejamento estratégico | 77% |
| 03 | Foco no cliente e no mercado | 60% |
| 04 | Informação e análise | 66% |
| 05 | Desenvolvimento e Gestão de Pessoas | 65% |
| 06 | Gestão de Processos | 67% |

As Diretrizes não concluídas em sua totalidade foram analisadas e serão consideradas na formulação do Planejamento para 1999.

3.4. PROCESSO DE QUALIDADE

O atual Processo de Qualidade no SERPRO foi antecedido por várias iniciativas que visaram a coordenação das atividades da organização com qualidade e produtividade, em parceria com todas as áreas da Empresa.

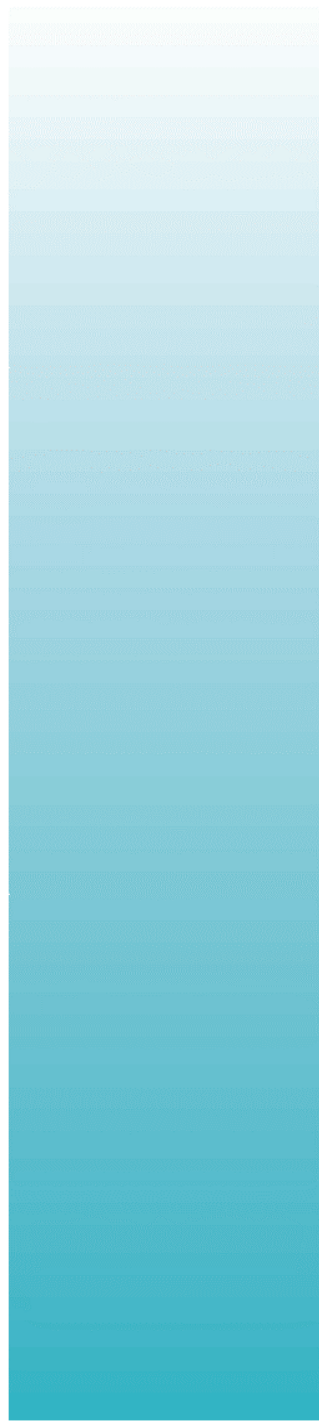
A partir de 1996, o Processo de Qualidade esteve intimamente ligado ao Projeto de Transformação, fornecendo os elementos necessários às Unidades, para o aperfeiçoamento de seus processos de gestão e à própria Empresa, para uma administração eficaz.

O projeto, realizado em 18 meses, teve seu início a partir de um diagnóstico organizacional, que utilizou como referência os Critérios de Excelência do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ-96). Essa avaliação inicial situou o SERPRO numa faixa representativa do seu estágio de maturidade empresarial e proporcionou, ainda, identificar inúmeras oportunidades para melhorias, com um progresso superior a 50% da pontuação inicial.

O reconhecimento público desse progresso se deu por meio de menção concedida ao SERPRO pelo Prêmio Qualidade do Governo Federal 1998.

Programa de sensibilização foi desenvolvido e aplicado na Sede e em todas as Representações Regionais, tendo como responsáveis os líderes da organização. Este programa envolveu praticamente toda a população interna da Empresa e permitiu captar os Valores Organizacionais, reconhecidos por expressivo contingente de empregados.

O programa de qualidade consolida-se em 1998, com várias Unidades empresariais apresentando expressivos níveis de excelência em suas práticas gerenciais, o que permitiu ao SERPRO ser agraciado com destaque de reconhecimento por seus serviços inovadores (Prêmio de Iniciativas Inovadoras na Administração Pública), por intermédio de sua Superintendência de Administração Tributária - SUNAT.



GESTÃO EMPRESARIAL



4.0. GESTÃO EMPRESARIAL

4.1. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômico-financeira da Empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1998 é abordada a seguir com base na análise comparativa do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado e dos indicadores mais relevantes, extraídos desses demonstrativos.

Cabe ressaltar que o exercício social do SERPRO, que anteriormente abrangia o período de julho a junho, passou a compreender o período de janeiro a dezembro, com aplicação da Lei nº 9.649, de 27.05.98

O **Balanço Patrimonial** demonstra que o Ativo Circulante, de R\$ 393,6 milhões, cresceu 4% em 1998 e teve uma participação de 66% na composição dos ativos da Empresa, que alcançaram o montante de R\$ 595,4 milhões e aumentaram 2% no período.

A maior parte dos recursos realizáveis a curto prazo está apropriada na conta Faturas a Receber Vencidas (R\$ 204,8 milhões), onde estão registrados os créditos a receber de clientes vencidos há mais de trinta dias, após a emissão das faturas de cobrança. Entre os principais clientes devedores, ressalta-se a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com dívidas vencidas em 31.12.1998 de R\$ 99,3 milhões, R\$ 59,0 milhões e R\$ 38,6 milhões, respectivamente, que somadas representaram 96% do total daquelas faturas vencidas.

No **Ativo Circulante** também se destacou a conta de Aplicações Financeiras (R\$ 103,8 milhões), que contempla o saldo das aplicações financeiras realizadas pela Empresa (lastreadas exclusivamente por títulos públicos), no qual estão incluídos os rendimentos, de R\$ 8,0 milhões, incorridos até a data do Balanço.

Encerrando a abordagem do Ativo, cabe ressaltar o aumento do item Outros Investimentos (conta do Ativo Permanente), no qual estão incluídas as aplicações em incentivos fiscais do imposto de renda referentes ao FINOR e FINAM, nos valores de R\$ 5,4 milhões e R\$ 4,4 milhões, respectivamente.

No **Passivo Circulante** foram observadas algumas flutuações entre seus componentes mais representativos, os quais são comentadas abaixo.

As provisões para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro líquido diminuíram bastante em 1998 em decorrência do menor lucro fiscal apurado naquele ano em relação ao anterior.

O item Outras Provisões também diminuiu significativamente, em função da mudança da forma de apresentação dos encargos sociais (INSS, SERPROS, FGTS e Salário-Educação) sobre as provisões de férias e licença-prêmio, que anteriormente eram todas apontadas naquele item e passaram a ser demonstradas, a partir de 1998, nas suas respectivas contas de provisões.

Por outro lado, os Dividendos apurados, de R\$ 1,9 milhões, se apresentaram maiores que os do exercício anterior porque correspondem ao período de janeiro a dezembro de 1998

enquanto que os do exercício social passado referem-se, somente, ao período de julho a dezembro de 1997. Isto se deve ao fato de que no ano de 1997, em decorrência da alteração do período do exercício social do SERPRO (de julho a junho para janeiro a dezembro), foram apurados dividendos referentes a dois períodos: julho de 1996 a junho de 1997, no valor de R\$ 4,9 milhões, e julho de 1997 a dezembro de 1997, no valor de R\$ 407,4 mil.

No **Passivo Circulante** cabe ainda ressaltar o item Financiamento em Circulação, no valor de R\$ 10,3 milhões, que compreende as parcelas vencíveis a curto prazo do financiamento realizado junto a IBM Brasil – Máquinas e Equipamentos Ltda, envolvendo a aquisição de três CPUs IBM 9672 e serviços de instalação e implementação do ambiente Parallel Sysplex.

O **Exigível a Longo Prazo**, de R\$ 252,3 milhões, apresentou um crescimento de 32% devido, basicamente, as atualizações efetuadas nas provisões referentes as contingências trabalhistas (conta Obrigações Legais e Tributárias) e as obrigações com o SERPROS (conta Outras Obrigações a Pagar). Este grupamento contempla também o item Financiamento do Ativo Permanente que compreende o montante, de R\$ 6,0 milhões, correspondente as parcelas vencíveis a longo prazo, do financiamento efetuado junto a IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, citado anteriormente.

Finalizando o enfoque sobre o Balanço, observou-se que o **Patrimônio Líquido**, de R\$ 218,8 milhões, aumentou cerca de 4% devido, principalmente, ao crescimento dos Resultados Acumulados (34%), gerados pela maior incidência de lucros auferidos ao longo de 1998.

A **Demonstração de Resultado** revelou uma receita operacional líquida de R\$ 730,1 milhões que, confrontada com os custos dos serviços/despesas operacionais, de R\$ 684,3 milhões, resultou num lucro operacional de R\$ 45,8 milhões. Este resultado correspondeu a 6% daquela receita líquida.

Na análise comparativa dos elementos que compõem a Demonstração de Resultado, os dados do exercício de 1997 foram atualizados para dezembro de 1998, utilizando a variação da IGP-M no período. Observa-se que, de uma forma geral, tanto as receitas como as despesas diminuíram seus patamares no ano de 1998, em decorrência das restrições orçamentárias enfrentadas pelo SERPRO como participação no esforço para o ajuste fiscal do Governo Federal.

A seguir são destacados os fatos que ocasionaram os principais incrementos nos itens da Demonstração de Resultado no período em questão.

Despesas Tributárias - o crescimento significativo neste item deve-se ao pagamento efetuado no mês de janeiro de 1998, no valor de R\$ 2,4 milhões, correspondente ao auto de infração sobre o ISS na Prefeitura de Salvador, devido ao entendimento do órgão fiscal daquela Prefeitura, de que as transferências do Tesouro Nacional são decorrentes de serviços prestados ao Ministério da Fazenda.

Serviços Comunicação Geral - o aumento observado deve-se, basicamente ao lançamento contábil de despesas com circuito de dados (REMAV e LPCD) efetuado neste item (conta de serviço de telefonia fixa) quando de fato deveriam ser registradas na conta de Serviços de Comunicação de Dados. Esta situação não afetou o

resultado apresentado pela Empresa. Cabe ressaltar que as despesas com Serviços de Comunicação Geral, desconsiderando-se aquele registro contábil, apresentaram-se dentro de seus patamares normais.

Despesas Financeiras – estas despesas cresceram significativamente em função do registro contábil do encargo de cancelamento efetuado no mês de setembro de 1998, no valor de R\$ 6,4 milhões, correspondente ao Termo do Distrato firmado entre o SERPRO e a IBM, cujo objeto consubstanciava a locação e manutenção de 3 (três) CPUs IBM, sendo dois modelos 9021-982, instalados nas Regionais Brasília e São Paulo e um modelo 9021-942, instalado na Regional Rio de Janeiro.

Os principais indicadores financeiros e os gráficos representativos de sua evolução mensal retratam um bom comportamento no exercício de 1998.

O índice de liquidez corrente, de 3,17, evidencia uma ótima capacidade financeira porque as disponibilidades imediatas (caixa, bancos e aplicações financeiras) e os créditos a receber de curto prazo cobrem com bastante folga todos os compromissos de curto prazo. A liquidez geral, de 1,05, demonstra uma situação financeira de longo prazo dentro do padrão de normalidade ($>1,00$ ou $=1,00$), uma vez que os recursos realizáveis da Empresa suportam as obrigações a pagar.

O grau de imobilização do capital próprio, de 0,85, indica que 85% dos recursos da Empresa estão aplicados em bens móveis e imóveis destinados à operacionalização de suas atividades.

Os níveis de endividamento, representados pelos índices de endividamento total (1,72), recursos de terceiros (0,63) e garantia de capital de terceiros (0,58), distanciaram-se bastante do padrão normal ($< 1,00$, $< 0,50$ e $>1,00$, respectivamente), devido aos ajustes das contingências trabalhistas e das obrigações com o SERPROS, registradas no Exigível a Longo Prazo.

O lucro líquido auferido no exercício de 1998, de R\$ 9,1 milhões, refletiu positivamente nos indicadores de rentabilidade retratados pela margem líquida (0,01), retorno sobre o patrimônio líquido (0,04) e retorno sobre o ativo total (0,02). Esta posição revela que, sob o aspecto econômico, a Empresa também apresentou uma boa situação no período.

Ao final desta análise é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado, que evidencia os recursos gerados pela Empresa e a forma como eles são revertidos em benefício da sociedade e da constituição da riqueza nacional.

No exercício social de 1998, os serviços de informática prestados pelo SERPRO aos seus clientes geraram para a sociedade uma riqueza da ordem de R\$ 517,9 milhões. Deste montante, destacaram-se R\$ 359,6 milhões correspondentes a remuneração do trabalho (salários, gratificações, FGTS, assistência médica, previdência privada etc.) e R\$ 138,4 milhões referentes a remuneração do Governo sob a forma de pagamento de impostos e contribuições (COFINS, PASEP, INSS, Imposto de Renda, Contribuição Social etc.). As demais parcelas de R\$ 10,8 milhões e R\$ 9,1 milhões corresponderam, respectivamente, a remuneração dos capitais de terceiros (despesas financeiras e locação de imóveis e máquinas) e a remuneração do capital próprio (lucro líquido).

BALANÇO PATRIMONIAL - Comparativo Detalhado

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 1998 e 1997

| Ativo | 31.12.97 (*) (A) | Composição % | 31.12.98 (B) | Composição % | Crescimento %(B/A) |
|--|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | 379.535.232 | 65,12 | 393.637.665 | 66,12 | 3,72 |
| Disponível | 169.984.396 | 29,17 | 115.077.678 | 19,33 | (32,30) |
| Caixa | 38.137 | 0,01 | 40.704 | 0,01 | 6,73 |
| Bancos c/Movimento - Tesouro Conta Única | 28.838.628 | 4,95 | 5.940.955 | 1,00 | (79,40) |
| Bancos c/Movimento - Recursos Próprios | 9.355.878 | 1,61 | 5.271.239 | 0,89 | (43,66) |
| Aplicação Financeira | 131.751.753 | 22,61 | 103.824.780 | 17,44 | (21,20) |
| Créditos em Circulação | 204.125.441 | 35,02 | 273.381.723 | 45,92 | 33,93 |
| Créditos a Receber | 176.083.629 | 30,21 | 234.113.354 | 39,32 | 32,96 |
| Devedores Prestação Serviços - a Vencer | 10.652.892 | 1,83 | 9.612.413 | 1,61 | (9,77) |
| Devedores por Fornec. a Faturar | 5.533 | 0,00 | 10.383 | 0,00 | 87,66 |
| Faturas a Receber Vencidas | 135.691.114 | 23,28 | 204.792.550 | 34,40 | 50,93 |
| Créditos Tributários | 267.515 | 0,05 | 337.468 | 0,06 | 26,15 |
| Recursos a Receber | 26.959.924 | 4,63 | 16.571.400 | 2,78 | (38,53) |
| Créditos Diversos a Receber | 2.506.651 | 0,43 | 2.789.139 | 0,47 | 11,27 |
| Diversos Responsáveis | 2.961.621 | 0,51 | 144.489 | 0,02 | (95,12) |
| Adiantamentos Concedidos | 219.322 | 0,04 | 4.881.811 | 0,82 | 2.125,87 |
| Adiantamentos a Pessoal | 208.558 | 0,04 | 4.880.079 | 0,82 | 2.239,92 |
| Adiantamentos Diversos Concedidos | 10.764 | 0,00 | 1.731 | 0,00 | (83,91) |
| Depósitos Realizáveis a Curto Prazo | 24.492.262 | 4,20 | 33.410.249 | 5,61 | 36,41 |
| Valores em Trânsito Realizáveis | 368.607 | 0,06 | 831.821 | 0,14 | 125,67 |
| Bens e Valores em Circulação | 5.425.395 | 0,93 | 5.170.688 | 0,87 | (4,69) |
| Estoques | 3.548.591 | 0,61 | 2.267.032 | 0,38 | (36,11) |
| Títulos e Valores em Circulação | 1.875.945 | 0,32 | 2.903.656 | 0,49 | 54,78 |
| Material em Trânsito | 858 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (100,00) |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 0,00 | 0,00 | 7.575 | 0,00 | 100,00 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.139.983,32 | 0,18 | 1.128.336 | 0,01 | (1,02) |
| Depósitos Realizáveis a Longo Prazo | 58.412 | 0,01 | 65.791 | 0,01 | 12,63 |
| Créditos Diversos a Receber | 1.014.907 | 0,17 | 0,00 | 0,00 | (100,00) |
| Créditos Realizáveis a Longo Prazo | 66.665 | 0,01 | 1.062.544 | 0,18 | 1.493,85 |
| ATIVO PERMANENTE | 202.138.287 | 34,68 | 200.590.139 | 33,69 | (0,77) |
| Investimentos | 5.575.812 | 0,96 | 9.893.911 | 1,66 | 77,44 |
| Integralizadas | 494.030 | 0,08 | 485.339 | 0,08 | (1,76) |
| Outros Investimentos | 5.546.279 | 0,95 | 9.864.891 | 1,66 | 77,87 |
| Provisão p/Perdas Prováveis | (493.960) | (0,08) | (485.267) | (0,08) | (1,76) |
| Correção Monet. Compl. - IPC/90 | 29.463 | 0,01 | 28.947 | 0,00 | (1,75) |
| Imobilizado | 193.961.135 | 33,28 | 186.121.423 | 31,26 | (4,04) |
| Bens Imóveis | 72.602.142 | 12,46 | 78.326.535 | 13,16 | 7,88 |
| Bens Móveis | 182.193.586 | 31,26 | 182.575.041 | 30,67 | 0,21 |
| Depreciação Acumulada | (104.559.785) | (17,94) | (114.767.995) | (19,28) | 9,76 |
| Bens Intangíveis | 656.854 | 0,11 | 652.204 | 0,11 | (0,71) |
| Correção Monet. Compl. - IPC/90 | 43.068.338 | 7,39 | 39.335.637 | 6,61 | (8,67) |
| Diferido | 2.601.339 | 0,45 | 4.574.805 | 0,77 | 75,86 |
| Projetos e Softwares | 0,00 | 0,00 | 2.867.473 | 0,48 | 100,00 |
| Amortização | (1.732.169) | (0,30) | (2.453.968) | (0,41) | 41,67 |
| Outros Diferimentos | 4.333.508 | 0,74 | 4.161.299 | 0,70 | (3,97) |
| TOTAL DO ATIVO | 582.813.502 | 100,00 | 595.356.139 | 100,00 | 2,15 |

(*) Os dados históricos de 1997 foram atualizados para valores de dezembro de 1998 com base na variação do IGP-M (FGV) do período janeiro a dezembro de 1998.

BALANÇO PATRIMONIAL - Comparativo Detalhado

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 1998 e 1997

| Passivo | 31.12.97(*) (A) | Composição % | 31.12.98 (B) | Composição % | Crescimento %(B/A) |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|-----------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | 180.926.503 | 31,04 | 124.210.667 | 20,86 | (31,35) |
| Depósitos | 7.001.197 | 1,20 | 11.183.379 | 1,88 | 59,74 |
| Consignações | 4.128.579 | 0,71 | 4.141.407 | 0,70 | 0,31 |
| Pensão Alimentícia | 9.215 | 0,00 | 15.142 | 0,00 | 64,31 |
| ISS | 18.745 | 0,00 | 253.674 | 0,04 | 1.253,28 |
| Planos de Previdência | 4.013.209 | 0,69 | 3.454.214 | 0,58 | (13,93) |
| Entidades Rep. Classes | 87.410 | 0,01 | 418.378 | 0,07 | 378,64 |
| Recursos da União | 2.861.870 | 0,49 | 7.040.200 | 1,18 | 146,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 10.748 | 0,00 | 1.772 | 0,00 | (83,51) |
| Obrigações em Circulação | 144.815.537 | 24,85 | 112.281.809 | 18,86 | (22,47) |
| Obrigações a Pagar | 144.801.265 | 24,85 | 101.288.702 | 17,01 | (30,05) |
| Fornecedores | 33.433.511 | 5,74 | 36.871.217 | 6,19 | 10,28 |
| Pessoal a Pagar | 7.859 | 0,00 | 5.694 | 0,00 | (27,55) |
| Encargos Sociais a Recolher | 1.474.948 | 0,25 | 2.118.125 | 0,36 | 43,61 |
| Provisão para IRPJ | 9.976.382 | 1,71 | 5.012.838 | 0,84 | (49,75) |
| Provisão Contribuição Social s/Lucro | 6.826.834 | 1,17 | 1.948.310 | 0,33 | (71,46) |
| Obrigações Tributárias | 5.076.413 | 0,87 | 1.316.331 | 0,22 | (74,07) |
| Provisão para Férias | 9.324.529 | 1,60 | 6.652.229 | 1,12 | (28,66) |
| Provisão para Licença-Prêmio | 19.447.130 | 3,34 | 36.080.879 | 6,06 | 85,53 |
| Outras Provisões | 58.818.989 | 10,09 | 9.355.988 | 1,57 | (84,09) |
| Dividendos | 414.671 | 0,07 | 1.927.091 | 0,32 | 364,73 |
| Financiamento em Circulação | 0,00 | 0,00 | 10.261.832 | 1,72 | 100,00 |
| Outras Obrigações | 14.271 | 0,00 | 731.275 | 0,12 | 5.024,04 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 29.109.769 | 4,99 | 745.480 | 0,13 | (97,44) |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 191.009.730,53 | 32,77 | 252.311.842 | 42,38 | 32,09 |
| Obrigações Legais e Tributárias | 110.689.084 | 18,99 | 147.464.295 | 24,77 | 33,22 |
| Outras Obrigações a Pagar | 80.320.647 | 13,78 | 98.836.898 | 16,60 | 23,05 |
| Financiamento do Ativo Permanente | 0,00 | 0,00 | 6.010.649 | 1,01 | 100,00 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 210.877.268 | 36,18 | 218.833.630 | 36,76 | 3,77 |
| Capital | 129.577.886 | 22,23 | 127.298.305 | 21,38 | (1,76) |
| Reservas | 66.763.473 | 11,46 | 72.067.108 | 12,10 | 7,94 |
| Reserva Doação Subs. | 5.751.786 | 0,99 | 5.820.270 | 0,98 | 1,19 |
| p/Investimentos | | | | | |
| Reserva Incentivos Fiscais | 5.630.315 | 0,97 | 9.947.448 | 1,67 | 76,68 |
| Reserva de Reavaliação Bens | 49.635.550 | 8,52 | 45.913.170 | 7,71 | (7,50) |
| Imóveis | | | | | |
| Reserva Legal | 1.604.487 | 0,28 | 1.981.964 | 0,33 | 23,53 |
| Reservas Estatutárias | 7.966.273 | 1,37 | 8.404.255 | 1,41 | 5,50 |
| Reserva Correção Monet. Esp. IPC/90 | (3.824.938) | (0,66) | 0,00 | 0,00 | (100,00) |
| Resultados Acumulados | 14.535.910 | 2,49 | 19.468.218 | 3,27 | 33,93 |
| TOTAL DO PASSIVO | 582.813.502 | 100,00 | 595.356.139 | 100,00 | 2,15 |

(*) Os dados históricos de 1997 foram atualizados para valores de dezembro de 1998 com base na variação do IGP-M (FGV) do período janeiro a dezembro de 1998.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Comparativo Detalhado

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 1998 e 1997

| Discriminação | Jan a Dez /97 (*) (A) | Composição % | Jan a Dez /98 (*) (B) | Composição % | Crescimento %(B/A) |
|---|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|-----------------------|
| 1- RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 839.832.950 | 104,21 | 761.388.161 | 104,28 | (9,34) |
| 1.1 - Receita de Serviços | 443.620.197 | 55,05 | 408.380.325 | 55,93 | (7,94) |
| 1.2 - Transf. do Tesouro Nacional | 396.212.753 | 49,16 | 353.007.836 | 48,35 | (10,90) |
| 2 - DEDUÇÃO DA RECEITA | (33.934.458) | (4,21) | (31.266.459) | (4,28) | (7,86) |
| 2.1 - ISS | (22.178.525) | (2,75) | (20.444.263) | (2,80) | (7,82) |
| 2.2 - PASEP | (2.883.530) | (0,36) | (2.654.500) | (0,36) | (7,94) |
| 2.3 - COFINS | (8.872.403) | (1,10) | (8.167.696) | (1,12) | (7,94) |
| 3 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 805.898.492 | 100,00 | 730.121.702 | 100,00 | (9,40) |
| 4 - CUSTOS SERV./DESPESAS OPERACIONAIS | (784.950.581) | (97,40) | (684.306.325) | (93,72) | (12,82) |
| 4.1 - Pessoal | (478.290.445) | (59,35) | (429.055.203) | (58,76) | (10,29) |
| 4.2 - Locação | (69.525.314) | (8,63) | (45.614.249) | (6,25) | (34,39) |
| 4.2.1 - Locação Prog. e Equip. Inform. | (65.953.838) | (8,18) | (43.195.994) | (5,92) | (34,51) |
| 4.2.2 - Locação de Demais Bens | (3.571.476) | (0,44) | (2.418.254) | (0,33) | (32,29) |
| 4.3 - Depreciação e Amortização | (21.045.936) | (2,61) | (24.948.591) | (3,42) | 18,54 |
| 4.4 - Despesas Tributárias | (1.149.042) | (0,14) | (3.368.730) | (0,46) | 193,18 |
| 4.5 - Serviços Comunicação Geral | (9.381.308) | (1,16) | (12.355.398) | (1,69) | 31,70 |
| 4.6 - Serviços Comunicação de Dados | (37.700.319) | (4,68) | (41.477.208) | (5,68) | 10,02 |
| 4.7 - Manutenção | (24.617.682) | (3,05) | (17.011.203) | (2,33) | (30,90) |
| 4.8 - Serviços Públicos | (6.211.728) | (0,77) | (6.064.788) | (0,83) | (2,37) |
| 4.9 - Serviços Profissionais e Contratados | (69.329.101) | (8,60) | (63.319.398) | (8,67) | (8,67) |
| 4.10 - Materiais | (13.855.324) | (1,72) | (6.364.431) | (0,87) | (54,07) |
| 4.11 - Despesas Financeiras | (2.778.459) | (0,34) | (8.408.675) | (1,15) | 202,64 |
| 4.12 - Receitas Financeiras | 31.619.718 | 3,92 | 21.852.215 | 2,99 | (30,89) |
| 4.13 - Outras Despesas/Receitas | (82.685.640) | (10,26) | (48.170.665) | (6,60) | (41,74) |
| 5 - LUCRO OPERACIONAL | 20.947.910 | 2,60 | 45.815.376 | 6,28 | 118,71 |
| 6 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 1.215.836 | 0,15 | (2.472.048) | (0,34) | 421,24 |
| 7 - LUCRO ANTES DA PROVISÃO IR E CS | 22.163.746 | 2,75 | 43.343.328 | 5,94 | 95,56 |
| 8 - PROVISÃO IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (43.843.295) | (5,44) | (34.237.094) | (4,69) | (21,91) |
| 9 - LUCRO LÍQUIDO | (21.679.548) | (2,69) | 9.106.234 | 1,25 | (142,00) |

(*) Os dados históricos do exercício 1997 e 1998 foram atualizados para valores de dezembro de 1998 com base na variação média do IGP-M (FGV) dos períodos de janeiro a dezembro de 1997 e 1998, respectivamente.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

| Discriminação | Dezembro/97 | Dezembro/98 |
|--|--------------------|--------------------|
| 1) LIQUIDEZ CORRENTE | | |
| Ativo Circulante | 2,10 | 3,17 |
| Passivo Circulante | | |
| 2) LIQUIDEZ GERAL | | |
| Ativo Circ. + Realiz. a Longo Prazo | 1,02 | 1,05 |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | | |
| 3) IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO | | |
| Ativo Imobilizado | 0,92 | 0,85 |
| Patrimônio Líquido | | |
| 4) ENDIVIDAMENTO TOTAL | | |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | 1,76 | 1,72 |
| Patrimônio Líquido | | |
| 5) RECURSOS DE TERCEIROS | | |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | 0,64 | 0,63 |
| Ativo Total | | |
| 6) RECURSOS PRÓPRIOS | | |
| Patrimônio Líquido | 0,36 | 0,37 |
| Ativo Total | | |
| 7) GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS | | |
| Patrimônio Líquido | 0,57 | 0,58 |
| Exigível Total | | |
| 8) MARGEM LÍQUIDA | | |
| Lucro Líquido | (0,03) | 0,01 |
| Receita Operacional Líquida | | |
| 9) RETORNO S/PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Lucro Líquido | (0,09) | 0,04 |
| Patrimônio Líquido Médio | | |
| 10) RETORNO S/ATIVO TOTAL | | |
| Lucro Líquido | (0,04) | 0,02 |
| Ativo Total Médio | | |
| 11) LUCRO LÍQUIDO | | |
| Em R\$ milhões | (22) (*) | 9 (*) |
| 12) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | |
| Em R\$ milhões | 806 (*) | 730 (*) |

OBS.: Os indicadores apontados nos itens 8 ao 12 correspondem ao período acumulado de janeiro a dezembro.

(*) Dados atualizados para valores de dez/98, com base na variação média do IGP-M (FGV).

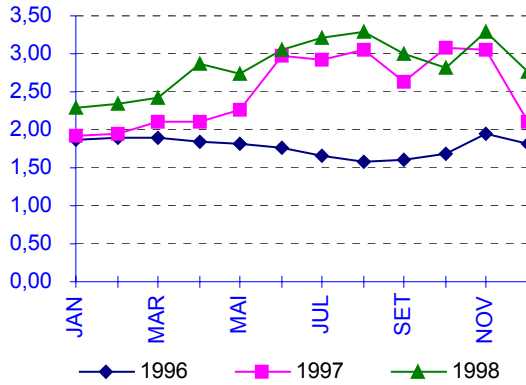
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - EVOLUÇÃO MENSAL EM 1996, 1997 e 1998

| Discriminação | Exercícios | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--|------------|----------|----------|---------|---------|---------|----------|----------|----------|----------|---------|---------|----------|
| 1) LIQUIDEZ CORRENTE | 1996 | 1,86 | 1,90 | 1,89 | 1,83 | 1,82 | 1,76 | 1,67 | 1,57 | 1,61 | 1,69 | 1,94 | 1,82 |
| Ativo Circulante | 1997 | 1,91 | 1,94 | 2,10 | 2,11 | 2,27 | 2,97 | 2,92 | 3,05 | 2,84 | 3,07 | 3,04 | 2,10 |
| Passivo Circulante | 1998 | 2,28 | 2,35 | 2,41 | 2,87 | 2,74 | 3,06 | 3,20 | 3,30 | 3,00 | 2,81 | 3,29 | 2,76 |
| 2) LIQUIDEZ GERAL | 1996 | 1,51 | 1,52 | 1,50 | 1,45 | 1,44 | 1,25 | 1,20 | 1,12 | 1,16 | 1,20 | 1,44 | 1,32 |
| Ativo Circ. + Realiz. a Longo Prazo | 1997 | 1,35 | 1,35 | 1,42 | 1,39 | 1,49 | 1,17 | 1,16 | 1,21 | 1,14 | 1,19 | 1,23 | 1,02 |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | 1998 | 0,98 | 0,96 | 0,98 | 0,99 | 0,97 | 1,01 | 1,03 | 1,06 | 1,10 | 1,09 | 1,31 | 1,05 |
| 3) IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO | 1996 | 0,57 | 0,58 | 0,60 | 0,62 | 0,62 | 0,69 | 0,72 | 0,81 | 0,77 | 0,74 | 0,59 | 0,64 |
| Ativo Imobilizado | 1997 | 0,63 | 0,63 | 0,61 | 0,64 | 0,60 | 0,74 | 0,74 | 0,70 | 0,76 | 0,72 | 0,68 | 0,92 |
| Patrimônio Líquido | 1998 | 0,99 | 1,03 | 1,00 | 0,96 | 0,99 | 0,94 | 0,91 | 0,85 | 0,81 | 0,81 | 0,62 | 0,85 |
| 4) ENDIVIDAMENTO TOTAL | 1996 | 0,78 | 0,75 | 0,75 | 0,78 | 0,79 | 1,10 | 1,19 | 1,27 | 1,23 | 1,13 | 0,88 | 1,06 |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | 1997 | 0,99 | 0,97 | 0,87 | 0,86 | 0,79 | 1,28 | 1,31 | 1,24 | 1,42 | 1,26 | 1,22 | 1,76 |
| Patrimônio Líquido | 1998 | 1,70 | 1,74 | 1,68 | 1,49 | 1,56 | 1,43 | 1,37 | 1,29 | 1,28 | 1,34 | 1,06 | 1,85 |
| 5) RECURSOS DE TERCEIROS | 1996 | 0,44 | 0,43 | 0,43 | 0,44 | 0,44 | 0,52 | 0,54 | 0,56 | 0,55 | 0,53 | 0,47 | 0,51 |
| Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo | 1997 | 0,50 | 0,49 | 0,47 | 0,46 | 0,44 | 0,56 | 0,57 | 0,55 | 0,59 | 0,56 | 0,55 | 0,64 |
| Ativo Total | 1998 | 0,63 | 0,64 | 0,63 | 0,60 | 0,61 | 0,59 | 0,58 | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,51 | 0,65 |
| 6) RECURSOS PRÓPRIOS | 1996 | 0,56 | 0,57 | 0,57 | 0,56 | 0,56 | 0,48 | 0,46 | 0,44 | 0,45 | 0,47 | 0,53 | 0,49 |
| Patrimônio Líquido | 1997 | 0,50 | 0,51 | 0,53 | 0,54 | 0,56 | 0,44 | 0,43 | 0,45 | 0,41 | 0,44 | 0,45 | 0,36 |
| Ativo Total | 1998 | 0,37 | 0,36 | 0,37 | 0,40 | 0,39 | 0,41 | 0,42 | 0,44 | 0,44 | 0,43 | 0,49 | 0,35 |
| 7) GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS | 1996 | 1,28 | 1,34 | 1,34 | 1,29 | 1,27 | 0,91 | 0,84 | 0,79 | 0,81 | 0,85 | 1,14 | 0,94 |
| Patrimônio Líquido | 1997 | 1,01 | 1,03 | 1,15 | 1,17 | 1,27 | 0,78 | 0,76 | 0,81 | 0,70 | 0,79 | 0,82 | 0,57 |
| Exigível Total | 1998 | 0,59 | 0,57 | 0,60 | 0,67 | 0,64 | 0,70 | 0,73 | 0,78 | 0,78 | 0,75 | 0,94 | 0,54 |
| 8) MARGEM LÍQUIDA | 1996 | 0,31 | (0,12) | (0,21) | (0,20) | (0,02) | (0,43) | (0,26) | (0,57) | 0,17 | 0,19 | 0,57 | (0,06) |
| Lucro Líquido | 1997 | 0,06 | (0,06) | 0,11 | (0,09) | 0,24 | (0,64) | (0,27) | 0,19 | (0,29) | 0,15 | 0,19 | (0,03) |
| Receita Operacional Líquida | 1998 | (0,38) | (0,33) | 0,09 | 0,11 | (0,13) | 0,15 | 0,10 | 0,15 | 0,29 | (0,04) | 0,62 | (1,19) |
| 9) RETORNO S/PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1996 | 0,07 | (0,02) | (0,04) | (0,03) | (0,01) | (0,10) | (0,07) | (0,09) | 0,05 | 0,06 | 0,24 | (0,02) |
| Lucro Líquido | 1997 | 0,01 | (0,01) | 0,03 | (0,02) | 0,06 | (0,18) | (0,06) | 0,06 | (0,08) | 0,05 | 0,06 | (0,02) |
| Patrimônio Líquido Médio | 1998 | (0,07) | (0,06) | 0,03 | 0,03 | (0,04) | 0,05 | 0,03 | 0,04 | 0,10 | (0,01) | 0,25 | (0,31) |
| 10) RETORNO S/ATIVO TOTAL | 1996 | 0,04 | (0,01) | (0,02) | (0,02) | 0,00 | (0,05) | (0,03) | (0,04) | 0,02 | 0,03 | 0,12 | (0,01) |
| Lucro Líquido | 1997 | 0,01 | (0,01) | 0,01 | (0,01) | 0,03 | (0,09) | (0,02) | 0,03 | (0,04) | 0,02 | 0,03 | (0,01) |
| Ativo Total Médio | 1998 | (0,03) | (0,02) | 0,01 | 0,01 | (0,01) | 0,02 | 0,01 | 0,02 | 0,04 | 0,00 | 0,12 | (0,13) |
| 11) LUCRO LÍQUIDO | 1996 | 15,930 | (5,004) | (8,248) | (7,700) | (1,113) | (20,323) | (13,496) | (16,336) | 9,352 | 11,592 | 52,690 | (5,445) |
| Em R\$ milhares | 1997 | 2,687 | (2,587) | 6,293 | (4,467) | 15,806 | (40,652) | (11,667) | 12,065 | (16,993) | 9,657 | 13,350 | (4,213) |
| | 1998 | (13,981) | (11,857) | 5,530 | 5,789 | (6,824) | 9,132 | 5,574 | 9,049 | 22,994 | (2,296) | 67,639 | (81,667) |
| 12) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 1996 | 52,088 | 40,817 | 38,906 | 37,851 | 45,850 | 47,182 | 51,415 | 28,450 | 56,022 | 59,745 | 92,917 | 98,495 |
| Em R\$ milhares | 1997 | 48,826 | 42,313 | 54,787 | 49,510 | 66,639 | 63,417 | 43,935 | 63,325 | 57,954 | 64,356 | 68,607 | 146,536 |
| | 1998 | 36,409 | 36,302 | 61,165 | 50,964 | 52,606 | 61,318 | 56,031 | 59,038 | 80,347 | 57,011 | 108,671 | 68,394 |

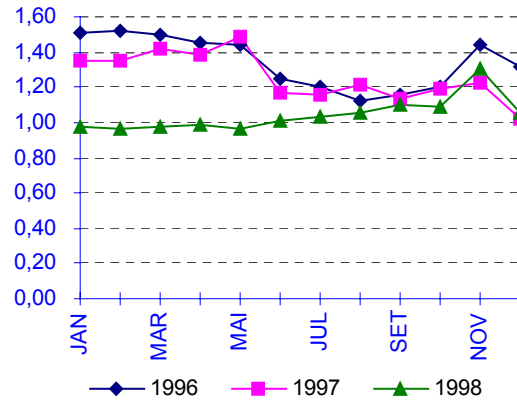
OBS.: Os indicadores apontados nos itens 8 ao 12 correspondem a períodos mensais.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - EVOLUÇÃO MENSAL

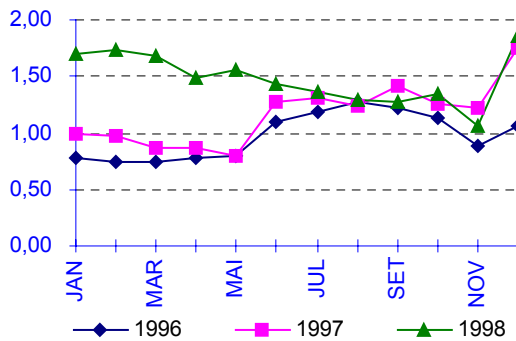
LIQUIDEZ CORRENTE



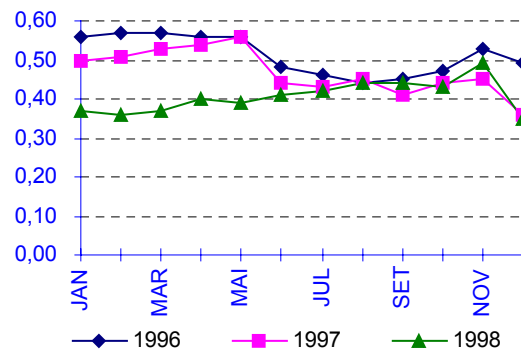
LIQUIDEZ GERAL



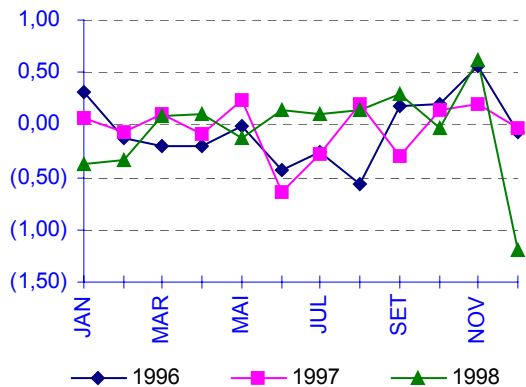
ENDIVIDAMENTO TOTAL



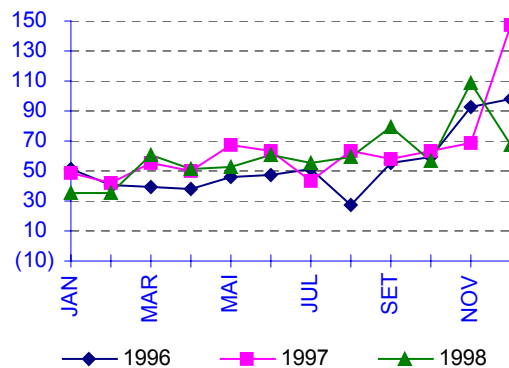
RECURSOS PRÓPRIOS



MARGEM LÍQUIDA



RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Sociais Encerrados em 31 dezembro de 1997 e 1998

| Discriminação | Jan a Dez/97 (*) (A) | Composição % | Jan a Dez/98 (*) (B) | Composição % | |
|---|-------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------|
| GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (1) | | | | | |
| Receita Operacional Bruta / Não Operacional | 841.048.786 | 155,21 | 761.388.161 | 147,03 | |
| (-) Insumos Adquiridos de Terceiros | <u>(309.734.941)</u> | (57,16) | <u>(240.431.134)</u> | (46,43) | |
| VALOR ADICIONADO BRUTO (2) | 531.313.845 | 98,05 | 520.957.027 | 100,60 | |
| (-) Depreciações e Amortizações | <u>(21.045.936)</u> | (3,88) | <u>(24.948.591)</u> | (4,82) | |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3) | 510.267.909 | 94,16 | 496.008.436 | 95,78 | |
| Recebido de Terceiros (Receita Financeira) | <u>31.619.718</u> | 5,84 | <u>21.852.215</u> | 4,22 | |
| T O T A L | 541.887.627 | 100,00 | 517.860.650 | 100,00 | |
| Distribuição do Valor Adicionado (4) | (A) | Composição | (B) | Composição | Evolução %(B/A) |
| Remuneração do Trabalho | 409.178.926 | 75,51 | 359.565.795 | 69,43 | (12,13) |
| Governo (Impostos e Contribuições) | 148.038.314 | 27,32 | 138.361.691 | 26,72 | (6,54) |
| Capitais de Terceiros | | | | | |
| Despesas Financeiras | 2.778.459 | 0,51 | 8.408.675 | 1,62 | 202,64 |
| Locações de Imóveis e Máquinas | 3.571.476 | 0,66 | 2.418.254 | 0,47 | (32,29) |
| Lucro Líquido (**) | <u>(21.679.548)</u> | (4,00) | <u>9.106.234</u> | 1,76 | (142,00) |
| T O T A L | 541.887.627 | 100,00 | 517.860.650 | 100,00 | (4,43) |

(*) Os dados históricos do exercício de 1997 e 1998 foram atualizados para valores de dezembro de 1998 com base na variação média do IGP-M (FGV) dos períodos de janeiro a dezembro de 1997 e 1998, respectivamente.

(**) Em função do prejuízo apurado no período de janeiro a dezembro de 1997, não houve remuneração do capital próprio (lucro líquido) e, por isso, este componente do Valor Adicionado participou negativamente na composição da riqueza gerada pela Empresa.

4.2. - GESTÃO DE NEGÓCIOS

4.2.1. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Tributária – SUNAT é uma unidade de negócio, com a missão de disponibilizar à Secretaria da Receita Federal – SRF, órgão do Ministério da Fazenda, todas as informações pertinentes à arrecadação e cobrança, tributação, fiscalização, pesquisa e investigação tributária; aos estudos econômicos, tributários e estratégicos e à programação logística de forma integrada, dotando o cliente de tecnologias, ferramentas e instrumentos modernos e eficientes, com o intuito de facilitar seu processo de gestão e tomada de decisões.

4.2.1.1 - Os principais produtos oferecidos são:

- Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SIEF;
- Cadastros de Pessoa Física e Jurídica;
- Sistema de Controle de Declaração de Imposto de Renda;
- Sistema de Controle de Arrecadação Federal;
- Sistema de Cobrança de Débitos Tributários;
- Sistema de Captação de Declarações em Meio Magnético e via Internet; e
- Gerenciamento de Ambientes Cliente Servidor.

Desenvolve suas atividades para Secretaria da Receita Federal – seu único cliente, tanto para os órgãos centrais, situados em Brasília, quanto para as unidades descentralizadas, conforme:

- **Receitanet** - permite a entrega das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica, via Internet, que teve uma enorme aceitação pelos contribuintes, chegando a marca de 3,89 milhões de declarações de Pessoa Física em 1998, com um crescimento de 466% em relação a 1997. Caso todos estes contribuintes tivessem entregue suas declarações em papel, o custo para a SRF, só com a transcrição, seria de R\$ 2,80 milhões. Na hipótese do deslocamento deste contribuintes utilizando o transporte coletivo, para entregar suas declarações, o gasto seria de R\$ 4,67 milhões;
- **Sistema de Emissão de Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais** - implantado em janeiro de 1998. A Receita Federal pretende, com esse serviço, diminuir as filas nas Delegacias. Cerca de 600 mil empresas encontram-se aptas a receber a certidão pela Internet e estima-se que, aproximadamente, 750 certidões são emitidas por dia. O sistema, via Internet, disponibilizou no mês de agosto, 1,44 milhões de empresas aptas a receberem o documento pela rede de computadores. Como reflexo da emissão de Certidão Negativa pela Internet, 89 mil contribuintes deixaram de ir às Delegacias da SRF para serem atendidos no balcão, evitando filas nas unidades de atendimento. Tendo em vista que o tempo médio para a emissão de uma certidão era de 3 horas, uma vez que os levantamentos eram realizados em cada sistema, foram economizados 267 mil horas, o equivalente a 126 TTNs por ano, dedicados integralmente a esta atividade o que corresponde a uma economia de R\$ 3,02 milhões. No caso dos contribuintes que deixam de se deslocar para a SRF, a economia seria de R\$ 106 mil;

- **Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SIEF**, que pretende conhecer e tratar, de forma precisa, as informações relativas ao contribuinte. O SIEF baseia-se no modelo de dados e processos corporativos, obedecendo a padrões e correspondentes normas definidas pela SRF; trabalha com bases de dados descentralizados, com acesso por redes locais, contemplando porém a centralização de dados agregados para suporte de funções gerenciais;
- **SIMPLES** - a SUNAT participou do projeto que instituiu o regime tributário SIMPLES e desenvolveu os sistemas para tratamento do novo documento de arrecadação. Sem prejuízo para o montante arrecadado, a redução de DARF provocada pelo SIMPLES se traduz em racionalização de processos e em diminuição de despesas para o Tesouro, pois os bancos são remunerados por DARF recepcionado. Em 1997, essa despesa foi reduzida em cerca de R\$ 30 milhões;
- **Sistema Declaração Imposto Retido na Fonte – DIRF** - contribuiu para melhorar o desempenho operacional do processamento das declarações de Imposto de Renda, em relação aos anos anteriores;
- **Gerenciamento da Administração de Ambiente Cliente Servidor** - busca estabelecer um padrão de serviço e constitui referência para a gestão operacional das redes locais da SRF, uniformizando a atuação das equipes descentralizadas;
- **Sistema de Auditoria Fiscal – AUDITA** - objetiva instrumentalizar a auditoria, permitindo avaliar e averiguar a contabilidade e documentação fiscal do contribuinte que, com um custo de R\$ 474,94 mil gerou uma receita prevista derivada da ordem de R\$ 7,8 milhões, além de propiciar rapidez na conclusão da ação fiscal e promove uma arrecadação mais justa dos tributos pela fiscalização de maior número de contribuintes;
- **Programa de Imposto de Renda – PIR** - foi concebido para viabilizar a apresentação, pelas pessoas físicas e jurídicas, das Declarações de Ajuste Anual dos Impostos IRPF, IRPJ, DIRF e SIMPLES. Possibilita ao declarante utilizar formulários, disquetes e Internet como meios de entrega. Propicia a duplicação de 4 milhões de disquetes contendo o Programa Gerador de Declarações; a emissão de 4 milhões de etiquetas para endereçar os Manuais de Preenchimento; a emissão de 5 milhões de cartas aos contribuintes (que constitui o universo daqueles que tem possibilidade de entregar Declarações por meio de disquetes/Internet); transcrição de aproximadamente 3 milhões de formulários do IRPF e SIMPLES;
- **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** - o cadastro de todas as empresas do Brasil, tendo sido idealizado para uso dos governos Federal, Estadual e Municipal, assim como de órgãos a eles vinculados, propicia, para a SRF, maior integração governamental, assim como maior controle sobre as empresas e para o contribuinte, maior facilidade, comodidade e agilidade no ato de cadastrar e atualizar os dados perante os órgãos governamentais, com maior qualidade, levando um tempo significativamente menor de todo o processo cadastral das empresas. No futuro, poderá vir a ser o único Cadastro das Pessoas Jurídicas do Brasil, atendendo não só ao Governo como também a instituições privadas, mantendo evidentemente, o sigilo

fiscal. O sistema administra 11,5 milhões de estabelecimentos, de 10,5 milhões de empresas. Hoje são processadas apenas 700 mil FCPJs, graças à sua unificação e, além disso, elas são captadas, ou pelo contribuinte, ou pelos órgãos da SRF, não havendo o processo de transcrição, que custaria, a preços atuais, cerca de R\$ 4 milhões (R\$ 1,00 por ficha);

- **Sistema de Controle de Postagem – SUCOP** - visa a integração on-line com os sistemas geradores de correspondências, possibilitando a recuperação de documentos postados a partir de qualquer sistema emissor, até a integração com o SIEF. Para a SRF o SUCOP propicia o controle das correspondências encaminhadas aos contribuintes; o controle da obtenção de dados gerenciais sobre as postagens; o arquivamento dos documentos em lotes; e uma maior facilidade de recuperação dos AR. Permite ainda, a atualização dos sistemas emissores, indicando se o contribuinte recebeu ou não o documento que foi postado, permitindo a tomada de providências conforme cada caso. Em termos de quantidades e volumes, o SUCOP tem 29,5 milhões de registros de documentos postados em sua base de dados, desde a sua implantação em julho de 1996. Já foram devolvidos pelo Correio e processados no SUCOP 20,9 milhões de AR e 2,6 milhões de cartas, sendo processados 13,0 milhões de documentos por ano. Com um orçamento previsto da ordem de R\$ 1,09 milhões o sistema promove uma economia de R\$ 1,2 milhões, com o trabalho de ordenação manual, arquivamento e recuperação dos ARs;
- **Sistema de Informações Geradoras da Ação Fiscal – SIGA** - tem por objetivo reduzir o tempo dispendido na ação fiscal, quer seja de Pessoa Jurídica quer seja de Pessoa Física, aumentando a eficiência de seleção, elevando o crédito tributário e conseqüentemente a melhoria na qualidade do trabalho fiscal. Trouxe os seguintes benefícios: proporcionar uma seleção de contribuintes pautada em critérios técnicos e impessoais; atribuir maior importância às informações coletadas junto a fontes externas, enfatizando-se as transações econômicas que revelem sinais exteriores de riqueza; descentralizar a operação, deixando-a sob responsabilidade e controle da própria DRF; integrar, num único sistema, todas as bases de dados (fontes internas e externas), buscando uma visão completa de cada contribuinte; reduzir o custo de gerenciamento dos dados, evitando a replicação dos mesmos; tratar, prévia e adequadamente, os dados obtidos, visando reduzir as possibilidades de erro; manter as informações sempre atualizadas, tanto pela coleta permanente de dados (fontes externas), quanto pela sua extração imediata; apresentar todas as telas e relatórios de forma amigável, por meio da plataforma Windows; evitar o arbitramento de valores para não prejudicar as análises; indicar valores com as respectivas moedas vigentes à época da operação; reduzir o tempo dispendido na fiscalização, possibilitando a execução de operações objetivas, amparadas em informações consistentes; aumentar o crédito tributário por ação fiscal, a partir da identificação de transações econômicas relevantes; melhorar a qualidade do trabalho fiscal, com a formação de Dossiês que permitam orientar os esforços a serem empreendidos; atingir contribuintes não-assalariados de alto poder aquisitivo, especialmente os omissos; elevar a eficiência da seleção, identificando informações sobre negócios não declarados pelo contribuinte; ampliar o número de verificações na área de IRPF/IRPJ; e ampliar o universo efetivo de contribuintes do IRPF, incentivando o cumprimento espontâneo da obrigação tributária, via efeito demonstração. O orçamento dos sistemas que compõe o Projeto SIGA em 1997 foi da ordem de R\$ 2,10 milhões e viabilizou um crédito tributário de R\$

2,07 bilhões. Para 1998, o orçamento é de R\$ 3,29 milhões para uma realização de crédito tributário até junho, de R\$ 1,39 bilhões. Com esses resultados pode-se observar um retorno na ordem de 98,3% em 1997 e 42,3% até junho de 1998 em relação ao custo do sistema;

- **Sistema Integrado de Decisões** - auxilia na elaboração de novas decisões e pareceres; controla automaticamente o envio e publicação das decisões e pareceres no Diário Oficial da União; diminui os estoques de processos a serem julgados nas DRJs, propiciando resposta mais rápida e equânime a suas consultas à SRF com maior confiabilidade em razão da rapidez e integridade das respostas. Com um custo previsto de R\$ 407,08 mil, o sistema gerou uma economia final de R\$ 89,88 milhões.

4.2.1.2.- Atividades Inovadoras

A SUNAT tem como alvo permanente buscar a satisfação do cliente, por meio do processo de melhoria contínua na prestação de seus serviços. Tal política propiciou que se tenha desenvolvido 47 projetos considerados inovadores.

A inovação é uma características dos produtos e serviços da SUNAT, sendo destaques no ano de 1998 os seguintes:

- **Certidão Negativa via Internet** - que objetiva a emissão das certidões de débito de tributos e contribuições federais, por meio da Internet e propicia economia nos custos operacionais, agilização na atualização da regularização fiscal, além da comodidade, para o usuário, na obtenção da Certidão;
- **Consolida DIRPJ** - que permite consultas agregadas aos dados das DIRPJ, em nível de atividade econômica por DRF, UF, RF e Brasil;
- **Certidão ITR** - que possibilita a emissão e controle de Certidões Negativa e Positiva (com efeito de negativa) e que fornece informações agregadas de diversos sistemas, concentradas num único aplicativo, facilitando o acesso e análise e reduzindo o custo social;
- **DCTF Linha Rápida** - que agiliza a recepção, validação e transmissão da DCTF 93/96 e propicia agilidade no atendimento;
- **Sistema de Pesquisa e Investigação** - que executa, controla e avalia as atividades de pesquisa e investigação, agilizando a disponibilização e o trâmite das informações, aumentando o nível de vigilância no combate à evasão fiscal e gerando economia nos custos operacionais;
- **Papéis de Trabalho** - que serve como ferramenta eficaz de apoio para a atividade de auditoria fiscal, padronizando os procedimentos, de forma automatizada, ágil e confiável e propiciando maior eficácia do trabalho público, com resultados mais efetivos na busca do sonegador fiscal;
- **Sistema de Eventos Agregados – SEAGRE** - para apoiar o Auditor Fiscal em processos de sindicância e apurações especiais, trazendo agilidade e eficácia na apuração dos processos e melhorando o controle e fiscalização; e
- **Sistema de Auto de Infração – SAFIRA** - que gera o Auto de Infração sem problemas de cálculos e com os enquadramentos legais adequados, proporcionando rapidez e exatidão no cálculo do Auto, diminuição de Autos impugnados e trazendo justiça no cálculo da dívida para com a Receita.

A ênfase em inovação e qualidade nos produtos e serviços prestados pela SUNAT ao cliente e à sociedade vem sendo reconhecido por meio dos prêmios (abaixo) e manifestações públicas de diversas entidades e cidadãos:

- IW BEST 98 - 1º lugar Juri oficial na categoria Governo/Associações, como melhor site;
- IW BEST 98 - Comércio Eletrônico colocado entre os 3 finalistas;
- Lâmpada da Inovação - Programa de Inovações nas Unidades de Negócio;
- Prêmio TOP de Internet - ADVB;
- Prêmio SERPRO de Qualidade - 1996 - Menção Honrosa;
- Prêmio SERPRO de Qualidade - 1997 - Destaque;
- Prêmio CONIP 98 - Serviços Públicos; e
- Experiências Inovadoras no Serviço Público - ENAP/MARE.

4.2.2. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Financeira - SUNAF é uma unidade de negócio à qual compete a prestação de serviços à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria Federal de Controle, órgãos centrais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

4.2.2.1 - Principais Serviços

- **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI** - implantado em 1987, vem incorporando diversos aperfeiçoamentos visando o seu ajustamento às necessidades crescentes dos usuários e adequações impostas por modificações de natureza legal. No período de janeiro a dezembro de 1998, merecem destaques os seguintes aperfeiçoamentos:
 - **Criação e Otimização de Funções, Rotinas e Processos:**
 - Dívida Externa: cadastro de aplicações com desenvolvimento de consultas gerenciais, agenda da Dívida e programa de roteador de consultas;
 - Subsistemas de Natureza de Responsabilidade e Agentes Responsáveis;
 - Subsistema Administração Financeira de Estados e Municípios -SAFEM;
 - Subsistema Contrato de Repasses;
 - Consultas para o subsistema de Programação Orçamentária;
 - Desenvolvimento de rotinas de extração de informações para a Secretaria Federal de Controle;
 - Desenvolvimento de nova rotina Caixa;
 - Reformulação da Nota de Programação Financeira;
 - Desenvolvimento de nova consulta de ingressos e dispêndios do INSS na Conta Única;
 - Desenvolvimento da remuneração e depósito direto da Conta Única; e
 - Desenvolvimento de trilhas de Auditoria para o Sistema de Entrada e Habilitação.
 - **Contas a Pagar e Receber** - prosseguimento dos trabalhos de desenvolvimento

iniciados em 1997, com incorporação de novas funções definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional; e

- **Ajustamento dos Aplicativos para o Ano 2000** - compreendendo a elaboração do Plano Estratégico, alteração de objetos (adequação) e início da certificação (conclusão prevista para março de 99).
- **SIAFI Gerencial** - objetiva fornecer informações para o processo decisório dos gestores públicos. Concebido para operação em plataforma cliente/servidor e banco de dados relacional, permitirá a obtenção rápida de informações pelos gestores, na sua própria estação de trabalho. O sistema está em produção, disponibilizando as informações de todos os tipos de saldo do SIAFI. Principais implementações ocorridas no período de janeiro a dezembro de 98:
 - **Consultas Construídas** - desenvolvimento e implantação de nova versão do Sistema Consulta Construída; e
 - **Atualização de Tabelas** - desenvolvimento e implantação do Sistema de Consultas aos documentos do módulo analítico e atualização das tabelas do SIAFI grande porte.
- **Sistema de Administração da Dívida Pública Federal Interna - SADIP** - é um complexo onde estão sendo desenvolvidos vários sistemas, integrando as informações da Dívida Pública Federal Interna, oferecendo aos usuários informações e recursos de controles essenciais para a gestão. As principais implementações ocorridas em 1998 foram:
 - **Elaboração da Programação Orçamentária da Dívida Pública** - desenvolvimento e implantação do sistema;
 - **Dívida Contratual** - reavaliação do projeto e definição de novas funções (em andamento);
 - **Gestão De Convênios** - desenvolvimento e implantação do sistema;
 - **Dívida Agrícola** - desenvolvimento e implantação do sistema; e
 - **Dívida Pública Mobiliária** - desenvolvimento e implantação do sistema.
- **Ativa - Sistema de Planejamento de Acompanhamento das Atividades** - visa instrumentalizar o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos resultados da execução dos orçamentos da União, dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos, assim como a realização de auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal, de execução orçamentária e administrativa. Controla a execução e alcance das metas da Secretaria Federal de Controle e fornece elementos para o cálculo da GDP (gratificação de desempenho e produtividade). As principais implementações ocorridas em 1998 foram:
 - **Matriz de Risco** - desenvolvimento e implantação do módulo;
 - **Ano 2000**: - ajuste dos aplicativos (nos mesmos moldes do SIAFI). Totalmente concluído e certificado;
 - **Análise Contábil**: - desenvolvimento e implantação do módulo; e
 - **Padrão de Diálogo**: - alteração para o padrão Windows.

4.2.3. SISTEMAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A Superintendência de Negócios Comércio Exterior - SUNCE, Unidade de Negócio que presta serviços de tecnologia da informação aos órgãos do Governo Federal e demais intervenientes no processo de comércio exterior brasileiro.

- **Siscomex (Importação e Exportação)** - sistemas informatizados que apoiam as atividades operacionais requeridas pelas autoridades governamentais no processamento das exportações e importações brasileiras. Implantados em 1993 e 1997, respectivamente, integrou o fluxo único as funções aduaneiras, comerciais e cambiais, geridas respectivamente pela Secretaria da Receita Federal (Ministério da Fazenda), Secretaria de Comércio Exterior (Ministério de Indústria, Comércio e Turismo), e Banco Central do Brasil (Ministério da Fazenda).

Os sistemas propiciam uma série de consultas on-line e fornecem entradas para outros sistemas gerenciais ou estatísticos e para a apuração da Balança Comercial Brasileira. O Siscomex possibilitou a padronização da forma de trabalho de diversos tipos de usuários, tais como: Repartições Aduaneiras; Empresas transportadoras Nacionais e Internacionais; Depositários; e Bancos autorizados pelo BACEN a operar com câmbio.

No período de janeiro a dezembro de 1998 foram processadas, aproximadamente, 857 mil declarações de exportações e 1,3 milhões de declarações de importações com uma previsão de registrar 2,2 milhões de declarações até o fim de 1999, sendo que a tendência aponta um aumento das exportações e redução das importações.

- **Benefícios para sociedade**

- com a automação dos serviços, tornou-se possível a elaboração de Declarações de Despacho de Exportação durante as 24 horas do dia, sem interrupções;
- o contribuinte passou a fornecer os dados uma única vez, o que representou maior eficiência, reduzindo e agilizando consideravelmente a burocracia existente para o cumprimento das etapas necessárias no processo de exportação e importação;
- os procedimentos são realizados por meio de equipamentos instalados nos clientes e ligados à rede SERPRO, possibilitando a conclusão de um desembaraço aduaneiro em até 60 minutos;
- com a implantação do Siscomex Importação, foi eliminado o processo burocrático de preenchimento de guias que passou a ser feito a partir do próprio equipamento do importador, sem que este tenha a necessidade de se deslocar de sua residência ou escritório;
- hoje, o débito de recolhimento de imposto é automático; e
- os sistemas que fazem parte da chamada “família SISCOMEM” (Exportação e Importação) atendem cerca de 54 mil usuários dos setores público e privado. Estes sistemas são diretamente responsáveis pela modernização do controle aduaneiro no país e pela redução do “custo Brasil”, relacionado à atividade de Comércio Exterior.

- **Benefícios para os clientes**

- a automação padronizou procedimentos de trabalho a nível nacional em todas as repartições aduaneiras. Os procedimentos utilizados anteriormente pelas diferentes aduanas aumentavam o grau de dificuldade dos usuários em sua interação com as repartições aduaneiras. Foram criados mecanismos automáticos de acompanhamento, permitindo a adoção de critérios de fiscalização em níveis local, regional e/ou nacional, para determinadas mercadorias. Finalmente, permitiu o balanceamento da carga de trabalho da Fiscalização, tornando-a impessoal;
 - a implantação do Siscomex tornou disponível informações para a apuração da Balança Comercial, além de aumentar a confiabilidade na elaboração de estatísticas e nas informações gerenciais;
 - possibilitou, pela primeira vez, a integração dos órgãos governamentais envolvidos (SRF, SECEX, BACEN), com informações em tempo real, permitindo, desta forma, que sejam feitas projeções e acompanhamento quanto ao comportamento das exportações brasileiras;
 - houve uma atualização tecnológica nas Unidades Aduaneiras, visando integrar e acelerar o processo de Importação. O tempo médio do desembarço aduaneiro passou de 5 dias para 2 dias;
 - foi desenvolvido um novo sistema para a modernização do processo de Despacho Aduaneiro, que é o processo de acompanhamento do desembarque até a entrega da mercadoria ao consumidor, eliminando as longas distâncias territoriais;
 - destacam-se como pontos mais relevantes desta nova proposta quanto ao uso da tecnologia da informação:
 - criação de uma linguagem parametrizada para possibilitar autonomia, flexibilidade e segurança nos vários níveis da fiscalização durante o processo de despacho e antes da efetivação da importação;
 - distribuição proporcionalizada dos despachos a serem analisados conforme o efetivo disponível na unidade e a quantidade de Declarações/Mercadorias a serem conferidas;
 - conferência dos valores declarados nas importações de determinadas mercadorias que possam ter o seu preço praticado fora das faixas permitidas e a conseqüente cobrança de tributos complementares (Valoração Aduaneira);
 - acompanhamento em tempo real, dos procedimentos aduaneiros, pelos importadores por meio de consultas feitas em seus próprios equipamentos (micros);
 - débito Automático em Conta Corrente.
- **Controle de Carga e Manifesto - MANTRA** - o sistema destina-se ao controle aduaneiro informatizado sobre as cargas procedentes do exterior e as em trânsito pelo território aduaneiro nos principais aeroportos e portos do país. Possibilita a seus usuários informarem o manifesto de cargas, a chegada do veículo transportador em unidades locais da Secretaria da Receita Federal (SRF), o armazenamento e a entrega ao importador dessas cargas manifestadas.

Permite, também, à autoridade aduaneira exercer o controle dessa movimentação, inclusive a conferência final de manifesto e a baixa em manifesto. Além disso, elimina entraves burocráticos, na medida em que substitui documentos por registros

no Sistema, melhora o fluxo de informações entre os diversos intervenientes, permite à Aduana trabalhar apenas com as exceções ou com as operações selecionadas mediante critérios objetivos e confere melhor tratamento às cargas, ao tornar disponíveis informações gerenciais como alternativa para melhor administração e planejamento operacional pelos intervenientes.

- **Benefícios para a sociedade**

- acompanhamento da movimentação da carga em uma repartição aeroportuária, eliminando a necessidade anterior de contactar depositário ou transportador por telefone;
- agilização da disponibilidade da carga tanto para trânsito quanto para nacionalização;
- troca de informações com os sistemas dos depositários, que permite maior agilização no controle de armazenamento e de saída de cargas de repartições aduaneiras;
- definição do momento de transferência da guarda das cargas do Transportador para o depositário, dirimindo quaisquer dúvidas quanto à responsabilidade;
- consultas operacionais para melhor administração das cargas destinadas aos armazéns;
- remessa de informações do manifesto das companhias aéreas, via EDI;
- substituição da datilografia do Manifesto e da Folha de Controle de Carga pela remessa, via EDI, do manifesto, que possibilita uma melhoria na qualidade dos controles de todos os intervenientes;
- definição do momento de transferência da guarda das cargas do Transportador para o Depositário;
- eliminação da DTA datilografada para cargas pátio, substituída por uma solicitação no sistema. Agilização deste trânsito via da conferência física das cargas em 95 % das DTA (canal verde); e
- diversas consultas operacionais para melhor acompanhamento e controle das cargas numa repartição, permitindo sensível melhora do atendimento prestado aos clientes.

- **Benefícios para o cliente**

- possibilidade de planejamento das atividades fiscais de visita e controle de veículos transportadores pela previsão de chegada e manifestação antecipada;
- racionalização dos procedimentos aduaneiros, agilizando o fluxo de cargas em todos os casos em que o sistema pode deduzir a não necessidade de participação da Aduana;
- redução da participação da mão-de-obra aduaneira, com a automatização dos processos de Perdimento, Baixa do Manifesto e Torna-Guia;
- consultas que permitem o acompanhamento pontual da movimentação da carga numa repartição aduaneira desde sua manifestação até sua saída; e
- consultas gerenciais que demonstram todo o histórico das repartições e apoiam as decisões administrativas.

- **Legislação** - base de conhecimento que contempla toda a legislação no que concerne ao comércio exterior, contendo informações atualizadas desde 1981. Constitui a base legal para o Exame Tributário, que é o procedimento que valida o Licenciamento Prévio

e Declarações de Importação, quanto aos tratamentos administrativos, tarifas e enquadramento adequado a que está sujeita uma mercadoria ao ser importada, o que trouxe agilidade e facilidades ao importador e maior segurança na ação fiscal.

- **Gerenciais** - todos os Sistemas da família SISCOMEX dispõem de informações gerenciais, que são apresentadas por meio de consultas on-line e/ou de relatórios, além de consultas não previstas via apurações especiais, e que permitem aos órgãos gestores dos sistemas o seu acompanhamento nos níveis operacional, tático e estratégico. Podemos destacar os seguintes sistemas:

- ***Linhas de Informações de Comércio Exterior - LINCE*** - o sistema possibilita ao usuário efetuar cruzamento de dados referentes às declarações de importação ou exportação, segundo parâmetros previamente selecionados. O resultado exibido poderá mostrar informações de cunho estatístico ou detalhes da declaração de importação.
- ***Análise de Informações de Comércio Exterior - ALICE*** - foi implantado em 1992 para divulgar estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro aos órgãos do governo que o utilizam como instrumento de apoio no estabelecimento e no acompanhamento de políticas na área - e também aos usuários privados que se utilizam dessas informações para apoio e facilitação dos negócios na área de comércio internacional; e
- ***Sistema Integrado de Informações Gerenciais de Comércio Exterior Brasileiro SIGEX (Data Warehouse)***, está em fase final de projeto e visa apoiar o processo decisório nos níveis de direção afetos ao tema comércio exterior da Secretaria da Receita Federal, possibilitando o acesso às informações gerenciais de caráter estratégico, tático e operacional, previamente consolidadas por intermédio de ferramentas de recuperação, tratamento e análise de dados, utilizando a tecnologia de Data Warehouse.

- **Ações Inovadoras**

Durante o período a SUNCE empreendeu ações inovadoras e de melhorias, gerando diversos projetos dos quais podemos destacar:

- projeto de revisão do SISCOMEX - Importação;
- propostas de utilização da nova rede SERPRO visando melhorar os índices de disponibilidade de acesso;
- dedicação de recursos técnicos, logísticos e humanos para a central de atendimento ao usuário do SISCOMEX - Importação;
- criação de ambientes físicos nas instalações da Superintendência para uso dos clientes;
- desenvolvimento do Sistema de Suporte ao Atendimento (Banco de Soluções Conhecimento) em plataforma tecnológica de ponta, com acesso em todo o país, inclusive via Internet; e
- desenvolvimento do Projeto de Mapeamento de Processos Críticos.

4.2.4. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO

A Superintendência de Negócios Administração Federal e Reforma do Estado - SUNAR é a Unidade de Negócios que tem por objetivo prover o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE de sistemas de informação, consultoria e assessoramento em informática.

Os principais serviços encontram-se especificados a seguir, por área de atuação.

4.2.4.1 - Área de Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, de responsabilidade do MARE, é realizada com o apoio dos seguintes sistemas:

- **Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE** - responsável pelo processamento da Folha de Pagamento do Governo Federal, permite aos servidores consultar ou atualizar seus dados pessoais, funcionais e financeiros, por meio da Internet. Processa a folha de pagamento de cerca de 1,2 milhões servidores ativos, aposentados e pensionistas em 209 órgãos da Administração Pública Federal Direta, Instituições Federais de Ensino, Ex-Territórios Federais, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas. Faz chegar mensalmente, nas 968 Unidades Pagadoras dos Órgãos a ele integrados, os diversos relatórios, contracheques e fitas de crédito necessários ao pagamento de seus servidores;
- **Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIPE** foi integrado com o SIAPE, o que permitiu a integração das funções de gestão de Recursos Humanos com a gestão Financeira;
- **Sistema Integrado de Administração de Pessoal via Internet - SIAPENET** permite aos servidores ativos, aposentados e pensionistas consultar ou atualizar seus dados pessoais, funcionais e financeiros, por meio da Internet.
- **Benefícios do SIAPE e SIAPENET para o Cliente**
 - **controle das despesas** - permite conhecer e controlar o volume de recursos gastos com o pagamento de pessoal;
 - **economia de R\$ 1 bilhão** - os controles rígidos e a implementação de uma folha de pagamento única para todo o funcionalismo permitiram identificar irregularidades e coibir despesas indevidas, gerando uma redução de 2,5% dos gastos com pessoal no período de 1995 a 1997, o que é equivalente ao que seria gasto para utilizar o sistema por 33 anos;
 - **economia de R\$ 100 milhões** - o controle de todas as Sentenças Judiciais, em fase de conclusão, propiciará a economia anual de R\$ 100 milhões para os cofres públicos;
 - **impede a acumulação ilícita de cargos** - a verificação dos CPFs dos Servidores Públicos Federais com os cadastros dos Servidores dos Estados e Municípios impede a acumulação de cargos que contrarie a legislação;
 - **redução de custos** - evita o desperdício de recursos com a administração de sistemas informatizados, pelo fato de ser utilizado por 209 órgãos;

- **impede pagamentos indevidos** - a identificação dos servidores através da matrícula única permite o rastreamento dos vínculos em todos os órgãos e a rápida identificação e coibição de pagamentos indevidos;
- **impede contratações e nomeações indevidas** - realiza o controle de vagas e cargos, impedindo contratações e nomeações que não estejam devidamente autorizadas, e, conseqüentemente, reduzindo despesas;
- **economia operacional** - permite a recuperação de dados diretamente da base do sistema pelo próprio usuário, evitando gastos com apurações especiais, postagem, etc.;
- **consignações legais** - somente permite o desconto em folha para os casos definidos em lei, impedindo prejuízos para o servidor;
- **pagamento de vantagens** - impede que sejam pagas vantagens irregulares para servidores;
- **economia de R\$ 1, 7 milhões** - criação de um site na Internet para que os órgãos de Recursos Humanos possam recuperar suas informações, permitiu uma economia de aproximadamente R\$ 1,7 milhões, referente à redução da emissão de relatórios;
- **valorização do servidor** - o SIAPENET permite que os servidores consultem seus contracheques e dados funcionais e atualizem seus dados cadastrais via Internet, com segurança e sigilo;
- **servidores habilitados** - impede que sejam nomeados para cargos os servidores que não possuam a habilitação definida pela legislação;
- **previsão de gastos** - o controle dos pensionistas e aposentados permite a realização de estatísticas e estimativas de gastos;
- **imagem do governo federal** - ajuda a divulgar uma imagem positiva do Governo Federal, na medida em que a utilização do sistema exige a aplicação da lei e fornece informações que permitem coibir irregularidades;
- **informações confiáveis** - fornece informações qualitativas e quantitativas sobre os servidores;
- **aplicação da lei** - exige a correta aplicação da legislação por todos os órgãos;
- **unificação de procedimentos** - racionaliza esforços, processos de comunicação e dissemina informações e orientações para as unidades responsáveis pelo pagamento dos servidores;
- **decisões estratégicas** - permite ao Governo Federal conhecer a realidade e obter informações para subsidiar decisões estratégicas, por meio de consultas definidas pelo próprio usuário, utilizando a tecnologia Data Warehouse;
- **apoio aos órgãos de controle externo** - permite agilidade e confiabilidade nas informações fornecidas ao TCU, Ciset e outras entidades de controle;
- **racionalização do trabalho** - o SIAPENET, além de facilitar a vida dos servidores, pode gerar uma economia de até 20% das atividades dos órgãos de Recursos Humanos;
- **integração de sistemas** - a integração dos sistemas SIAPE e SIPE possibilita a compatibilização dos atos administrativos com os atos financeiros, gerando maior facilidade para o controle dos gastos públicos; e
- **flexibilidade** - permite agilidade na implementação de novas definições do Governo Federal.

4.2.4.2 - Área de Recursos Logísticos

A Gestão dos Recursos Logísticos da Administração Pública Federal é realizada com o apoio dos seguintes sistemas:

- **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG** - sistema on-line que tem por objetivo tornar disponível ferramental informatizado para operacionalizar o funcionamento sistêmico das atividades da gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos, dos quais o MARE é o órgão central normativo. Divulga para a sociedade as informações sobre os processos licitatórios, tornando mais transparentes os atos do Governo Federal.
- **Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS** - sistema que foi integrado ao SIASG, o que permitiu incorporar funções operacionais da área de serviços gerais, tais como controle de compras, estoque, patrimônio, entre outras.
- **Benefícios do SIASG e SIADS para o Cliente**
 - **maior concorrência, menor preço** - permite a comparação entre preços de grande quantidade de fornecedores de bens e serviços, possibilitando significativas economias nas compras e contratações;
 - **abrangência nacional** - permite o Cadastramento Unificado de Fornecedores, a Divulgação Eletrônica das Compras, a Coleta de Preços Praticados e a Gestão dos Contratos da Administração Pública Federal encontram-se implantados em todo o Brasil;
 - **eliminação de cartéis** - pela abrangência do sistema e a transparência que proporciona, fica muito dificultada a formação de cartéis;
 - **transparência** - as informações sobre as licitações do Governo Federal encontram-se disponíveis na Internet, tornando transparentes os processos de compra e contratações realizados pelos órgãos governamentais;
 - **racionalidade para fornecedores** - facilita e racionaliza os processos de trabalho para os fornecedores, pois permite o seu cadastramento uma única vez, eliminando a burocracia decorrente da apresentação de diversos documentos em todos os processos licitatórios, bastando consulta ao sistema;
 - **processos corporativos x operacionais** - a integração do SIASG com o SIADS permite obter uma visão corporativa dos processos operacionais referentes a serviços gerais e elimina a duplicidade de esforços;
 - **redução de desperdício** - permite uma efetiva gestão sobre o patrimônio, estoque, compras e contratos dos órgãos governamentais, possibilitando a redução de desperdício e a conseqüente redução de custos dos órgãos governamentais;
 - **idoneidade dos fornecedores** - dispõe de um Cadastro Geral de Fornecedores (SICAF) integrado com a base da Receita Federal, o que impede que empresas com problemas junto aos Governo Federal, Estadual e Municipal participem de licitações ou sejam pagas pelo Governo Federal;
 - **impede favorecimentos ilícitos** - por registrar e manter transparentes as ações dos órgãos governamentais responsáveis por compras e contratações, oferece condições para que não ocorra o direcionamento de convites para determinadas

empresas, através da divulgação dos atos e conhecimento do perfil comercial dos fornecedores;

- **padronização** - a existência de um cadastro único de materiais (CATMAT) no SIASG permite que os órgãos governamentais realizem muito mais facilmente a cotação de preços praticados pelos Fornecedores;
- **apoio aos órgãos de controle externo** - fornece informações gerenciais que subsidiam o trabalho dos órgãos de Controle Externo, fornecendo uma visão geral das compras realizadas e dos procedimentos adotados; e
- **integridade** - a integração do SIASG com o SIAFI evita duplicidade de trabalho e eliminação de erros, pois permite que os empenhos sejam elaborados uma única vez, além de garantir a integridade das informações.

4.2.4.3 - Área de Reforma do Estado

A Gestão de Reforma do Estado, de responsabilidade do MARE, é realizada com o apoio do sistema:

- **Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG** - desenvolvido para dotar a Administração Pública Federal de informações completas sobre toda a sua estrutura organizacional e integrar as informações utilizadas pelos demais sistemas e deve se tornar um dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal, fornecendo informações essenciais para a gestão dos recursos públicos.
- **Benefícios do SIORG para o Cliente**
 - **convergência do sistema de Administração Pública Federal** - visa a integração dos sistemas SIAFI, SIASG, SIAPE, SIDOR e SIPLAN, para utilização da Tabela de Órgãos do SIORG como a tabela única do Governo Federal; e
 - **transparência** - divulgar para a sociedade a estrutura do Governo Federal, por meio da Internet as seguintes consultas do SIORG: Hierarquia dos Órgãos, Atributos de um Órgão, Órgãos por Titular e Órgãos por Localidade.

4.2.4.4 - Área de Gestão Pública

As diversas iniciativas para integração das ações de Gestão Pública sob responsabilidade do MARE são viabilizadas por meio dos sistemas:

- **Rede Governo** - sistema que interliga os Ministérios e a conseqüente integração de suas informações.
- **Benefícios da Rede Governo para o Cliente**
 - **comunicação** - a integração dos correios eletrônicos permite o intercâmbio entre os órgãos do Governo Federal, gerando grande economia decorrente da redução de emissão de fax, documentos e tramitação de papel, além de garantir a segurança e o sigilo das comunicações;

- **acesso aos sites do governo** - o serviço de busca na Internet, disponibiliza para a sociedade consulta às informações disponíveis nas bases dos sistemas do Governo Federal;
 - **diretório** - disponível na Internet o catálogo dos funcionários que ocupam cargos no Governo Federal, contendo informações sobre a forma de contato (e-mail e telefone);
 - **divulgação de informações** - o site é uma referência para os serviços de busca e localização de outros Sites do Governo Federal; e
 - **qualidade e economia** - o site tronco oferece melhor qualidade de acesso à Internet, maior rapidez e estabilidade, com preço muito inferior ao praticado no mercado.
- **Sistema de Acompanhamento das Adaptações - A2000** - sistema para atender as necessidades do Governo Federal quanto a adequação dos sistemas de informática para o ano 2000, disponibilizado por meio da Internet, com o objetivo de proporcionar à sociedade brasileira um efetivo acompanhamento das ações adotadas pelas instituições públicas e privadas quanto a problemática do ano 2000.
- **Benefícios do A2000 para o Cliente**
 - possibilita o acompanhamento das ações adotadas pelas instituições públicas e privadas de adequação ao ano 2000;
 - permite uma visão abrangente dos órgãos do Poder Executivo Federal das adaptações para o ano 2000, dos seus sistemas automatizados e da sua infraestrutura de informática; e
 - possibilita o acompanhamento das evoluções das adaptações dos órgãos do Poder Executivo Federal.

4.2.4.5 - Atividades e Projetos Inovadores

- **Integração de Correios Rede Governo** - infra-estrutura de comunicação de dados, que consiste basicamente na conversão de diferentes protocolos para um padrão comum. Tem por objetivo integrar ambientes heterogêneos de correio eletrônico existentes no âmbito do Governo Federal;
- **Diretório Rede Governo** - a implantação do diretório possibilitou o desenvolvimento do Quem é Quem do Poder Executivo. Compatibilizando os dados de endereçamento dos correios eletrônicos, mostra os titulares das funções, apresentando foto, dados pessoais e dados de endereçamento dos órgãos que gerenciam;
- **Guia de Referência Rede Governo** - tem por objetivo formalizar padrões e procedimentos da Rede Governo e encontra-se disponível na Internet, no Portal da Rede Governo;
- **Rede Local Rede Governo** - consiste na construção de uma rede local modular, utilizando backbone em fibra ótica, para atender a diversos órgãos que ocupam o mesmo prédio (Bloco A Esplanada dos Ministérios): Presidência da República, MPO, MPAS, MEC e MARE;

- **Portal Rede Governo** - o Portal da Rede Governo é um site que tem por objetivo reunir em um único local, de forma racional, o acesso aos principais Sites (Internet) de serviços de informações do Governo Federal;
- **Sistema Busca Rede Governo** - consiste de um conjunto de software e hardware para indexação de informações na Internet, ou seja, associa as palavras contidas nas Home Pages com o endereço da página. Esse sistema de busca utiliza tecnologia SEARCH Alta Vista da DIGITAL e tem como objetivo viabilizar o Portal Rede Governo;
- **Site Tronco Internet Rede Governo** - consiste em um serviço de provedor Internet para o Governo Federal, com custo reduzido e qualidade superior;
- **Integração SIPE x SIAPE** - a integração do SIPE com o SIAPE tem por objetivo prover a Administração Pública Federal de um produto automatizado que contemple todas as funções de Recursos Humanos;
- **SIAPENET** - consiste em uma aplicação disponibilizada através da Internet, que permite aos servidores ativos, aposentados e pensionistas consultar ou atualizar seus dados pessoais, funcionais e financeiros. Este site de serviços para o Servidor Público Federal busca melhorar o nível de atendimento aos mesmos, desonerar a Unidade Pagadora (UPAG) e reduzir os custos do SIAPE;
- **SIASG Internet** - permite a divulgação de informações sobre as compras governamentais, tais como: instruções para cadastramento de fornecedores, licitações públicas, cadastro dos fornecedores, catálogos de materiais e serviços, legislação sobre serviços gerais, valores limites de licitações e contratos. Tem por objetivo modernizar e dar total transparência dos processos licitatórios no âmbito da Administração Pública Federal junto à Sociedade;
- **Site da Unidade Pagadora - SIAPENET** - permite que as próprias Unidades Pagadoras recuperem informações residentes na base do SIAPE, através do SIAPENET, com maior rapidez e autonomia, gerando economia com a transmissão de arquivos, envio de fitas, processamento e emissão de relatórios;
- **SIORG** - sistema em plataforma cliente/servidor, que permite o controle e consulta à estrutura governamental, atribuições, endereços, telefones e titulares de cargos da Administração Pública Federal; e
- **A2000** - disponibilizado através da Internet, com o objetivo de proporcionar à sociedade um efetivo acompanhamento das ações adotadas pelas instituições públicas e privadas quanto a problemática do ano 2000.

4.2.5 - SISTEMAS CORPORATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A Superintendência de Negócios Gestão do Ministério da Fazenda - SUNMF, atua em negócios de informação para gestão do Ministério da Fazenda, apoiando na formulação da política econômica do Governo, na monitoração da economia, na gestão do patrimônio da União e de outras atividades-fim, assim como para instrumentalizar a gestão administrativa do Ministério.

4.2.5.1 - Principais Clientes:

- Ministério da Fazenda (MF)
- Gabinete do Ministro
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
- Secretaria Executiva
- Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA
- Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - COGTI
- Coordenação Geral de Gestão de Serviços - COGES
- Coordenação Geral de Recursos Humanos - COGRH
- Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE
- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO
- Escola de Administração Fazendária - ESAF
- Secretaria de Política Econômica – SPE
- Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE
- Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN
- Banco Central do Brasil – BACEN
- Casa da Moeda do Brasil - CMB
- Superintendência de Seguros Privados - SUSEP
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- Instituto de Resseguros do Brasil - IRB
- Secretaria de Administração e Patrimônio (Min. de Orçamento e Gestão)

4.2.5.2 - Principais Produtos e Serviços

- **Sistema de Administração de Pessoal - SIPE** (corporativo do MF) - integrado ao SIAPE, é a ferramenta administrativa que subsidia as áreas-meio do Ministério da Fazenda na execução e controle das atividades operacionais e gerenciais, relacionadas à gestão de Recursos Humanos. Apoia a gestão de informações sobre os servidores ativos, requisitados e inativos do MF, agilizar a aplicação de mudanças na legislação, padronizar procedimentos, disseminar informações e facilitar a sua atualização, assim como a normatização de pessoal a cargo do órgão gestor no Ministério.
- **Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS** (corporativo do MF) - instrumento de apoio à gestão de toda a área de serviços gerais do MF, busca como benefício qualitativo a redução da vulnerabilidade da Administração Pública propiciando melhor desempenho às atividades-meio dos órgãos do MF e, principalmente, gerando informações necessárias à tomada de decisão. O SIADS está

integrado ao sistema SIAFI, o que permite a vinculação das gestões administrativa e orçamentária-financeira, mediante a troca de dados e atualizações em tempo real, possibilitando que o fato administrativo seja concomitante com registro contábil.

- **Sistema de Comunicação e Protocolo - COMPROT** (corporativo do MF) - instrumento destinado a agilizar e apoiar o gerenciamento das informações sobre a tramitação de documentos administrativos, jurídicos e fiscais no âmbito do Ministério da Fazenda e outros órgãos.
- **Correio Eletrônico Unificado** (corporativo do MF) - sistema de comunicação eletrônica do Ministério da Fazenda, que abrange serviços de mensageria, workflow e workgroup, disponibilizados na Intranet e Internet, permitindo conexão com os ambientes internos e externos.

Suas principais características são:

- distribuição e recepção de mensagens;
 - troca de mensagens com diversas plataformas (Rede de Governo);
 - troca de mensagens com usuários Internet;
 - possibilidade de desenvolvimento de aplicações baseadas em mensageria;
 - anexação e publicação de documentos;
 - acesso a listas de discussão;
 - criação de pastas públicas; e
 - acesso a grupos de notícias.
- **Internet/Intranet** (corporativo do MF) - tem por objetivo a execução de páginas sobre temas e áreas do MF, as quais são desenvolvidas e implementadas conforme os padrões e procedimentos operacionais estabelecidos pelo Ministério, incluindo a gestão da operação desse serviço. Através dessas páginas são divulgadas informações úteis ao gerenciamento corporativo do ministério, tais como a monitoração, contabilização e avaliação de recursos, definição e disseminação de políticas, estratégias, orientações práticas (operacionais), planos setoriais e globais, assim como outros assuntos de interesse interno e externo.
 - **Sistema Integrado de Administração Patrimonial da União - SIAPA** (Sec. de Administração e Patrimônio/Min. de Orçamento e Gestão) - instrumento que apoia a administração e o controle dos imóveis dominiais da União, gerando documentos de cobrança, de notificação e de encaminhamento para a Dívida Ativa. Lida com cerca de 1 milhão de registros e emite em torno de 1,3 mil DARF's anualmente. Permite, ainda, uma interação efetiva com o cliente (no atendimento direto nas Delegacias), por meio das facilidades on-line, emitindo relatórios sobre imóveis, DARF's de cobrança, e administra o subsistema de Parcelamento de Débitos.

Emitiu e postou, em 1998, documentos para a arrecadação de cerca de R\$ 145 milhões. As receitas extraordinárias (laudêmios, multas, juros e demais receitas), cujos documentos de arrecadação são também gerados pelo sistema, arrecadou, em 1998, cerca de R\$ 40 milhões.

Adicionalmente, foi implementado o módulo de Aforamento que permitiu ao SPU tornar mais ágil o desempenho do Programa de Desimobilização, e gerou uma receita anual da ordem de R\$ 200 milhões.

- **Sistema de Patrimônio Imobiliário da União/Doc. Cad. Próprios Nacionais - SPIU** (Sec. de Adm. e Patrimônio/Min. de Orçamento e Gestão) - sistema de administração e controle dos próprios nacionais (imóveis de uso especial), que dá suporte à administração de imóveis para 1.600 unidades gestoras da Administração Pública Federal, permitindo interatividade com o SIAFI na valoração do Patrimônio da União registrado na Contabilidade Nacional.
- **Sistema Ex-officio** (Sec. de Adm. e Patrimônio/Min. de Orçam. e Gestão) - sistema de suporte ao Programa de Cadastramento de Imóveis da União, para um total de 2,4 milhões de imóveis dominiais ainda por cadastrar (uma das principais metas da Secretaria). O cadastramento Ex officio está previsto para ser feito numa progressão de 400 mil por ano, a partir de 1998. O sistema foi implantado em 6 estados: AL, BA, PE, PB, PR e RN.
- **Sistema FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas - USP** (SEAE-MF) - sistema que apoia os processos de acompanhamento e análise dos índices oriundos da FIPE. Gera relatórios para os níveis estratégicos da área econômica do MF, com análise dos índices econômicos (INPC, IPC), para acompanhamento da inflação e correção de desvios das políticas. É fonte única da SEAE, sobre o assunto, e diminui o fluxo de informações em papel, já que a disseminação é feita via rede local e Internet/Intranet.
- **Cesta Básica** (SEAE-MF) - sistema que apoia os processos de captação dos preços no varejo coletados pelo PROCON/DIEESE, fornecidos à SEAE-MF. Permite a Secretaria trabalhar informações relativas ao acompanhamento da variação diária dos preços dos produtos que compõem a Cesta Básica do Governo. Os relatórios produzidos são encaminhados diariamente para a Secretaria Executiva e o Gabinete do Ministro.
- **Módulo Industrial – BDFARMA** (SEAE-MF) - sistema que agrega informações sobre diversos medicamentos existentes no mercado, fornecendo mensalmente suas variações de preço, lançamentos de novos produtos ou apresentações, trocas de titularidade (venda do produto de uma empresa para outra) e aqueles que foram retirados do mercado.
- **Sistema ÍNDICES** (SEAE-MF) - sistema que processa o acompanhamento semanal e mensal de preços e variações dos índices nacionais (INPC/IBGE, IPC/FGV, IPC/FIPE) e do dólar desde 1990. São gerados relatórios que permitem a Secretaria fazer o acompanhamento dos índices e realize estudos e análises encaminhados inclusive ao Ministro da Fazenda.
- **Cadastro Empresas** (SEAE-MF) - sistema de informações cadastrais de empresas, sindicatos e associações. Possibilita o acompanhamento do quadro societário, capital e outras responsabilidades dessas entidades.

- **Rede Corporativa do Ministério da Fazenda** (SEAE, SPE, SUSEP, CVM, BACEN) - backbone de infra-estrutura de Rede Corporativa que possibilita a utilização de informações do SISBACEN, PRODASEN, SIAFI, IPEA, Agências de Notícias (CNA, Broadcasting, Agrocasting, Investnews, Meca-Globo) e da Internet, agregando valor ao trabalho diário dos órgãos.

4.2.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

A Superintendência de Negócios Informações Sociais - SUNIS, tem como finalidade viabilizar os programas sociais do Governo, fomentando soluções integradas em tecnologia da informação.

4.2.6.1 - Seus principais clientes são:

- MTb - Ministério do Trabalho,
 - MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social,
 - CEF - Caixa Econômica Federal,
 - Secretarias Estaduais do Trabalho de: DF, GO, MT, BA, PE, AL, SE, RN, MA, PB e RJ.
- **Programa De Integração Social - PIS** - refere-se aos serviços de processamento de dados necessários ao tratamento e ao controle das informações para pagamento dos abonos e rendimentos aos participantes do PIS.

Em continuidade ao processo de migração do serviço para a CEF, o módulo Pagamento Empresa foi transferido e processado pelo Cliente com sucesso.

- **Fundo De Garantia Do Tempo De Serviço - FGTS/SOLDE** - oferece on-line apoio ao processo de apuração, armazenamento, controle e execução da cobrança de débitos, bem como, instrumenta operacionalmente os usuários da CEF na celebração de contratos de parcelamento e na concessão de certificados de regularidade.

Sobre este sistema é importante registrar que foi por seu intermédio que a CEF pode descentralizar os produtos do FGTS, para as suas agências, que hoje encontra-se instalado em 1.500 pontos de atendimento e abriga mais de 6.000 usuários, com 3 milhões de transações mensais.

O sistema foi integralmente migrado para a CEF em consonância com o estabelecido no contrato.

- **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS** - que visa suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais; é o instrumento indispensável para atender às necessidades:
 - da legislação da nacionalização do trabalho,
 - de controle dos registros do FGTS,
 - dos sistemas de arrecadação e de concessão de benefícios previdenciários,
 - de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial, e
 - de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

Atualmente a base RAIS contém informações dos anos de 1992 a 1997, com cerca de 35 milhões de vínculos/ano, relativos a 4,5 milhões de empregadores no país, as quais são armazenadas em 60 Gbytes de disco.

O sistema está em franca modernização, buscando qualidade, rapidez e adequação às diretrizes empresariais, com as seguintes implementações:

- reformulação da captação das informações, o que tem garantido um aumento substancial na recepção via meio magnético, hoje superior a 95% do total de vínculos coletados;
- a captação de dados via Internet foi implantada com pleno sucesso;
- EIS/RAIS, com o objetivo de fomentar a decisão estratégica do Ministério do Trabalho e Governo Federal, foram disponibilizadas as informações gerenciais, dos anos base 1995 e 1996, permitindo a visualização e análise situacional da estatística do empregado/empregador, no país, com a rapidez necessária; e
- DATAWAREHOUSE/RAIS, encontra-se em fase de homologação constituindo-se como solução de grande potencial para decisão estratégica do Governo, por meio de pesquisas não previamente estruturadas.

Ainda dentro do enfoque qualidade e rapidez, neste exercício, os dados da RAIS foram disponibilizados para processamento do abono salarial, em julho de 1998, permitindo uma grande antecipação no calendário de pagamento aos trabalhadores.

- **Sistema de Fiscalização do Trabalho - SFIT** - que possibilita o planejamento e acompanhamento da fiscalização do trabalho, em todas as suas atividades, permitindo o controle a nível regional e centralizado de todas as rotinas e procedimentos adotados pelo corpo fiscal, principalmente quanto à produtividade individual e global.

Iniciou-se em 1996, a implantação de acesso ao sistema SFIT, via RENPAC, para todos os agentes de inspeção possuidores de micro pessoal, com o uso do PACKET, para facilitar o registro e consultas da sua ação fiscal. Temos hoje, em torno de 3.500 usuários on-line, com cerca de 1 milhão de transações mensais.

Foi implantado o controle de distribuição e utilização dos Autos de Infração com benefício potencial em relação ao uso irregular dos Autos por parte dos Agentes de Inspeção do Trabalho.

- **Sistema Integrado de Atendimento ao Trabalhador - SIMO** - tem como objetivo, modernizar os processos de atingimento e gerenciamento do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e promover a integração entre a intermediação de mão-de-obra, educação profissional e a solicitação do seguro desemprego. Dentre as últimas implementações, está sendo disponibilizado o cadastramento de vagas diretamente pelos empregadores, via Internet, possibilitando uma maior agilidade e confiança por parte das empresas, no papel fundamental dos SINEs Estaduais, de intermediar o trabalhador desempregado, no mercado de trabalho.

4.2.7. SISTEMAS PROCESSUAIS

A Superintendência de Negócios Sistemas Processuais – SUNSP, é uma Unidade de Negócios que presta serviços na área da tecnologia da informação à Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PGFN, objetivando gerenciar o contencioso da União, administrando e oferecendo respostas rápidas às suas demandas. Tem como principais produtos três projetos básicos, quais sejam: Projeto Integrado da Dívida Ativa da União, Projeto de Defesa da Fazenda Nacional e Projeto III Milênio, que visa a modernização tecnológica dos sistemas de Informação da PGFN.

- **Projeto Integrado da Dívida Ativa da União** - automatiza as atividades diretamente relacionadas com o processo da Dívida Ativa da União, gerando o Cadastro Nacional da Dívida Ativa em uma única base de dados, processando eletronicamente as inscrições e cobranças para estimular a liquidação de débitos. Fornece dados gerenciais, de forma a contribuir para a racionalização e padronização dos procedimentos internos do cliente.
- **Projeto de Defesa da Fazenda Nacional** - mantém um arquivo eletrônico de âmbito nacional, de todas as ações e medidas judiciais de interesse da Fazenda Nacional. Este arquivo constitui a Base de Dados da Defesa, podendo ser acessado e operado por todas as Procuradorias regionais, estaduais e seccionais, por intermédio dos diversos sistemas que compõem o Projeto.
- **Projeto III Milênio** - na busca contínua dos melhores resultados para a PGFN, vem desenvolvendo a atualização tecnológica dos serviços que presta, fundamentada no Projeto de Modernização da PGFN - III Milênio. O projeto visa a modernização tecnológica dos sistemas de informação da PGFN, envolvendo a integração plena com os sistemas da Secretaria da Receita Federal, com a Justiça Federal e com bases externas com vistas a auxiliar o cliente em suas atribuições institucionais e atividades de natureza estratégica, tática e operacional.

Visa ainda, grande evolução no grau de integração de informações, promovendo a interligação dos sistemas internos da PGFN (Dívida ativa da União e Defesa da Fazenda Nacional), a integração com o Projeto de Modernização da Secretaria da Receita Federal, com a Justiça Federal e com bases externas, possibilitando uma visão abrangente e contínua dos haveres de natureza tributária e fiscal para com a União.

O projeto enfatiza, em um primeiro momento, as áreas da Dívida Ativa da União e da Defesa da Fazenda Nacional, integradas entre si, sempre que se fizer necessário, prevendo, para o futuro, a integração com outras áreas da PGFN.

Associadas aos processos destas áreas, foram visualizadas as funções básicas do Projeto, desde a recepção e análise dos processos administrativos a serem inscritos em Dívida Ativa da União até a extinção das dívidas inscritas, passando pela cobrança judicial, acompanhamento dos processos judiciais de interesse da União, parcelamento de dívidas, controle de depósitos judiciais etc.

O acompanhamento dos processos judiciais deverá enfatizar as subfunções de encaminhamento para ajuizamento, registro e controle dos andamentos processuais e controle de prazos. A movimentação de processos englobará a devolução dos processos administrativos às origens, além da transferência dos mesmos entre as projeções da PGFN.

A seguir são apresentados alguns dos principais indicadores de desempenho, relacionados ao Cliente:

| Exercícios | | 1997 | 1998 | Variação (%) |
|----------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|
| Qtde de inscrições | | 1.054.622 | 552.273 | (52) |
| Valor das Inscrições | | 58.047.664.836,01 | 31.850.494.576,58 | (54) |
| Arrecadação | IR | 195.691.019,04 | 559.326.510,78 | 285 |
| Dívida Ativa | IPI | 26.365.018,45 | 26.166.502,90 | (0,99) |
| | TD | 7.327.752,02 | 10.335.518,42 | 14 |
| | CLT | 16.154.037,79 | 15.619.504,21 | (0,96) |
| | DO | 266.798.823,09 | 925.525.809,59 | 346 |
| | PIS/PASEP | 34.806.004,53 | 124.867.517,20 | 358 |
| | ITR | 6.400.652,97 | 3.445.393,35 | (53) |
| | TOTAL | 667.245.619,92 | 1.992.628.497,88 | 298 |
| Arrecadação | Conversão | 1.668.257.294,98 | 1.090.630.698,15 | (65) |
| Defesa | Total Geral | 2.335.502.914,90 | 3.083.259.197,03 | 32 |

No exercício de 1998 foram realizadas 552.275 inscrições no montante de R\$ 31,8 bilhões, valores inferiores ao apurado no exercício anterior, onde foram contabilizadas 1.054.622 inscrições, no montante de R\$ 58,0 bilhões. Destes valores apresentados, foram arrecadados R\$ 1,9 bilhões no exercício de 1998, superando em 298% o valor arrecadado em 1997 que foi da ordem de R\$ 667,2 milhões.

Na análise da relação entre valor inscrito e valor arrecadado no exercício de 1998 observa-se o índice de 6,2% de eficiência de arrecadação. No exercício de 1997 esta relação foi da ordem de 1,14 %.

Os dados acima demonstram uma forte desaceleração no crescimento do número de inscrições cadastradas eletronicamente a partir do exercício de 1997, por determinação da COMACO (Comissão de Assessoramento à Coordenação do Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito Tributário).

Esse fato vem produzindo um impacto significativo no aumento da arrecadação do crédito tributário da PGFN, podendo ser entendido como uma consequência da proximidade do final dos trabalhos desenvolvidos por aquela Comissão.

4.2.8. SISTEMAS SERVIÇOS ESPECIAIS

A Superintendência de Negócios de Serviços Especiais - SUNSE, em sua área de atuação, é responsável pelo atendimento aos clientes a seguir, por meio dos serviços

relacionados.

4.2.8.1 - Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN

- **Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM** - o sistema mantém os registros da frota nacional de veículos atualizados, as ocorrências de roubo e furto, as alterações de propriedade dos veículos e as transferências entre os estados da federação. O sistema efetua o pré-cadastro de todos os veículos produzidos pela indústria automobilística brasileira, bem como, de todos os veículos importados, a fim de garantir sua procedência e, também, permite obter dados sobre a comercialização de veículos novos e usados em nível federal, estadual e municipal. Desta forma, o RENAVAM permite a intensificação do combate ao roubo e ao furto de veículos além da simplificação do processo de transferência entre os estados da federação.

O RENAVAM possui 24 milhões de veículos cadastrados, com previsão de crescimento para 30 milhões até junho de 1999. O sistema processa cerca de 30 milhões de transações/ano.

- **Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH** - o sistema mantém atualizado o Registro Nacional dos Condutores, permitindo a transferência on-line de todas as Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) entre os Estados da Federação. O sistema cria procedimentos padronizados visando disciplinar, em nível nacional, a emissão da CNH, a fim de evitar fraudes e duplicações para um mesmo condutor, e permitir o controle nacional da pontuação das infrações de trânsito.

O RENACH possui 10 milhões de condutores cadastrados, com previsão de crescimento para 40 milhões dentro de um prazo de 2 anos. O sistema processa cerca de 30 milhões de transações/ano.

4.2.8.2 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF

- **Sistema de Multas do DPRF - MULTAS** - o Sistema de Multas processa as autuações de infrações de trânsito emitidas pelo DPRF. As principais funções são:
 - lançamento das multas;
 - emissão das notificações para pagamento;
 - controle dos recebimentos pela rede bancária e DETRAN; e
 - geração de débitos para a cobrança pelos DETRAN.

Sistema de Multas possui 11 milhões de auto de infrações registradas em sua base de dados, com um processamento mensal de 110 mil autuações.

Com as otimizações implementadas no Sistema de Multas do DPRF, a receita com autos de infração cresceu de R\$ 35,8 milhões para R\$ 99,34 milhões, em 3 anos.

4.2.8.3 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

- **Sistema de Regularização e Titulação de Terras – SRTT**
- **Sistema de Cadastro de Glebas – CG**
- **Sistema de Cadastro de Adquirentes – CA**

Estes sistemas (SRTT, CG e o CA) destinam-se a atender as áreas fins do INCRA, contribuindo, desta forma, para o cumprimento de sua Missão Institucional.

- **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR** - o SNCR mantém os registros das propriedades rurais brasileiras atualizados com dados completos sobre imóveis rurais (localização geográfica e tamanho), proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e utilização da terra.

São 4,5 milhões de imóveis rurais cadastrados com o processamento anual de 48 milhões de transações.

- **Sistema de Informações Rurais - SIR** - o Sistema de Informações Rurais (que se encontra em desenvolvimento) é uma reformulação dos Sistemas SNCR, CG, CA e SRTT. Irá substituí-los utilizando uma nova plataforma, integrando recursos do geoprocessamento aos dados literais.
- **Sistema de Comunicação e Protocolo - COMPROT** - aplicativo desenvolvido para o Ministério da Fazenda e disponibilizado para o INCRA.

4.2.8.4 - Demais Clientes

- **Utilização da Rede SERPRO de Comunicação** - encerrou o ano de 1998 com 29 contratos assinados de utilização da Rede SERPRO, e com mais 22 em negociação. O faturamento chegou a apenas R\$ 352 mil no ano, mas que demonstra o enorme benefício que tal serviço traz para os clientes, que têm um custo bastante pequeno para uma utilização que é obrigatória, em alguns casos (Sisac, do TCU, por exemplo) e extremamente importante para a realização dos seus serviços. Caso não houvesse tal alternativa, cada cliente teria que montar sua própria rede de comunicação de dados, com custos impossíveis, na maioria dos casos.
- **Utilização dos Recursos de Impressão e da Disponibilidade de Processamento** - estes serviços utilizam recursos já disponíveis na organização dimensionados para atender aos clientes prioritários. Os custos, portanto, são mínimos, enquanto que, para os clientes, trata-se de suprir uma deficiência de recursos que os mesmos têm, a preços bem baixos, evitando que tenham que investir em equipamentos. Por esse motivo, a procura por esse tipo de serviço tem crescido bastante ultimamente.
- **Sistema SIADS** - aplicativo corporativo desenvolvido para os Ministérios da Fazenda e da Administração e Reforma do Estado (MARE) e disponibilizado para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT).
- **Dados da Receita Federal** - a partir dos últimos meses do ano de 1998 o SERPRO iniciou negociações com alguns órgãos, a começar pela Federação Nacional de Bancos (FEBRABAN), para disponibilizar dados dos cadastros da Receita Federal (CPF e CGC). A partir de acordos com a própria Receita e com a SUNAT (Superintendência de Negócios Administração Tributária), a SUNSE vem tratando de tais contratos, oferecendo ao mercado essas valiosas informações, com uma

remuneração compatível com o valor da informação. A procura por tal serviço mostra os benefícios que o mesmo traz para as organizações interessadas, permitindo ações de fiscalização e controle impensáveis sem os dados disponibilizados.

4.2.9. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

A Superintendência de Negócios de Administração Financeira para Estados e Municípios – SUNEM tem a missão de fornecer conhecimento por meio de soluções integradas baseadas na tecnologia da informação, para a gestão de estados e municípios, em apoio as ações do governo federal para controle do déficit público.

4.2.9.1 - São seus clientes:

- Governo do Distrito Federal;
- Governo do Estado de São Paulo;
- Governo do Estado do Maranhão;
- Governo do Estado de Pernambuco;
- Governo do Estado do Espírito Santo;
- Governo do Estado do Amapá;
- Governo do Estado do Pará;
- Governo do Estado de Alagoas;
- Governo do Município de Uberaba; e
- Governo do Município de Pirassununga.

Atua também em segmentos cujo foco seja a modernização dos Estados e Municípios:

- Unidade de Coordenação do PNAFE, Ministério da Fazenda – UCP/MF; e
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;

Os principais produtos encontram-se apresentados a seguir, de acordo com as áreas de atuação:

- **Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM** - para a gestão orçamentária, contábil e financeira dos estados e municípios, desenvolvido com base no Sistema SIAFI, implantado em 10 estados e 7 municípios brasileiros. O Sistema fornece informações em tempo real para a tomada de decisões, padroniza procedimentos, uniformiza a linguagem orçamentária, contábil e financeira e favorece a transparência nos atos de gestão. É utilizado como uma ferramenta eficiente no controle dos gastos nos governos. Além disso, permite a realocação de mão-de-obra em atividades nobres, decorrente das ações de automação contábil; redução de custos; racionalização de processos; ganhos financeiros, com a concentração de recursos na conta única; e redução do prazo de fechamento do balanço.
- **Sistema de Acompanhamento Financeiro para Estados – SAFE** - para a gestão dos recursos financeiros concedidos aos estados brasileiros, participantes do Programa PNAFE, com o principal objetivo de apoiar a Unidade de Coordenação do PNAFE –

UCP/MF, no controle dos empréstimos concedidos e na prestação de contas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O sistema está implantado nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Além desses usuários, fazem uso das informações geradas, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria de Controle Interno do MF, o BID no Brasil e o BID em Washington.

- **Sistema Integrado de Tributação e Administração Tributária** - para a gestão da arrecadação e fiscalização de tributos nos estados, objetiva apoiar as Secretarias de Fazenda no controle dos tributos, pagamentos, cobrança, inscrição em dívida ativa e no acompanhamento das ações de fiscalização. Permite o ordenamento das ações no âmbito da administração tributária visando o conhecimento da base tributária, da capacidade contributiva dos contribuintes, o controle efetivo do pagamento dos tributos e a pronta identificação dos devedores.
- **Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias – SINTEGRA** - para apoiar as Secretarias de Fazenda Estaduais nas ações de fiscalização e controle da arrecadação, desenvolvido em conjunto com a UCP/PNAFE, com o objetivo de propiciar o intercâmbio de informações sobre compras interestaduais, via Internet. Aumenta a segurança do comércio estadual porque permite, que os contribuintes de todos os estados consultem dados cadastrais básicos sobre empresas e se eles estão aptos a realizar transações, segundo o fisco do seu estado de origem.

O sistema está implantado em 14 estados brasileiros.

- **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento para Estados e Municípios – SIPLAN** - para a gestão dos processos de Planejamento e Orçamento, desenvolvido com base no Sistema de Programação Orçamentária do Governo Federal, que tem o objetivo de prover os órgãos da gestão pública estadual e municipal de ferramenta que permita organizar e planejar de forma estruturada as ações, objetivos e metas de todos os órgãos vinculados à administração, e ainda, permita o controle diário da execução orçamentária, por meio de confronto entre o programado e o realizado. Além disso, realiza o detalhamento físico, utilizando os conceitos de plano interno, classificação funcional programática, esfera orçamentária, regionalização e item de programação. O Sistema está disponível para as plataformas de grande e médio portes.
- **Sistema Integrado de Administração de Serviços para Estados e Municípios – SIAGEM** - para apoiar o processo administrativo dos estados e municípios, objetiva padronizar as atividades de aquisição de materiais e serviços, gerando o acompanhamento dos preços praticados, racionalizando o processo administrativo. Atende ao que determina a Lei 8.666. Permite o acompanhamento de preços, podendo gerar uma relevante economia na aquisição de bens e serviços, haja vista que os preços praticados pelo mercado podem ser consultados em tempo real, antes da transação.

O produto foi desenvolvido com base na experiência do SIADS no Ministério da Fazenda, proporcionando mais um produto.

O subsistema SIAGEM básico está desenvolvido e implantado no Governo do Estado de São Paulo e no Governo do Estado do Maranhão. Encontra-se em desenvolvimento o subsistema SIAGEM Operacional.

4.2.9.2 - Inovações e Melhorias

- desenvolvida a versão do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM 2000. A versão do Sistema para a linha 2000, tem como objetivo atender aos municípios de médio porte.
- implantação do SIAFEM 2000 nos Governos Municipais de Cuiabá, Ipojuca, Penedo e Pirassununga;
- conversão para o ano 2000, do Sistema nas versões mainframe e Risc;
- novas rotinas para o Balanço Geral;
- desenvolvimento de 32 novas funções e melhorias, que irão compor a nova versão do Sistema SIAFEM (novo release); e
- implantada a rotina de convênios do SIAFEM, no Estado de Pernambuco.
- iniciado o desenvolvimento do Provedor Internet Municipal;
- desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento para Municípios – SIPLAN, na linha 2000, em plataforma de pequeno porte, com uma sistemática de parceria;
- desenvolvimento do Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal para Municípios – SITAFEM, na linha 2000, em plataforma de pequeno porte, com uma sistemática de parceria;
- conversão dos Sistemas SIAFEM, SIAGEM e SIPLAN para o ano 2000, nas plataformas de grande e médio portes; e
- desenvolvimento do Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal para Estados – SITAFE, em plataforma RISC.

4.2.10. COMERCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Superintendência de Negócios Comercialização de Informações - SUNCI tem como objetivo comercializar perfis públicos das bases de dados do SERPRO, permitindo à sociedade como um todo, o acesso às informações de natureza pública em poder da Empresa. Acumulou, ainda, até a conclusão do contrato, que ocorreu em abril desse ano, as atividades de consultoria e desenvolvimento de sistemas, junto ao governo da República de Angola.

Dentre seus principais Clientes pode ser citado:

- Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

Serviços Prestados:

- **ARUANDA – RENPAC** - Informações relacionadas ao pedido de registro de Marcas.

Benefícios - O Serviço realiza pesquisas em todos os registros existentes na base de marcas do INPI (em torno de 1 milhão), informando as colidências com a marca que se está pretendendo registrar. Esse procedimento permite ao usuário decidir pela solicitação do registro de sua marca. Tal prática favorece, tanto ao INPI, racionalizando e desburocratizando suas rotinas de trabalho, quanto aos usuários, no que diz respeito a tempo e despesas desnecessárias. Permite aos usuários, também, obter informações referentes aos andamentos dos processos de pedido de registro de Marca Registrada que já deram entrada no INPI, reduzindo suas idas e vindas ao Instituto, o que descongestiona e reduz o fluxo de pessoas nas instalações do Cliente.

- **ARUANDA – Internet** - Informações relacionadas ao pedido de registro de Marcas.

Benefícios - Qualquer usuário com acesso a Internet, poderia utilizar o serviço de Registro de Marcas Registradas. Com um simples cadastramento e com o fornecimento do número do seu Cartão de Crédito, o usuário teria as mesmas opções de consulta do “Aruanda Renpac”, com as seguintes vantagens;

- maior rapidez no acesso,
 - interface mais amigável,
 - acompanhamento “on-line” na previsão de gastos com as consultas.
- **SERPRO MALL** - é o Site Internet de comércio eletrônico que hospedará as diversas “lojas virtuais” de comercialização de informações disponíveis no SERPRO e nos seus Clientes. Este Site funcionará como um “shopping”, ou loja de departamentos. No segundo semestre, foram reunidas as especificações técnicas do mall e contactados potenciais parceiros para seu desenvolvimento.

4.3. GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA

4.3.1. ADMINISTRAÇÃO

A Superintendência de Administração – SUPAD é a Unidade de Gestão de Infra-estrutura responsável por viabilizar soluções ágeis e inovadoras, garantindo a qualidade, legalidade e economicidade em administração, para todos os órgãos da Empresa.

4.3.1.1 - Atua nos seguintes processos:

- **Gestão de Pessoas** - presta atendimento a aproximadamente 10.800 empregados dos quadros interno e externo do SERPRO, disponibilizando os serviços que permitem a implementação dos processos e políticas de gestão de pessoas da Empresa quanto a: captação, por meio de concursos públicos; manutenção, por meio dos procedimentos e registros necessários à legalização da situação funcional e da implementação do Acordo Coletivo de Trabalho, contemplando a administração e disponibilização dos meios para utilização dos benefícios oferecidos pela Empresa e pelo SERPROS; desenvolvimento, instrumentalizando o corpo gerencial para que sejam efetivados os eventos relacionados à evolução funcional e profissional das suas equipes, abrangendo avaliação de desempenho, reclassificação, promoção e ações de treinamentos corporativos; desligamento, incluindo PDV. Cabe ainda efetuar o relacionamento formal com as entidades representativas dos empregados (OLT - Organizações Locais de Trabalhadores, sindicatos, ASES - Associações de Empregados do SERPRO, CIPA - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e o processo de negociação com a FENADADOS, do Acordo Coletivo de Trabalho, bem como dos trabalhos da Comissão Supervisora do Processo de Transformação - Comissão Paritária SERPRO x FENADADOS.
- **Gestão Logística** - administração das instalações utilizadas pela Empresa, garantindo as condições de infra-estrutura necessárias ao pleno funcionamento das UGs, tais como limpeza, vigilância, energia, climatização, transporte, comunicação, reprografia; além dos citados serviços gerais, abrange ainda, manutenção predial e do mobiliário, aquisição e fornecimento de material de expediente, insumos, bens e serviços para o processo produtivo, além da administração de contratos. Alguns destes serviços são prestados por equipes internas, outros por empresas contratadas.

A prática da terceirização de serviços tem se ampliado intensamente, especialmente no tocante a software, através dos “contratos corporativos” onde os produtos são disponibilizados ao SERPRO de maneira que a obrigação contratual está relacionada com a quantidade de licenças de uso, além dos serviços de manutenção e suporte técnico. Essas licenças são cedidas por meio de uma cópia “master” do produto, ficando o SERPRO autorizado a reproduzir tantas cópias quantas forem necessárias para seu uso e para o atendimento rápido aos seus clientes. Essa modalidade de contratação é pioneira na Administração Pública e permite redução nos preços, simplificação e agilização dos procedimentos de contratação e instalação dos produtos no SERPRO e em seus clientes. Com foco nessa visão de atendimento rápido e eficaz, já foram firmados contratos corporativos com vários distribuidores.

O processo de terceirização, tem como princípio prestar por intermédio de terceiros, os serviços que o mercado ofereça em condições mais vantajosas de qualidade, preço e prazo, intensificou e ampliou a contratação desse ramo de fornecedores e motivou a adoção de novas práticas de gestão do relacionamento com os referidos fornecedores.

- **Gestão Financeira** - de suma importância para o desempenho financeiro das demais UG no desenvolvimento dos seus negócios, responde pelo controle e execução de todo processo de administração orçamentária e financeira da Empresa, o que compreende os recebimentos e pagamentos, os lançamentos e demonstrativos contábeis, as aplicações financeiras, a apuração de custos e a avaliação do desempenho econômico financeiro.

Cabe destacar que também tem a responsabilidade de atuar como ponto de contato com órgãos externos de fiscalização e controle - como é o caso do Tribunal de Contas da União e da Ciset - disponibilizando informações referentes à Empresa, necessárias ao monitoramento exercido por esses órgãos.

- **Gestão de Imagem e Informação** - coordena e executa o processo de comunicação social da Empresa, desenvolvendo e disponibilizando veículos institucionais de informações corporativas para públicos internos e ou externos e promovendo eventos comemorativos. Estes serviços refletem-se diretamente no clima organizacional, tendo em vista que propiciam agilidade no fluxo da comunicação entre a Empresa e seus públicos interno e externos, promovem integração institucional, interáreas e interpessoal, fornecem suporte ao processo de transformação do SERPRO e facilitam o estreitamento das relações com os clientes e a comunidade. Além disso mantém, controla e dissemina o acervo documental, bibliográfico e informativo, administra as estações de auto-estudo existentes nos Centros de Documentação e Informação, visando estimular o aprendizado e o auto desenvolvimento dos colaboradores da Empresa. Ainda elabora produtos promocionais e de divulgação, a maioria deles personalizados, utilizando multimeios, para o SERPRO e seus clientes.
- **Sistemas Internos** - provê soluções de tecnologia de informações e gestão de sua utilização dirigidas aos processos administrativos do SERPRO, de âmbito corporativo, fornecendo sistemas de informação, bem como desenvolve aplicações específicas para as Unidades de infra-estrutura, com o objetivo de identificar ocorrências nos ambientes e plataformas onde são produzidas os sistemas e aplicações corporativas. Presta também atendimento as necessidades de usuários e de help-desk e implementa otimização de rotinas críticas, por meio de automatização.

4.3.1.2 - Atividades e Projetos Inovadores

No período, as principais atividades e projetos que geraram resultados efetivos, considerando as diversas áreas de atuação foram :

- **Gestão de Pessoas**
 - implantação da Versão 2 do Regimento de Administração de Recursos Humanos, RARH - 2, permitindo a adoção de conceitos e procedimentos mais

- flexíveis e modernos para gerenciamento de pessoas;
 - modernização da sistemática de avaliação funcional, por meio da adequação dos fatores e dos critérios de avaliação, além da automatização do instrumental utilizado;
 - implantação da avaliação gerencial 360°, que permite enriquecimento e amadurecimento do processo;
 - definição e implementação das estratégias do projeto Desenvolvimento de Lideranças para o Futuro; e
 - plano de assistência médica: alternativas permitiram a manutenção ininterrupta do benefício apoio à saúde.
- **Gestão Logística**
 - implantação do Sistema de Controle de Licitações - SCOL, propiciando maior agilidade aos procedimentos de aquisição de materiais e equipamentos e de contratação de serviços;
 - implantação do Sistema de Gerenciamento de Contratos - SGC, facilitando e agilizando o controle e administração dos contratos firmados pela Empresa;
 - implantação do Sistema de Viagem e Prestação de Contas - SVPC;
 - terceirização dos serviços de reprografia, eliminando custos com locação de equipamentos para reprodução gráfica, bem como com a aquisição de materiais de suprimento para os referidos equipamentos e promovendo melhoria da qualidade dos serviços oferecidos;
 - renegociação de contratos com fornecedores, obtendo redução dos preços de serviços terceirizados; e
 - reciclagem de lâmpadas fluorescentes, evitando a contaminação do meio ambiente em consequência da liberação de mercúrio, que ocorre mediante os processos tradicionais de destruição das referidas lâmpadas.
 - **Gestão Financeira**
 - centralização das funções financeiras, racionalizando procedimentos, agilizando o processo decisório e economizando recursos operacionais.
 - **Gestão de Imagem e Informação**
 - autofinanciamento da Revista Tema, reduzindo custos e mantendo o alto padrão de qualidade;
 - criação do Banco de Imagens, propiciando a seleção, organização e disponibilização do acervo de fotos, cartazes, folders;
 - kit inovação, disseminando e estimulando a participação dos empregados da Empresa no Projeto Inovação;
 - apresentação e divulgação eletrônicas de produtos, por meio da Internet/Intranet, disponibilizando numa única mídia informações existentes em diversos sistemas e fontes, reduzindo significativamente o tempo de produção dos programas destinados a disseminar informações corporativas;
 - NOTISERPRO eletrônico, utilizando a Intranet para disseminar informações institucionais como forma de redução de custos, sem perda da qualidade da arte final;
 - livros falados para deficientes visuais, possibilitando aos deficientes visuais da Empresa o acesso à leitura de literatura em fita cassete; e

- estação de pesquisas virtual, ampliando o acesso dos empregados a recursos da Intranet e a bancos de dados externos.
- **Sistemas Internos**
 - parcerias com fornecedores, ampliando a capacidade técnica e de atendimento às demandas, que vem aumentando gradativamente, assim como a satisfação dos clientes com os produtos e serviços prestados.

4.3.1.3 - Indicadores e Resultados

- **Gestão de Pessoas** - os dados apresentados referem-se ao quadro total de empregados do SERPRO.

- **Evolução quadro SERPRO**

| Mês/Ano | N.º empregados |
|----------|----------------|
| Dez/1995 | 12.920 |
| Dez/1996 | 11.377 |
| Dez/1997 | 10.756 |
| Dez/1998 | 10.824 |

- **Horas Extras**

| | 1996 | | 1997 | | 1998 | |
|-------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|
| | Quant. | Valor | Quant. | Valor | Quant. | Valor |
| Média | 51.612 | 771.768 | 48.017 | 844.944 | 26.169 | 454.992 |

- **Absenteísmo**

| | Dez/1995 | Dez/1996 | Dez/1997 | Dez/1998 |
|-------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 61.061 | 43.025 | 31.616 | 28.230 |

- **Amplitude de Controle**

| Ano | Empregados | GV-2 | GV-3 | GV-4 | GV-5 | GV-6 | GV-7 | Chefes | Amplitude Controle |
|------|------------|------|------|------|------|------|------|--------|--------------------|
| 1995 | 7.254 | 23 | 26 | 237 | 245 | 336 | 13 | 880 | 8,24 |
| 1996 | 6.078 | 26 | 27 | 259 | 241 | 345 | 13 | 911 | 6,67 |
| 1997 | 5.743 | 32 | 25 | 257 | 217 | 319 | 11 | 861 | 6,67 |
| 1998 | 5.878 | 33 | 27 | 263 | 226 | 312 | 11 | 872 | 6,74 |

- **Despesa com Saúde**

| Ano | Participação (R\$) | |
|------|--------------------|-----------|
| | SERPRO | Empregado |
| 1996 | 20.518.577 | 1.454.383 |
| 1997 | 30.345.930 | 1.758.522 |
| 1998 | 16.385.685 | 6.156.582 |

- **Gestão Logística**

A aquisição de bens e serviços para a Empresa ocorre em duas modalidades: com e sem licitações e seu principal indicador de eficiência é o atendimento no prazo acordado com o cliente, sendo a meta atingir 100% de solicitações atendidas nos prazos requeridos, em relação às duas modalidades aqui citadas. No que se refere às aquisições com licitação, o resultado médio da Unidade em 1998 foi de 69% das solicitações atendidas nos prazos acordados com os clientes, tendo as Regionais Brasília e Porto Alegre atingido 100% e a Regional São Paulo, 95%.

Quanto às aquisições sem licitação, o resultado médio obtido foi de 77% de solicitações atendidas nos prazos acordados com os clientes, destacando-se as Regionais Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que alcançaram índices superiores a 95%.

Tendo em vista as contingências orçamentárias impostas pelo Governo, o SERPRO foi fortemente afetado em relação aos seus gastos. Em dezembro de 1997 foi determinada a redução de 20% nos valores dos contratos de prestação de serviços e em setembro de 1998, novas e intensas restrições governamentais limitaram mais ainda as condições de obtenção de bens e serviços pela Empresa.

Nas duas ocasiões a atuação junto aos fornecedores, implementando um processo negocial de repactuação dos contratos administrativos, bem como de orientação aos gestores de contratos das demais UG, visando o atingimento de metas de redução de custos, resultaram em redução de 18% nas despesas com Contratos Administrativos de dezembro de 1997 e 20% em outubro de 1998.

Repactuação de Contratos Administrativos - Decreto 2773 Outubro/1998

| Tipo De Contrato | Valor Anterior (R\$) | Valor Atual (R\$) | Redução (%) |
|--|---------------------------------|------------------------------|------------------------|
| Fretes e transp. de encomenda | 493.320 | 395.139 | 20 |
| Gêneros alimentícios | 15.901 | 13.744 | 13 |
| Limpeza e conservação | 433.113 | 328.585 | 24 |
| Locação de bens móveis | 16.264 | 10.978 | 32 |
| Locação de imóveis | 135.317 | 132.889 | 1 |
| Manut. E cons. De bens móveis | 299.282 | 236.777 | 20 |
| Material de copa e cozinha | 1.000 | 1.000 | 0 |
| Mat. de expediente | 11.384 | 8.017 | 29 |
| Mat. elétrico e eletrônico | 1.091 | 764 | 30 |
| Serv. apoio adm. e técnico operacional | 48.872 | 41.293 | 15 |
| Serv. de cópias e reprod. de docum. | 106.008 | 75.135 | 29 |
| Vigilância ostensiva | 500.521 | 395.210 | 21 |
| Total | 2.062.058 | 1.641.537 | 20 |

• Gestão Financeira

Os serviços prestados pela SUPAD não se caracterizam como venda e portanto não geram receita. Como suas despesas são cobertas pelas receitas originadas das Unidades de Negócio, mantém-se empenhada em reduzir seus custos, perseguindo a meta de não ultrapassar o percentual de 13% mundialmente aceitos em termos de custos administrativos das empresas em relação aos custos globais da Empresa.

• Imagem e Informação

As estações de auto-estudo disponibilizadas nos Centros de Documentação e Informação existentes. Em todas as Regionais e Sede, são preparadas com equipamentos e software para auto-desenvolvimento em informática e idiomas; além destas estações, o acervo bibliográfico e as leituras selecionadas disseminadas na Intranet apoiam as ações de Educação, Treinamento e Desenvolvimento corporativas e específicas de cada Unidade.

Os produtos de multimeios das mais diversas naturezas são desenvolvidos pela SUPAD, destacando-se aqueles destinados aos clientes externos: como home page para o Ministério da Fazenda, tela de abertura Receita Net, capa de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, home page Rede Governo para o MARE; telas para o Sistema SIEF, Sites do Ministério da Fazenda em espanhol e inglês, criação da marca CIGA para o MARE. Somando estes aos produtos gerados para os clientes internos, verifica-se que é quantitativamente expressiva a produção de multimeios e o mais importante, é a qualidade atestada por todos que os demandam e recebem.

Veículos de comunicação institucional: responsável pela disseminação de informações corporativas, são editados e publicados via Intranet, os veículos de comunicação SERPAUTA (diário), NOTISERPRO (quinzenal) e a revista TEMA (trimestral), também enviada a público externo de interesse da Empresa.

4.3.2. CONSULTORIA TECNOLÓGICA.

A Superintendência de Consultoria Tecnológica - SUPCT, é uma unidade de infraestrutura e tem a finalidade de atender as áreas de Negócios e de Infra-estrutura, mediante o oferecimento de soluções tecnológicas para o êxito das decisões e operações dos clientes do SERPRO. Como atividade complementar administra os contratos corporativos celebrados com fornecedores de Softwares, serviços de apoio, consultoria e treinamento.

Gerenciamento do Sistema de Segurança acesso a Rede SERPRO é outra importante função executada, visando garantir segurança, confiabilidade, privacidade dos dados armazenados pela empresa.

Os principais Serviços são:

- **Projeto Receita em casa** - desenvolvimento, apoio e coordenação da solução que propiciou ao contribuinte apresentar imposto de renda utilizando a Internet;
- **Sistema Siscomex Guia de Importação** - solução que propicia ao importador ter acesso ao sistema de seu escritório;
- **Extrator de Dados** - solução para extração de dados das bases do SIAFI;
- **Projeto Sistema de Patrimônio da União** - solução de conectividade e distribuição dos programas do SIAPE;
- **Projeto PDV da União** - apoio da especificação e desenvolvimento do sistema que apoiou o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores da União;
- **Projeto SILEG** - participação com consultores do Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados;
- **EIS RAIS** - apoio ao desenvolvimento de sistema de informação estratégicas para os gestores da RAIS;
- **Projeto Preços Varejo** - desenvolvimento de protótipo para coleta de preços no varejo, mediante a utilização de coletores de dados e disponibilização na Internet, em parceria com a PUC/SP;
- **Avaliação de Produtos** - realizado teste de produtos disponíveis no mercado para serem implementados em soluções de cliente, tais como: ferramentas de programoteca, distribuição e instalação de programas e tabelas;
- **Projeto Ano 2000** - apoio às unidades de negócios nas atividades de preparação dos Sistemas e bancos de dados visto a problemática da virada do século;
- **ARUANDA na Internet** - desenvolvimento, em parceria com a ORACLE de um protótipo visando atender a substituição do ARUANDA, por uma solução utilizando a Internet; e

- **Projeto SIEF** (Receita Federal) - apoio no desenvolvimento de soluções para o novo Sistema de informações econômicas e financeiras da Receita Federal.

Contemplou serviços nos seguintes segmentos:

- **Consolidação de Tecnologias recentemente internalizadas** - com o objetivo de reduzir o custo de propriedade (TCO) prestou apoio as diversas Unidades de Negócio na implantação de novas tecnologias, dando conseqüência às últimas contratações de software realizada pela empresa. Podemos relacionar como principais serviços nessa área:
 - implantação de solução para guarda e distribuição de programas em plataforma baixa(PVCS e EDM) nos sistemas SIGA/SIEF/SIAPA;
 - implantação de solução para transferência de arquivos (TSC) nos sistemas DARF, CGC, DCTF, SIAFI, EXTRATOR e RADAR;
 - desenvolvimento de soluções integradas utilizando o BROKER nos sistemas SIAFI (Gerencial e Operacional) e no SIAPA EX-OFFICIO; e
 - consolidação de soluções para sistemas de Apoio a Decisão (PILOT) para Sistemas da RAIS e SIAPA.

Inovação nos Serviços Prestados

- definição de nova arquitetura para o Sistema SIAPA, utilizando solução Cliente - Servidor 3 camadas;
- aplicação de Tecnologia de Inteligência Artificial no Sistema de fiscalização da SRF;
- disponibilização de alternativa para coletor de Dados para o Sistema de Multas da Polícia Rodoviária Federal;
- apoio à Implementação da Rede do Governo; e
- implementação de ações para melhoria do processo de Desenvolvimento de Sistemas:
 - início do processo de sistematização e implementação da programoteca para o ambiente mainframe (ENDEVOR);
 - desenvolvimento e disseminação de abordagem de orientação a objeto (O.O), com elaboração de apresentação, roteiro de uso e metodologia para desenvolvimento de sistemas O.O;
 - implementação de novas tecnologias de segurança nas áreas de certificação/criptografia (SSL, Private Ware) e download certificado.
 - absorção do Senha Natural pelo Senha Rede; e
 - desenvolvimento de sistema de auditoria do Senha - Base histórica relativo ao Senha Rede /Natural.
- **Promover a Preparação dos Sistemas para o Ano 2000**
 - gestão do processo de conversão dos sistemas aplicativos para o ano 2000, definindo o processo de Certificação Ano 2000 bem como coordenando a execução da certificação; e

- conversão dos sistemas corporativos:
 - Senha Rede
 - Senha Natural
 - SAVER
 - acervo de Sub-rotinas de uso geral

4.3.3. ENTRADA E SAÍDA DE DADOS

A Superintendência de Entrada e Saída de Dados - SUPES, tem como objetivo disponibilizar insumos necessários para a produção de serviços e produtos. Atua em âmbito nacional, no mercado interno do SERPRO, caracterizando como a prestação de serviços em captação de dados, disponibilização de informações, desenvolvimento e consultoria na entrada e saída de dados.

4.3.3.1 - Presta serviços em:

- **Captação de Dados** - tem sua importância centrada na administração da coleta nas suas diversas formas (papel, meios magnéticos e meios óticos) utilizando processos internos ou terceirizados;
- **Disponibilização de Informações (saída)** - se dá por intermédio de relatórios, meios magnéticos e óticos, notificações, avisos e outros elementos específicos a cada sistema, tendo como destino os órgãos públicos, contribuintes e rede bancária; e
- **Desenvolvimento e Consultoria em Entrada e Saída de Dados** - permite fornecer subsídios aos clientes no tocante a análise dos requisitos, seleção da tecnologia mais adequada, proposta de soluções, desenvolvimento das soluções validadas e implantação da solução desenvolvida e homologada pelo cliente.

A atuação da SUPES é centrada na definição e utilização de ferramentas de tecnologia de ponta, além da disponibilização de alternativas em métodos e processos produtivos.

4.3.3.2 - Projetos Inovadores

Destacamos os principais projetos inovadores ou transformadores desenvolvidos:

- **GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos** - eliminar a forma tradicional de captura de dados e disponibilizar imagem do documento através de acesso remoto visando redução de custos, redução de papel e facilidade no acesso das informações;
- **Impressoras Departamentais Descentralizadas** - adequar o porte do parque de impressão à necessidade dos usuários visando agilizar o processo de impressão, proporcionar outras formas de apresentação de impressão e redução de custos;
- **Migração dos Programas de Crítica de ED - Mainframe para RISC** - otimizar o processo produtivo, reduzir o uso de recursos e custos visando agilizar o

processo produtivo e redução de custos;

- **COLD - Computer Output to Laser Disc** - disponibilizar informações através de CD-R visando redução de 97% no consumo de mão de obra nas atividades de preparo, reduzindo a zero o número de páginas impressas e horas de impressão, redução de área de armazenamento físico dos produtos e maior eficiência e eficácia na gerência e recuperação das informações pelo usuário final; e
- **Avaliação de Sistemas** - consultoria aos clientes quanto ao desenvolvimento dos processos e aumento da eficiência na execução dos serviços visando economia na execução dos serviços; parceria com os clientes; satisfação dos empregados com a melhoria dos processos.

4.3.4. TRATAMENTO DE DADOS

A Superintendência de Tratamento de Dados - SUPTD - presta serviços de tratamento e armazenamento de dados, com qualidade, segurança e preços competitivos.

Tendo em vista a dimensão e características de cada grupo de serviços de nossos Clientes, os distribuimos estrategicamente, entre as regionais, como forma de equilibrar a utilização de recursos e também propiciar o aperfeiçoamento e especialização dos profissionais envolvidos no processo de produção dos serviços, como forma de maximizar o valor e a qualidade do serviço.

Nesta perspectiva, os serviços estão sendo produzidos da seguinte forma:

- **Regional São Paulo** - Secretaria da Receita Federal atendida no âmbito da empresa pela Superintendência de Administração Tributária - SUNAT.
- **Regional Brasília** - Secretaria do Tesouro e da Administração, atendidas no âmbito da empresa pela Superintendência de Negócios Administração Financeira e Superintendência de Negócio Administração Federal e Reforma do Estado.
- **Rio de Janeiro** - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - Carteira de Comércio Exterior, atendida pela Superintendência de Negócios Comércio Exterior.
- **Atividades e projetos inovadores ou transformadores**
 - projetos de Instalação das salas-cofre nas Regionais;
 - implantação das rotinas e procedimentos padronizados que propiciem um nível adequado de segurança lógica nos serviços prestados;
 - implantação dos procedimentos padronizados para backup e logs;
 - implantação do gerenciamento dos serviços e recursos e automação do desempenho;
 - automatização dos serviços de fitoteca com o uso de robôs;
 - implantação da gerência de armazenamento de dados;

- implantação do projeto produção em plataformas baixas; e
- adequação do ambiente operacional.
- **Percentual de Disponibilidade Média dos Ambientes** - Desempenho médio da disponibilidade dos ambientes, isto é, percentual médio de tempo que os ambientes ficaram disponíveis para os Clientes.
- **Número de Apurações Especiais Produzidas** - São serviços especiais (não planejados) executados por solicitação dos Clientes, normalmente com prazo reduzido, caracterizando a capacidade de atendimento as demandas não planejadas (resposta rápida).

| Meses | Disponibilidade (%) | Apurações Especiais |
|--------|---------------------|---------------------|
| Jan/98 | 99,34 | 385 |
| Fev/98 | 98,33 | 486 |
| Mar/98 | 99,74 | 431 |
| Abr/98 | 99,84 | 306 |
| Mai/98 | 98,78 | 448 |
| Jun/98 | 99,73 | 375 |
| Jul/98 | 99,64 | 481 |
| Ago/98 | 99,42 | 523 |
| Set/98 | 99,93 | 519 |
| Out/98 | 100,00 | 422 |
| Nov/98 | 99,69 | 523 |
| Dez/98 | 99,69 | 523 |

- **Número mensal de Transações On-line** - Transações executadas pelos Clientes nas nossas bases.
- **Tempo Médio de Resposta Ponderado (HOST)** - é o tempo médio (ponderado) que o ambiente (SUPTD) está levando para responder a uma transação. A média esperada é de até 0,50 segundos para 90% das transações.
- **Utilização de Disco** – Área em Disco utilizadas pelos Clientes, no nosso ambiente.

| Meses | Nº de transações | Tempo de resposta HOST | Utilização (Mbytes) |
|--------|------------------|---------------------------|---------------------|
| Jan/98 | 132.561.363 | 0,55 | 1.867.219 |
| Fev/98 | 118.977.641 | 0,39 | 1.801.691 |
| Mar/98 | 163.039.216 | 0,37 | 1.869.637 |
| Abr/98 | 141.226.391 | 0,30 | 1.866.632 |
| Mai/98 | 160.303.892 | 0,61 | 1.883.259 |
| Jun/98 | 176.853.635 | 0,73 | 1.935.190 |
| Jul/98 | 197.471.311 | 0,57 | 1.928.060 |
| Ago/98 | 175.703.966 | 0,53 | 1.882.430 |
| Set/98 | 194.039.290 | 0,83 | 1.894.409 |
| Out/98 | 186.863.130 | 0,80 | 1.918.657 |
| Nov/98 | 204.076.945 | 0,90 | 1.918.657 |
| Dez/98 | 194.993.122 | 0,84 | 1.918.657 |

4.3.5. REDE

A Superintendência de Rede – SUPRE é o órgão de infra-estrutura que presta serviços na área de comunicação de dados, voz e imagem e tem a responsabilidade pela sua gestão, operação e evolução tecnológica da Rede de Comunicação SERPRO. É responsável ainda pelos padrões de conexão e interoperabilidade dos ambientes operacionais da Empresa, administrar e comercializar produtos agregados à Rede de Comunicação SERPRO, gerenciar e administrar os recursos e serviços de Rede, de modo a garantir a visão integrada, assegurando a qualidade dos serviços em termos de estabilidade, desempenho e segurança.

Os serviços prestados são:

- **Serviço de Acesso SNA à Rede de Comunicação SERPRO** - compreende-se por Acesso SNA as modalidades de conexão que utilizam os protocolos BSC3 ou SDLC nativos em controladoras e equipamentos terminais ou por intermédio de emulação via placas e softwares em microcomputadores, para a realização de tarefas exclusivamente nos ambientes mainframe do SERPRO e seus Clientes ou nos ambientes de Empresas conectadas.
- **Serviço de Acesso Multiprotocolar à Rede de Comunicação SERPRO** - compreende a disponibilização do acesso à Rede de Comunicação SERPRO por meios diferenciados daqueles citados no Serviço de Acesso SNA, baseados nos protocolos X.25, TCP/IP, Frame-Relay, Cell-Relay e ATM, para realização de tarefas em qualquer plataforma que suporte os protocolos citados. Como no Serviço de Acesso SNA, este serviço pressupõe apenas o uso do serviço de comunicação.

- **Atendimento a Serviços Especiais** - compreende atendimentos e demandas de conexão a Rede de Comunicação do SERPRO por meios não convencionais, tais como Rádio Digital ou Acesso Rede-a-Rede SNA:
 - **Serviço Especial de Comunicação** - deve ser utilizado quando não houver possibilidade de efetivação dos acessos segundo os recursos previstos no Serviço de Acesso Multiprotocolar. Os estudos a serem realizados para cada um dos projetos a serem implementados indicarão a necessidade ou não deste recurso complementar.
 - **Acesso Especial Rede-a-Rede SNA** - permite que redes de outras organizações, públicas ou privadas, façam uso da infra-estrutura da Rede de Comunicação SERPRO para acessarem servidores do próprio SERPRO ou de bases situadas em outras organizações. A este serviço devem ser orçados os valores conforme a capacidade de vazão do canal alocado à conexão.
- **Integração de Correios Eletrônicos – Serviço de Diretório** - caracteriza-se pela integração de ferramentas de comunicação, independentemente da plataforma, possibilitando o envio e recebimento de mensagens entre os usuários de correios eletrônicos de Rede Local (MS-Mail, Lotus Notes, GroupWise etc.), SISCOP (Memo) e Internet (E-Mail) utilizando uma lista de endereços comum. Compreende a integração da plataforma de comunicação definida pelo Cliente com as demais plataformas em outros órgãos de Governo. O serviço é sustentado por servidores de comunicação baseados nos protocolos X-400 e X-500.
- **Acesso Tronco Internet** - compreende a disponibilização de acesso aos serviços Internet a partir de uma determinada estação de trabalho de uma rede local conectada a Rede de Comunicação SERPRO ou rede integrante da Rede Governo. O serviço garante o acesso a todos os Sites públicos disponíveis na Internet, com possibilidade de controle da abrangência de acesso para os Clientes da Rede de Comunicação SERPRO (exclusão de Sites não desejados ou definição de Sites permitidos). As restrições de acesso estão contidas na Política de Segurança do SERPRO.
- **Acesso Discado** - compreende o provimento de acesso discado (0800 ou 300) ao ambiente de comunicação SERPRO, possibilitando o uso remoto dos sistemas e bases de dados residentes nos servidores de Clientes e SERPRO, tais como SIAFI, SIAPE, SISCOP, Sistemas da SRF, correios eletrônicos, serviços WEB da rede interna – Intranet etc. Possibilita também o uso das facilidades básicas da Internet (SMTP, HTTP, FTP, grupo de discussão, lista de distribuição etc.).
- **Resposta Automática** - disponibilizado em parceria com as concessionárias de Telecomunicações, compreende a interação remota com uma base de dados, obtendo-se resposta audível por meio de telefonia ou por fax. Podemos citar como exemplo o TELERENAVAN.
- **Transmissão de Arquivo** - compreende o transporte eletrônico de arquivos entre os diversos ambientes operacionais do SERPRO.

- **Serviços de Informação** - compreende o acesso às bases de dados econômico-financeiros, de cotações das bolsas de valores e de informações do mercado financeiro e agrícola, geradas e mantidas pelas agências de notícias Gazeta Mercantil, CMA, Agência Estado e O Globo, com diversas facilidades, permitindo aos usuários recuperar informações em bases atuais ou históricas, com utilização de trabalhos em editores de textos, efetuando simulações e análise de planilhas e gráficos.
- **Transferência Eletrônica de Dados - EDI** - disponível para os clientes do SERPRO e compreende a troca de dados de forma automática entre dois processos de computadores, sem que haja a necessidade de intervenção humana.

Para o acesso em que entidades privadas ou externas ao Governo estejam envolvidas, a implementação desse serviço pressupõe a utilização de Empresas Associadas, formalmente habilitadas pelo SERPRO, intermediando a troca de documentos entre a origem do documento e o SERPRO.

O SERPRO realiza as atividades envolvidas para a Transferência Eletrônica de Documentos entre os seus Clientes e os Órgãos do Governo, utilizando para isto a sua própria infra-estrutura.

Este serviço é utilizado pela SRF, para transferência de DARF's e DI's (Declaração de Importação). Volume transmitido no ano de 1998 corresponde a 1,35 milhões de Kbytes.

- **Serviço de Voz** - compreende o uso das facilidades de transmissão de voz, em meio digital, integradas à infra-estrutura da Rede de Comunicação SERPRO. Este serviço está disponível para os Clientes do SERPRO que possuem equipamentos terminais e PABX digitais, cabendo ao SERPRO o provimento das interfaces e os meios de comunicação.
- **Consultoria** - compreende o fornecimento de assessoria técnica e elaboração de projetos de comunicação de dados para as áreas de negócios do SERPRO e seus respectivos Clientes.

Projetos e Atividades em Destaque Realizados em 1998

- **Acesso Tronco Internet** - a disponibilização de acesso aos serviços Internet a partir de uma determinada estação de trabalho de uma rede local conectada à Rede de Comunicação SERPRO ou rede integrante da Rede Governo, foi viabilizada através da contratação de infra-estrutura necessária de conexão para os órgãos da Administração Pública Federal. O serviço garante o acesso a todos os Sites públicos disponíveis na Internet, com possibilidade de controle da abrangência de acesso para os Clientes da Rede de Comunicação SERPRO (exclusão de Sites não desejados ou definição de Sites permitidos). As restrições de acesso estão contidas na Política de Segurança do SERPRO.
- **Serviço de Integração de Correios Eletrônicos e Serviço de Diretório** - este serviço encontra-se disponível para os órgãos da Administração Federal (Rede Governo), com backbone de mensagem instalado e em operação com integração de 15 órgãos: o

MARE, MC, MCT, MEC, MF, MJ, MME, MPAS, MPO, MRE, MT, PR, MMA, STN, SRF e SERPRO. Desde a sua disponibilização foram enviadas e recebidas 31.404 mensagens.

Como valor agregado ao Serviço de Correio Eletrônico está disponível o Serviço de Diretório onde estão contidos os endereços de usuários. As informações estão estruturadas em base de dados.

- **Serviço de Pesquisa de Informações na Internet** - este serviço compreende a indexação de base de dados no servidor público de pesquisa na Área de Informações Públicas. A ferramenta utilizada é o AltaVista Search da DIGITAL, que permite a disponibilização de três categorias de serviços:
 - Serviço especializado de recuperação de informações governamentais constantes nas áreas públicas da Internet, de forma que o cidadão tenha uma referência segura para navegação e localização daquelas de seu interesse;
 - Serviço de Fórum de debates que possibilite a participação do cidadão em debates públicos de seu interesse; e
 - Serviço de assinatura regular, onde informações sobre assuntos para os quais o cidadão se inscreveu, sejam enviadas para suas respectivas caixas de correio eletrônico.

Este serviço está disponível para a Rede Governo com a infra-estrutura contratada pelo SERPRO. Foram indexadas até o momento 541.782 páginas por intermédio do Search Engine Alta Vista.

- **Projeto SIEF da SRF** - atuou em parceria com a Superintendência de Administração Tributária - SUNAT no posicionamento dos recursos de comunicação (circuitos terrestres, satélites e roteadores) havendo a necessidade de ser implementado um processo de upgrade de toda infra-estrutura de comunicação para atender a conexão das 623 redes locais localizadas nas agências das delegacias da Receita Federal distribuídas em todas as regiões fiscais do país.
- **Integralização das Rede Locais das DAMF's e DFC's** - efetuou a interligação de 23 redes locais das DAMF's e 12 redes locais das DFC's ao backbone da Rede de Comunicação SERPRO.
- **Serviço de Acesso Discado** - este serviço está disponível para os clientes e funcionários do SERPRO. O provimento de acesso discado (serviço 0800 ou 300) ao ambiente de comunicação SERPRO, possibilita o uso remoto dos sistemas e bases de dados residentes nos servidores de Clientes e SERPRO, tais como SIAFI, SIAPE, SISCOMEX, Sistemas da SRF, correios eletrônicos, serviços WEB da rede interna – Intranet etc. Possibilita também o uso das facilidades básicas da Internet (SMTP, HTTP, FTP, grupo de discussão, lista de distribuição etc.).

Com o objetivo de prover o nível de segurança adequado, e definido por intermédio da Política de Segurança da Rede de Comunicação SERPRO, foi disponibilizado além do acesso discado simples o acesso discado seguro que possibilita o sigilo e a integridade no acesso e no tráfego das informações.

- **Serviço de Voz** - foi implantado o serviço de voz no SERPRO e este serviço compreende uso das facilidades de transmissão de voz, em meio digital, integrado a infra-estrutura da Rede de Comunicação SERPRO. Com a locação dos novos PABX's estarão disponíveis as facilidades como secretária eletrônica, busca automática, chamada a distância local, conferência de voz, etc. O uso deste serviço por intermédio da Rede SERPRO, proporcionará uma redução substancial de ligações interurbanas nos permitindo descontratar as linhas telefônicas das concessionárias de telecomunicações. Os clientes do SERPRO que possuem equipamentos terminais e PABX's digitais poderão fazer uso de serviço sendo que o SERPRO proverá as interfaces e os meios de comunicação.
- **Serviço de Gerência Integrada de Rede** - dispõe de um Centro de Supervisão de Rede localizada em Brasília, e tem como função monitorar e gerenciar a infra-estrutura da Rede de Comunicação SERPRO, utilizando ferramentas e processos de gerência modernos que permitem reduzir as indisponibilidades da rede, através de diagnósticos mais ágeis e confiáveis, permitindo a tempestividade das soluções, a prevenção dos desvios, proporcionando a máxima disponibilidade dos serviços aos clientes.
- **Serviço de Segurança (Firewall)** - este serviço visa prover o nível de segurança adequado e definido por intermédio da Política de Segurança da Rede de Comunicação SERPRO, para o SERPRO e seus respectivos Clientes. Tem como objetivo a proteção do acesso à Intranet e Internet.

A implantação desse dispositivo de segurança foi concluída em Outubro de 1998.

Indicadores de Desempenho

- **Disponibilidade de Rede** - corresponde ao indicador demonstrativo do percentual em que os serviços de acesso permanecem disponíveis, deduzindo as interrupções, para ações preventivas e corretivas.
- **Tempo de Rede** - corresponde ao tempo gasto, pelo usuário, no tráfego de sua Transação pela Rede entre a estação e a base de dados e vice-versa.

| Mês | Disponibilidade (%) | Tempo de Rede (segundos) |
|--------|---------------------|--------------------------|
| Jan/98 | 100,00 | 1,50 |
| Fev/98 | 100,00 | 1,50 |
| Mar/98 | 98,45 | 1,39 |
| Abr/98 | 99,07 | 1,39 |
| Mai/98 | 99,96 | 1,41 |
| Jun/98 | 99,94 | 1,12 |
| Jul/98 | 100,00 | 1,40 |
| Ago/98 | 100,00 | 1,20 |
| Set/98 | 99,85 | 1,25 |
| Out/98 | 98,95 | 1,10 |
| Nov/98 | 99,86 | 1,03 |
| Dez/98 | 99,87 | 1,47 |

- **Número de Transação** - corresponde ao volume de transações trafegadas mensalmente na Rede de Comunicação SERPRO , demonstrando o histórico e a tendência do processo de prestação de serviço de acesso.
- **Custo Unitário de Transação Trafegada** - demonstra a relação entre o custo de comunicação de dados e o volume de transações trafegadas na rede, retratando a variação da performance dos custos.

| Mês | Comunicação Dados | Nº de Transações | Custo Unitário |
|--------|-------------------|------------------|----------------|
| Jan/98 | 3.210.980,00 | 95.234.141 | 0,03 |
| Fev/98 | 2.941.522,00 | 73.536.793 | 0,04 |
| Mar/98 | 3.915.663,00 | 111.266.858 | 0,03 |
| Abr/98 | 3.587.288,00 | 95.787.499 | 0,04 |
| Mai/98 | 4.875.266,00 | 115.073.181 | 0,04 |
| Jun/98 | 4.269.377,00 | 125.748.172 | 0,03 |
| Jul/98 | 7.933.389,00 | 159.674.172 | 0,03 |
| Ago/98 | 4.351.963,00 | 141.794.482 | 0,03 |
| Set/98 | 4.391.610,00 | 157.180.755 | 0,02 |
| Out/98 | 3.753.315,00 | 156.835.363 | 0,02 |
| Nov/98 | 3.297.822,00 | 159.972.070 | 0,02 |
| Dez/98 | 3.279.822,00 | 163.171.511 | 0,02 |

Redução de Custos

A instalação da Rede Multiprotocolar a partir de 1996 permitiu a produção de novos serviços nas várias plataformas disponíveis no mercado, e tem como objetivo básico dar suporte às novas tecnologias disponíveis para solução de necessidades às atividades desenvolvidas pelos clientes, racionalizar o uso da infra-estrutura física da rede, possibilitando a integração dos serviços de dados, voz e imagem em uma mesma infra-estrutura, gerando economia de escala, garantir melhor nível de serviço, disponibilizando uma infra-estrutura com backup no segmento central de Rede, utilizando circuitos de

comunicação terrestre e via satélite, garantir o gerenciamento integrado da Rede, possibilitando melhor controle das tarefas de gerência e, conseqüentemente, das atividades de planejamento dos recursos.

Desde 1997 vem procedendo negociações com as Concessionárias de Telecomunicações, objetivando a redução de custos de comunicação de dados, que corresponde ao principal custo da Superintendência.

Como resultado dessas negociações, foram firmados contratos com reduções de custos, sendo que com a EMBRATEL obtivemos 40% de redução, 30% com a TELERJ, 30% com a TELEMIG e 17% com a TELEBAHIA.

A finalização do processo de migração da rede, proporcionou a geração de economia da ordem R\$ 400 mil mensais nos segmentos de:

- rede de Transmissão de Arquivos: R\$ 70 mil;
- rede de Voz: R\$ 100 mil (inclui chamadas interurbanas); e
- rede IP/LAN: R\$ 40 mil

Entretanto, estava previsto para o ano de 1998 a implantação do Projeto SIEF, o que demandou investimentos significativos, além da contratação de novos circuitos e conseqüentemente o aumento de tráfego na rede.

A partir das medidas definidas pelo Ministério da Fazenda para 1998/1999, procederam-se novas negociações, obtendo resultados com sensíveis reduções de custos, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

As economias geradas foram obtidas por intermédio da descontração dos circuitos backup via satélite de todas as Projeções Regionais, mantendo-se apenas os links de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Redução de velocidade de circuitos dos nós de acesso e cancelamento de circuitos backup.

- devolução de equipamentos (locação) – R\$ 82 mil;
- devolução de circuitos: R\$ 230 mil;
- redução de velocidade de circuitos: R\$ 266 mil;
- suspensão do serviço Internet via 0800: R\$ 285 mil; e
- migração de tecnologia de serviço (Transdata para Topnet, GTE para AT&T): R\$ 455 mil

O valor total obtido nas negociações com as Concessionárias de Telecomunicações Regionais e Embratel em 1998, corresponde a R\$ 1,23 milhões/mês.

4.3.6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Superintendência de Assistência Técnica - SUPTE, atua na prestação de serviços para Unidades de Negócio, nos serviços de Suporte a clientes, Administração de Redes Locais, Atendimento de Campo, Instalação de hardware e software, Consultoria, Projetos e Treinamento em ambiente de Computação Pessoal, Redes Locais e Integração destas

plataformas. Atua, também, como provedora destes mesmos serviços para as demais UI, para a UC e a Diretoria do SERPRO.

A seguir alguns dados que demonstram a produtividade da SUPTE no exercício de 1998.

- **Serviços/Recursos**

| Serviços/ Recursos | Medidas | Produção Anual |
|---------------------------|----------------|-----------------------|
| Gerenciamento | Ponto-Mês | 549.996 |
| Chamada Especial | Chamada | 2.130 |
| Manutenção | Ponto-Mês | 228.174 |
| Instalações | Ponto-Conexão | 16.493 |
| Sustentação | Homem-Hora | 363.729 |
| Apoio Técnico | Homem-Hora | 228.039 |
| Consultoria | Homem-Hora | 47.245 |
| Treinamento | Kit | 748 |
| Adm. Rede Local | Estação-Mês | 91.073 |
| Serviços Especiais | Mb | 2.091.341 |

- **Quantidade de Redes Locais Externas e Estações Administradas**

| Regional | Qt. de Redes Locais Externas | Qt. de Estações |
|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| Belo Horizonte | 5 | 185 |
| Belém | 10 | 248 |
| Brasília | 14 | 848 |
| Curitiba | 5 | 263 |
| Fortaleza | 8 | 272 |
| Florianópolis | 2 | 75 |
| Ministério da Fazenda | 4 | 2.106 |
| Porto Alegre | 2 | 232 |
| Recife | 46 | 754 |
| Rio de Janeiro | 3 | 648 |
| Salvador | 5 | 248 |
| São Paulo | 4 | 234 |
| Vitória | 3 | 119 |
| Total | 111 | 6.232 |

- **Quantidade de Redes Locais Internas e Estações Administradas**

| Regional | Qt. de Redes Locais Internas | Qt. de Estações |
|-----------------|-------------------------------------|------------------------|
| Belo Horizonte | 1 | 315 |
| Belém | 6 | 238 |
| Brasília | 5 | 1.665 |
| Curitiba | 1 | 296 |
| Fortaleza | 3 | 252 |
| Florianópolis | 1 | 22 |
| Porto Alegre | 1 | 338 |
| Recife | 4 | 293 |
| Rio de Janeiro | 2 | 1.255 |
| Salvador | 2 | 212 |
| São Paulo | 10 | 833 |
| Vitória | 1 | 34 |
| Total | 37 | 5.753 |

- **Quantidade de Problemas Abertos e Fechados pela Central de Atendimento ao Usuário - CAU**

| Problemas | | Resolução | | | | |
|------------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| Abertos | Fechados | 1-2 Dias | 3-4 Dias | 5-6 Dias | 7-9 Dias | Mais de 10 Dias |
| 92.245 | 91.330 | 63,86% | 12,03% | 6,91% | 6,24% | 10,93% |

4.4. - CONSULTORIA JURÍDICA E AUDITORIA

4.4.1. CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica é uma unidade de natureza corporativa e tem por produto os serviços técnicos especializados de natureza jurídica aos clientes internos, através de orientações, pareceres e condução de processos administrativos e judiciais nos quais a Empresa seja parte.

• Principais resultados:

Os principais resultados no período janeiro a dezembro de 1998 são:

- Os resultados judiciais, no período indicaram a manutenção do número de decisões favoráveis ao SERPRO, que, no ano de 1997 (segundo semestre) sofreu um crescimento da ordem de 139%.

Sob o ponto de vista da gestão do contencioso judicial, supervisiona o atendimento terceirizado das ações trabalhistas, que, em dezembro de 1997 eram em número de 3.463 processos judiciais. Em 1998, esse número passou para 3.179 ações. Isso significa que o SERPRO, hoje, apresenta uma redução de seu contencioso da ordem de 8%.

O número de ações por advogados, no exercício de 1998 foi de 50,46, contra 53,20 no exercício de 1997, o que representa um acréscimo de segurança processual da ordem de 6% .

- No ano de 1998, a atividade consultiva, a despeito da redução do quadro de advogados de 5 para 4, a COJUR manteve concentrado, na faixa de 0 a 30 dias, o tempo de resposta a consultas.

Foram formuladas à COJUR 740 consultas no período. Dessas, 90% foram respondidas no prazo máximo de 1 mês.

- A tabulação da pesquisa de satisfação do cliente, aplicada em 1997, apontou significativo nível de satisfação, apesar de indicar algumas oportunidades para melhoria a serem trabalhadas, como a objetividade na emissão de pareceres e redução do tempo de resposta às consultas formuladas. O resultado positivo dessa pesquisa leva-nos a concluir que as ações corretivas adotadas em decorrência do resultado da primeira pesquisa aplicada (1996), foram eficazes.

4.4.2. AUDITORIA GERAL

4.4.2.1.–Fatos ocorridos na Entidade que ocasionaram instauração de Sindicância e/ou Processo Administrativo.

- **Composição Física dos Processos**

| | (A) | (B) |
|--|-----------|-----------|
| 1 - Encerrados e enviados à Polícia Federal | 01 | - |
| 2 - Pendentes de decisão da autoridade julgadora | 03 | 10 |
| 3 - Arquivados, sem imputação de penalidade | 03 | 06 |
| 4 - Encerrados e arquivados, com decisão de baixa patrimonial | 03 | - |
| 5 - Aguardando julgamento da Justiça do trabalho | 01 | 01 |
| 6 - Determinação de recolhimento de bens e valores e arquivados | 01 | 02 |
| 7 - Determinação de revisão dos controles internos | 01 | 03 |
| 8 - Transformados em processo administrativo/disciplinar, sem imputação de penalidades e arquivados | - | 02 |
| 9 - Transformado em processo administrativo/disciplinar e aguardando decisão da autoridade julgadora | - | 03 |
| 10 - Transformado em processo administrativo/disciplinar, com imputação de responsabilidade | - | 01 |
| Totais | 13 | 28 |

(A) Oriundos de exercícios anteriores

(B) Abertos durante o ano de 1998

| ÓRGÃO | Nº DOCUMENTO INSTITUIDOR | OBJETIVO | PROCESSO NÚMERO | CONCLUSÃO |
|-------|---|--|---|--|
| SUPAD | DS - 002/97 DS - 005/97 DS - 006/97 DS - 007/97 DS - 010/97 | Criação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em prosseguimento à Sindicância Instituída pela Decisão Setorial DIRET - 017/96 (prorrogada pelas DS números - 20,25, e 29/96), relativa aos fatos relatados no memorando RHSIN/SUPRH - 001/96, de 23/09/96. | 19863.00114/96-71 e 19863.00038/97-75 | Processo concluído em 30/01/98 com a demissão por justa do empregado Rodrigo Rezende – matrícula nº. 1201/798-1 – lotado no PSE/MF, devido a falta grave ao acessar o Sistema SRH para obtenção de benefício fraudulento. Pelo expediente SUPAD - 016/97, de 19/12/97, o processo foi enviado à Superintendência da Polícia Federal no DF. |

| | | | | |
|-------|-------------|---|-------------------|---|
| SUPAD | DS - 004/98 | Apurar responsabilidades e irregularidades administrativas apontadas na contratação da empresa PROEN (processo 12023.000405/97). | 19863-00093/98-64 | No julgamento, o SUPAD determinou que: O processo deve ser anulado, abrir nova licitação, coibir a concentração de poder decisório nas mãos de um mesmo profissional, restringir o livre acesso de ex-empregados do SERPRO, atualmente aposentados, atuando em causas própria. Finalmente, foi detectado que as falhas administrativas decorreram de julgamento subjetivo e peculiar do processo de licitação em si, e, portanto, não houve como imputar sanções disciplinares. |
| SUPAD | DS - 005/98 | Apurar os fatos que impossibilitaram o preposto do SERPRO (Escritório de Advocacia Rogério Avellar) a recorrer à Instância máxima (STF), a respeito da reclamatória trabalhista movida contra o SERPRO pelos empregados Etevaldo Batista Araújo e outros (proc. 06696- 16ª JCJ/DF) | 19863.00129/98-18 | O SUPAD determinou o arquivamento do processo, devido a: 1) Falta de constatação de responsabilidade funcional de empregados do SERPRO; 2) Longo período decorrido entre a ocorrência do fato e a solicitação de providências ; Ação da COJUR em apresentar providências para desconstituir a sentença desfavorável exarada na 1ª Instância. |
| SUPAD | DS - 006/98 | Apurar responsabilidades e irregularidades administrativas no fornecimento da documentação denominada DSS – 8030 (antigo SB - 40), ao empregado Antônio Fernandes de Sousa Filho e outros, documentação apresentada através de Relatório Complementar do processo n.º 19863.0000093/98-64 | 19863.00158/98-16 | No julgamento final do processo de Sindicância, o SUPAD instituiu uma Comissão para Processo Administrativo Disciplinar, para a apuração e definição de responsabilidades na emissão e concessão de documentos DSS - 8030. Concluiu, ainda, com a adoção de vários procedimentos junto as Regionais (levantamentos), INSS, SERPROS e Consultoria Jurídica, para melhoria de seus respectivos controles internos. |
| SUPAD | DS - 008/98 | Apurar responsabilidades e irregularidades no recolhimento do tributo ISS/DF, no âmbito da Divisão Financeira da Regional Brasília. | 19863.00177/98-52 | No julgamento do processo, o Superintendente da SUPAD decidiu não ter identificado má-fé ou dolo pelos envolvidos e determinou à área financeira a revisão das sistemáticas adotadas em circunstâncias semelhantes. |

| | | | | |
|-------|--|---|--|---|
| SUPAD | DS - 009/98 | Apurar as ocorrências relacionadas com o atraso no recolhimento do INSS/Autônomo, relativo a competência de abril/97, ocasionado no âmbito do ADFIC/ADRJO. | 19863.00179/98-88 | A Comissão apurou que o empregado Getúlio Sebastião de Carvalho foi responsável pelo atraso no pagamento do INSS/Autônomo (abril/97), tendo o SUPAD determinado, que o empregado recolha aos cofres do SERPRO o valor da multa de R\$ 653,77. |
| SUPAD | DS - 015/98 | Instituir Comissão de Sindicância, para proceder à análise do Processo DIVAD/DEINF - 068/95 | 19863.00310/98-71 | Aguardando decisão da autoridade instauradora e remessa do processo à AUDIG/CD |
| SUPAD | DS - 013/98 | Instituir Comissão de Sindicância para apurar o desaparecimento de 70% dos Documentos de Acompanhamento de Lote (processo 95.0011692-8) | 19863.00263/98-92 | A Comissão concluiu seus trabalhos, declarando que, após decorridos 03 anos da ocorrência do fato torna-se impraticável a sua busca e localização atual, estando os mesmos extraviados. O Superintendente da SUPAD autorizou o arquivamento |
| SUPRH | DS - 001/97 | Apurar denúncia sobre inclusão indevida de pessoas no "Programa de Desligamento Voluntário - Gerencial - PDVG" | 19863.00193/97-28 | Aguardando remessa pela SUPAD à AUDIG/CD. |
| TEBLM | DS - 026/97 | Comissão de Sindicância para apurar desaparecimento do cheque nº. 000033 da CEF, no valor de R\$ 12.574,43, emitido a favor de Rubens Araújo Chaves para pagamento | 19864.00063/97-21 | Conforme memorando TEBLM - 030/98 de 19/01/98, o cheque foi encontrado em 13/01/98, tendo a comissão concluído o processo sem ser possível identificar o responsável pela apropriação indébita. |
| ADBSA | DS - 09/98 DS - 12/98 | Apurar a tentativa de saque indevido do FGTS, conforme relatado no memorando ADRHU - 106/98, de 22/05/98. | 19863.00156/98-82 | Processo concluído e transformado em Processo Administrativo Disciplinar conforme Decisão Setorial ADBSA/SUPAD - 013/98. |
| ADBSA | DS - 10/98 DS - 11/98 DS - 16/98 DS - 20/98 | Apurar o extravio de bem patrimonial conforme relatado no memo. ADSUP/ADSBA - 041/98, DE 21/05/98. | 19863.00157/98-45 19863.00303/98-13 | Processo encerrado. Sindicância transformada em Processo Administrativo Disciplinar (DS-20/98). O bem patrimonial extraviado foi repostado, em 19/10/98, por outro equipamento com as mesmas características. |
| ADBSA | DS - 013/98 DS - 021/98 DS - 028/98 | Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, deu prosseguimento à Sindicância instituída pelas Decisões Setoriais ADBSA-09 e 012/98 (Processo 19863.000156/98-82). | 19863.00211/98-99 | Em andamento. |
| ADBSA | DS - 14/98 DS - 19/98 DS - 24/98 | Apurar extravio de bem patrimonial, conforme relatado no memo. ADSUP/ADBSA - 053/98, de 19/08/98. | 19863.00254/98-00 | Em andamento. |
| ADBSA | DS - 18/98 DS - 22/98 | Apurar a irregularidade no reembolso odontológico da empregada, Keila Figueiredo - matrícula nº 0104255-6. | 19863.00299/98-30 19863.00311/98-33 | Sindicância transformada em Processo Administrativo Disciplinar (DS - 22/98), aguardando a conclusão do assunto. |

| | | | | |
|-------|--|---|-------------------|--|
| ADBSA | DS – 23/98 | Proceder a apuração de extravio de bem patrimonial, conforme relatado no memorando TESOP/TEMFA – 018/98, de 07/10/98 | 19863.00313/98-69 | Processo concluído. A autoridade local (ADBSA/SUPAD) determinou que o empregado Flávio Correia de Sousa realize o ressarcimento ao SERPRO, até 30/11/98, de um Kit multimídia igual ao que foi extraviado, bem como promoveu a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para aplicar penalidade ao empregado. |
| ADRCE | DS - 009/98 | Apurar causas e responsabilidades do desaparecimento de mouse e um microfone dos equipamentos novos, instalados na área de Projetos - ATCCO/ATRCE. | 19866.00049/98-05 | Foi determinado o arquivamento do processo pelo Gerente ADRCE, devido não ter sido constatado pela Comissão qualquer furto ou desaparecimento dos equipamentos. |
| ADRCE | DS - 012/98 | Apurar as causas e responsabilidades sobre o extravio de 46 Bens Patrimoniais não localizados pela Comissão de Inventário Patrimonial - COIPR/1998. | 19866.00071/98-56 | Em fase de elaboração do relatório final. |
| ADRCE | DS - 016/98 DS - 021/98 DS - 022/98 DS - 023/98 | Apurar causas e responsabilidade sobre o lançamento indevido em folha de pagamento na rubrica Vale Transporte, nos meses de maio a agosto/98. | 19866.00095/98-14 | Em andamento. |
| ADBHE | DS - 008/98 | Apurar o anexo, acidente do trabalho ou auxílio-doença, do acidente ocorrido em 27/04/98, com o empregado Antônio José Raimundo - matrícula nº. 0603728-3 | 19868.00028/98-43 | A Comissão concluiu seus trabalhos inferindo que o acidente rodoviário ocorrido com o empregado, em 27/04/98, não se configura como acidente de trabalho. |
| ADBHE | DS - 006/98 | Apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de 21 tíquetes da empregada Sandra Regina de Alcântara Amorim – matrícula 0602710-5. | 19868.00020/98-31 | Processo concluído em 01/04/98. O julgamento do gerente Regional é que a empregada deve assumir o seu prejuízo em razão de não ter tomado as devidas precauções de segurança, não cabendo a Empresa qualquer ônus referente ao evento. |
| ADBHE | DS – 12/98 DS – 14/98 | Apurar os fatos e responsabilidades envolvidas no desligamento da ex-empregada Maria Elizabete Conceição Piritto, matrícula 0600639-6, conforme relatado no memorando ADPES/SUPAD-/628/1998, de 23/09/98. | 19868.00071/98-78 | A Comissão concluiu os trabalhos e submeteu ao julgamento da Superintendência da SUPAD, a qual decidiu que houve má-fé no desligamento da empregada, face a data real do protocolo do seu requerimento de aposentadoria, junto do INSS Ter se efetivado em data anterior ao seu desligamento, ou seja, dia 19/05/98. |

| | | | | |
|-------|--|--|-------------------|--|
| FIRIO | DS - 073/94 | Apurar responsabilidade pela não localização de bens patrimoniais nos inventários de abr/94 e inventários anteriores, no total de 1.277 bens. | 0337/94 | Processo em andamento, faltando serem autorizadas as baixas de 11 micros - ILHA, pela ADADM/SUPAD, devolvidos à ILHA Tecnologia Ltda., em 21/10/92, conforme Processo FIRIO - 187/95, enviado à DEINF, em 06/02/95 a qual está aguardando Decisão Judicial para as devidas providências.(Ação Ordinária nº93.4556-3/17ª Vara Federal). |
| FIRIO | DS - 094/94 DS - 033/96 DS - 043/96 DS - 004/97 | Acompanhar a apuração de responsabilidade pelo desaparecimento de uma impressora no cliente Ministério da Saúde. | 0653/94 | Processo encaminhado ao Superintendente da SUPAD, em 11/11/98, pelo Gerente da ADRJO/SUPAD, solicitando a autorização do Diretor de Gestão Interna para baixa por determinação. |
| FIRIO | DS - 022/96 DS - 032/96 DS - 002/97 | Acompanhar a apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do terminal - patrimônio nº. 519.636 no cliente INAMPS. | 997/94 | Devido o cliente INAMPS não atender ao pedido de cobrança reiterado pelo memorando ADRJO - 012/98, de 02/02/98, o Diretor de Administração autorizou, em 18/08/98, a baixa do bem no cadastro patrimonial. Baixa concluída em 07/10/98. |
| FIRIO | DS - 052/95 DS - 023/96 DS - 034/96 DS - 044/96 | Acompanhar junto ao cliente Fundação Roquete Pinto, a apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do terminal - patrimônio nº. 51 5712. | 675/95 | Processo encaminhado ao Superintendente da SUPAD, em 11/11/98, pelo Gerente da ADRJO/SUPAD, solicitando a autorização do Diretor de Gestão Interna para baixa por determinação. |
| ADRJO | DS - 024/97 | Analisar os fatos constantes no documento Memo ADRJO/SUPAD - 105, de 23/09/97, anexado ao processo ADRJO/SUPAD nº 12023.000526/97-16, avaliar o processo de designação e a operacionalização dos registros no SRH, recomendando medidas preventivas para que não ocorram fatos de natureza semelhante. | 120023.0526/97-16 | A Comissão encerrou os trabalhos e o processo foi enviado à ADASE/SUPAD, em 05/01/98, para providências. O processo retornou à Regional, com a determinação da SUPAD para concluir o trabalho até 02/11/98, sendo posteriormente prorrogado o prazo para conclusão até 17/12/98. |
| ADRJO | DS - 026/97 | Apurar falhas na defesa da Empresa que ocasionou a reintegração no emprego da Sra. Rosângela Chiesa Marconi com espeque na Lei 8.878/94 (anistia) - RO 3.994/96 - ES. | 12023.00590/97-15 | Resultado dos trabalhos da Comissão de Sindicância foi submetido a apreciação do Consultor Jurídico do SERPRO, o qual decidiu dar por concluída a apuração, face a inexistência de responsabilidade pessoal, em razão de toda a estrutura do trabalho existente em Vitória - Espírito Santo. |

| | | | | |
|-------|----------------------------|---|-------------------|---|
| ADRJO | DS - 010/98 | Apurar a responsabilidade pelo extravio das carteiras de trabalho e previdência social do empregado Jorge Roberto R. Laguardia. | 12023.00065/98-26 | A comissão encerrou os trabalhos e o processo foi enviado para o ADRJO para considerações finais e arquivamento na Regional. |
| ADRJO | DS - 022/98 DS - 028/98 | Apurar de forma sigilosa, os fatos relatados na nota Lotus Notes, de 28/10/98, de Luiz Augusto Estrella para Maurício Reis Viana (TERJO). | 12023.00169/98-21 | Em andamento. |
| ADRJO | DS - 020/98 | Apurar os fatos apontados contra o empregado Otadélio Magalhães do Vabo Júnior, conforme documentação anexa ao memorando ADPES/SUPAD - 588/1998, de 14/09/98. | 12023.00158/98-13 | Em andamento. |
| ADRJO | DS - 027/98 | Apurar de forma sigilosa, os fatos relatados no Parecer COJUR/DIRET n.º A - 063/98, de 28/10/98, anexo ao memorando ADPES/SUPAD n.º 711/1998. | 12023.00171/98-73 | Em andamento. |
| ADRJO | DS - 031/98 | Proceder diligências para localização dos bens patrimoniais não localizados no inventário de 1998, conforme relatório apresentado. | 12023.00172/98-36 | Em andamento. |
| FISAO | DS - 049/94 | Apurar os fatos que envolveram o extravio de 01 impressora Emília Plus de n.º patrimonial 528062-1, alocada no cliente Receita Federal | 273/94 | Processo Encerrado. A impressora foi localizada no Setor de atendimento à Alfândega do AISP - Aeroporto de Guarulhos, conforme memorando ADSUP-0182/98, de 26/10/98. |
| FISAO | DS - 022/95 | Apurar os fatos relacionados a possíveis irregularidades praticadas pelo empregado Sílvio de Lima Ramos, matrícula 0823124-9, em documentos médicos. | 041/95 | O SERPRO entrou com ação na Justiça para homologar a demissão por justa causa e ser ressarcido do saldo que o empregado deve a empresa. A 1ª. Audiência aconteceu em 13/09/95 e está em fase de julgamento pelo Juiz do Trabalho. |
| ADSPO | DS - 023/97 | Promover a apuração do desaparecimento de duas furadeiras de números patrimoniais 1330276 e 1331774, de acordo com o memorando TEDSU/TESPO - 01/10/97. | 12032.00262/97-37 | Processo concluído com o ressarcimento dos valores dos bens ao SERPRO. |

| | | | | |
|-------|---|--|---|--|
| ADSPO | DS – 006/98 | Promover a apuração dos fatos ocorridos frente ao recurso da empregada Carolina Leonor Boin Teraoka que foi colocada à disposição pelo Delegado da DRF de Bauru, após ter respondido o processo administrativo. | 12032.00010/98-25 | Processo concluído com a decisão de aplicação de penalidade de justa causa à empregada em referência e ao empregado Shirley Teraoka. O assunto foi recorrido à 2ª Instância interna (SUPAD), a qual manteve a penalidade. Efetuado o desligamento por justa causa, tendo os empregados recorrido a suspensão da pena junto ao Ministério do Trabalho, procedendo o recolhimento dos valores em Juízo. |
| ADSPO | DS – 021/98 | Apurar os fatos referentes a procedimento irregular que versa sobre o empregado Irineu Antonio Cazalei – matrícula 0818255-8. | 12032.00077/98-04 | Processo está sendo concluído. |
| ADCTA | DS – 019/97 (SUPAD) | Analisar os procedimentos e identificar as causas que deram origem aos fatos relacionados com perda de prazo e falta de documentos em processos trabalhistas, nas Regionais Salvador e Belo Horizonte. | ADCTA - 251/97 19868.00238/97-13 19867.00050/97-11 19867.00051/97-16 | A COJUR/DIRET procedeu a análise das questões apontadas no julgamento da SUPAD, de 07/11/97, sobre os processos abertos para apurar os motivos do não agravamento da procuração junto com as demais peças que comporam o Agravo, tendo emitido o memorando COJUR – 604/1998, de 11/11/1998, concluindo as apurações e apenas determinou procedimentos internos no âmbito da COJUR para acompanhamento dos processos. |
| ADCTA | SUPAD- DS/011/98 E DS - 014/98 | Instaura Processo Administrativo Disciplinar em relação aos empregados Olimpio Evandro R. Lima, Jorge Luís Ribeiro e Nilson Thruler dos Santos, lotados na ADRJO, para a apuração da irregularidades e definição de responsabilidades no preenchimento do formulário DSS-8030 e emissão de Laudos de Função para caracterização de ambientes insalubres, utilizados para o requerimento de aposentadorias especiais, no âmbito da Regional Rio de Janeiro. | 19870.00065/98-01 | Em andamento. Processo aberto em atendimento a decisão da SUPAD, constante do processo nº19863.000158/98-16. |

4.4.2.2. – Atendimento ao Tribunal de Contas da União (T.C.U.).

a) Ofício n.º 002/98–8ª SECEX, de 07/01/1998 (Processo TC – 11612-97-5).

Solicita ao SERPRO que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações/documentos a seguir indicados, necessários ao saneamento do processo TC n.º 11612/97-5:

- 1) Cópia dos atos da contratação, em 17/02/1995, supostamente após ter pedido aposentadoria, bem como a dispensa do ex-empregado Artur Nunes de Oliveira Filho, indicando minuciosamente a forma de reingresso e seus fundamentos legais, a natureza do cargo ou função ocupada, e os competentes registros; e
- 2) Informação a cerca da existência ou não de casos análogos ao do Sr. Artur Nunes de Oliveira Filho e, caso positivo, encaminhamento da mesma documentação discriminada acima.

Mediante Ofícios DP – 002/1998, de 23/01/1998, e DS – 006/1998, de 13/03/1998, o Diretor-Superintendente informou que o ex-empregado Artur Nunes de Oliveira Filho, matrícula 0001333-1, admitido em 01/01/1973, foi desligado do SERPRO, em 28/06/1996, por motivo de Extinção de Contrato, em cumprimento ao Parecer PGFN/CGJ/N.º 0484/96, da Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional e Aprovação Ministerial datada de 24 de abril de 1996, que proíbe a permanência de empregados em serviço após a concessão da aposentadoria. Não existindo casos análogos ao do ex-empregado.

b) Ofício n.º 052/98 – 8.ª SECEX, de 17/02/1998 (Processo TC–726 – 98-2).

Efetua diligência com fulcro no artigo 11, da Lei n.º 8443/92, solicitando ao SERPRO que apresente no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes documentos, para que o Tribunal possa deliberar sobre o processo originário da Representação referente à Concorrência n.º 12.0021/97, realizada na Regional Brasília:

- 1) Cópia do edital, anexos e adendos;
- 2) Atual estágio em que se encontra a licitação;
- 3) Cópia da minuta contratual ou do contrato assinado, conforme o caso;
- 4) Resultado do pedido de impugnação feito pela licitante MULT MÓVEIS Ltda, bem como por outras empresas participantes do certame, se existentes, anexando, em todo caso, o competente parecer exarado; e
- 5) Relação dos participantes da licitação.

O Diretor-Presidente utilizou-se dos Ofícios DP – 229/1998, de 03/03/1998, e DP – 536/1998, de 22/05/1998, para enviar toda a documentação solicitada acima, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de poltronas, cadeiras e mobiliário padronizado para os prédios do SERPRO/SEDE (1.º e 2.º pavimentos) e Regional Brasília (pavimento superior). A Auditoria Geral complementou as informações com o envio do documento de revogação da concorrência, conforme ofício AUDIG/CD – 164/1998, de 18/08/1998.

c) Ofício n.º 11/98 – SAUDI, de 15/04/1998.

Apresenta os Analistas de Finanças e Controle (Área de Controle Externo), Srs. Daniel Dias Pereira, Roberta Ribeiro de Queiroz Martins e Francisco Carlos Novaes Galhano, designados pela Portaria n.º 01/SAUDI, de 09 de fevereiro de 1998, para realizarem Auditoria de Sistemas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com o objetivo de atender a Decisão n.º 469/94 –TCU – Plenário, de 20/07/1994 – Ata n.º 24/94 – TC n.º 005.283/93 – 4 (Sigiloso).

d) Ofício n.º 107/98–8ª SECEX, de 19/05/1998 (Processo TC–005.089/95-6).

Comunica ao SERPRO que o Tribunal em Sessão da 1.ª Câmara, de 05/05/1998, Relação n.º 21/98, ao apreciar o processo de Prestação de Contas relativo ao período de 01/07/1993 a 30/06/1994, decidiu, nos termos dos artigos 1.º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei n.º 8443/92, julgar regulares as referidas contas, com ressalvas arroladas no expediente, dando quitação aos responsáveis.

Através do Ofício DP – 546/1998, de 26/05/1998, o Diretor-Presidente em exercício forneceu à 8.ª SECEX do T.C.U. todas as providências tomadas pelo SERPRO para a regularização dos itens ressalvados quando do julgamento da mencionada Prestação de Contas. A Auditoria Geral complementou a retrocitada resposta, prestando informações adicionais através do Ofício AUDIG/CD – 169/1998, de 01/09/1998.

e) Circular n.º 01/98 – 5.ª SECEX/TCU (Requisição de Documentos e Informações), de 31/07/1998.

Em prosseguimento aos trabalhos de Levantamento de Auditoria determinados pela Portaria n.º 015, de 29/06/1998, com fulcro nos artigos 42 e 87 da Lei n.º 8443/92, solicita ao SERPRO para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis forneça informações sobre a utilização de benefícios fiscais diversos.

O SERPRO promoveu a entrega de todas informações solicitadas, utilizando-se do Ofício DP – 811/1998, de 31/08/1998, para a competente resposta.

f) Ofício - Circular n.º15/98 – SEGECEX – T.C.U., de 16/09/1998.

Encaminha ao SERPRO o “Relatório de Atividades do T.C.U.”, que atesta o conjunto de ações, funções e atividades desempenhadas pelo Tribunal no 2.º Trimestre de 1998.

Sentindo-se honrado em receber o mencionado relatório do T.C.U., o Diretor-Presidente usou o Ofício DP – 893/1998, de 13/10/1998, para agradecer a SEGECEX o envio do material, bem como destacou os principais pontos positivos desempenhados pela Egrégia Corte de Contas, as quais servirão de exemplo para as atividades internas de auditoria no SERPRO.

4.4.2.3 – Atendimento à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda (CISSET/MF).

a) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 – Capítulo 01.00.00 (Organização Básica) – subitem 6.1.2.

Em atendimento a norma epigrafada, o SERPRO procedeu o envio à CISSET/MF dos resumos das ocorrências, recomendações e providências tomadas pelos órgãos auditados durante o período de janeiro a dezembro de 1998, comunicando àquela Secretaria de Controle Interno do MF sobre as respectivas quantidades de homens/dias utilizados nos trabalhos de campo e elaboração dos respectivos relatórios:

| Período | Expedientes | Homens/Dias Utilizados |
|----------------|--|---|
| Jan. a Mar./98 | Ofício E. CD/AUDIG – 147/98, de 22/04/1998 | 549 |
| Abr. a Jun./98 | Ofício E. CD/AUDIG – 160/98, de 31/07/1998 Ofício E. CD/AUDIG – 175/98, de 29/09/1998 | 1.755 |
| Jul. a Set./98 | Ofício E. CD/AUDIG – 182/98, de 27/10/1998 | Total incluído no resumo do 4º trimestre. |
| Out. a Dez./98 | Ofício E. CD/AUDIG – 028/99, de 29/01/1999 | 3.042 |
| | Total | 5.346 |

b) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 - Capítulo 5 – Operacionalidade – subitem 5.3.

Por meio do expediente E.CD/AUDIG – 181/1998, de 23/10/1998, O SERPRO procedeu a entrega do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI/1999, devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal na 9ª reunião, realizada em 25/09/1998, nos termos do subitem 6.2 – IN/STN n.º 02, de 15/08/1996;

c) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 – Capítulo 04.00.00 (Controles Internos) – item 14.

Mediante expediente E.CD/AUDIG – 027/98, de 29/01/1998, a Auditoria Geral procedeu o encaminhamento do “Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAAAI”, correspondente ao exercício fiscal encerrado em 31/12/1997, em cumprimento aos termos da norma em referência;

d) Ofício – Circular COAUD/CISET/MF/Nº 0412/1076, de 12/08/1996.

Com a finalidade de dar conhecimento à CISET/MF sobre as informações prestadas pela Empresa ao Tribunal de Contas da União (T.C.U.), foram-lhe enviadas as seguintes correspondências:

Ofício AUDIG/CD – 142/1998, de 11/03/1998.

Atendimento ao Ofício de Diligência n.º 052/98, de 17/02/1998, emitido pela 8ª SECEX – T.C.U., contendo as justificativas necessárias a posição do SERPRO em considerar improcedentes os pleitos de impugnações do Edital preparado para a Concorrência n.º 12.0021/97 (Regional Brasília), feitos pelas empresas MULT MÓVEIS Ltda. e RGM Comércio e Indústria de Fios e Tecidos Ltda.;

Ofício AUDIG/CD – 173/1998, de 03/09/1998.

Atendimento aos Ofícios Nºs: 160 a 164/1998, datados de 17/08/1998, emitidos pela 8ª SECEX – T.C.U., justificando possíveis excessos de remunerações recebidas por dirigentes do SERPRO;

Ofício AUDIG/CD – 174/1998, DE 04/09/1998.

Levando ao conhecimento da CISET/MF sobre a resposta feita junto a 8ª SECEX – T.C.U. sobre a suspensão de pagamentos, a partir do mês de outubro de 1998, dos valores que excederam o limite imposto pela LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias, atendendo determinação do Tribunal constante do item 2 – letra “c” – Ofício 8ª SECEX n.º 107/1998, de 19/05/1998 (prestação de contas do exercício social de 1993/1994).

e) Ofício COAUD/CISET/MF/Nº 0593/1032, de 03/12/1997.

Encaminha ao SERPRO o Relatório e Certificado de Auditoria n.º 83/97, bem como o correspondente Parecer de Avaliação de Gestão e Pronunciamento Ministerial, que tratam de resultado dos exames realizados sobre os atos e fatos de gestão praticados no período de 01/07/1996 a 30/06/1997, solicitando a determinação de providências no sentido de atender as recomendações ali consignadas.

Mediante Ofício CD/AUDIG – 001/1998, de 02/01/1998, a Auditoria Geral enviou os esclarecimentos prestados pela Superintendência de Administração – SUPAD, através do memorando n.º 015/97, de 24/11/1997, preparado por ocasião do atendimento aos termos do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 02, de 28/03/1996, da Secretaria Federal de Controle, feito pelo Ofício DP – 1442/1997, de 24/11/1997.

f) Ofício COAUD/CISET/MF/Nº 0190/0242, de 15/05/1998.

Encaminha ao SERPRO cópia da minuta do Relatório de Auditoria de Gestão, referente ao exame do processo de prestação de contas relativo ao Balanço Social Especial de

01/07/97 a 31/12/97, solicitando a concordância ou os esclarecimentos complementares aos fatos abordados.

Através do Ofício AUDIG/CD 151/1998, de 22/05/1998, a Auditoria Geral enviou os esclarecimentos solicitados, bem como as providências que foram tomadas em relação as situações sintetizadas no tópico II do Relatório de Auditoria da Ciset/MF.

g) Ofício COAUD/Ciset/MF/Nº 0062/0070, de 02/02/1998.

Para cumprimento da missão de proceder auditoria sobre a Prestação de Contas do SERPRO, relativa ao Exercício Social Especial de 01/07/97 a 31/12/97, designou equipe composta dos servidores Marco Túlio Bernardes Fonseca, Péricles Francisco A. Magalhães e Moisés Maciel Carvalho.

O resultado dos trabalhos foi enviado ao SERPRO pelo Ofício COAUD/Ciset/MF/Nº 0251/0318, de 25/06/1998, contendo o Certificado de Auditoria n.º 026/98, de 26/05/1998, opinando pela Regularidade, com ressalvas, da gestão dos administradores.

h) Ofício DIAZA/COFIC/Ciset/MF/Nº 0029/0127, de 11/03/1998.

Solicita encaminhamento dos seguintes itens que integram o contrato de prestação de serviços entre o advogado Pedro Paulo Pereira Nóbrega (CPF n.º 028.872.584-00) e o SERPRO:

- cópia do contrato;
- cópia do parecer jurídico que fundamentou a referida contratação;
- razão da escolha do advogado contratado; e
- justificativa do preço.

Pedido atendido pelo Diretor-Presidente do SERPRO, mediante remessa pelo Ofício DP-315/1998, de 22/03/1998.

A Ciset/MF após analisar o assunto enviou ao SERPRO o Ofício DIAZA/COFIC/MF/Nº 0121/0552, de 26/10/1998, validando a contratação feita.

i) Ofício COAUD/Ciset/MF/Nº 0198/0249, de 20/05/1998.

Solicita a liberação de 02 (dois) auditores da Empresa, com o objetivo de integrarem as equipes incumbidas de realizar trabalhos, de forma compartilhada, nas Regionais São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente nos períodos de 25/05/98 a 19/06/98 e 01/06/98 a 19/06/98.

Os resultados dos trabalhos foram entregues ao SERPRO mediante os seguintes documentos:

Regional Belo Horizonte – Ofício COAUD/Ciset/MF/Nº 0357/0464, de 15/09/1998, cujo relatório não registrou qualquer irregularidade nos controles internos da Regional auditada;

Regional São Paulo – Ofício COAUD/Ciset/MF/Nº 0372/0490, de 28/09/1998.

As impropriedades registradas no relatório foram corrigidas pela Regional auditada, tendo a Auditoria Geral levado ao conhecimento da Ciset/MF pelo Ofício E.CD/AUDIG – 183/98, de 10/11/1998.

j) Ofício DIAZA/COFIC/CISET/MF/Nº 0094/0441, de 31/08/1998.

Solicita o encaminhamento à CISET/MF de cópia dos seguintes elementos, vinculadas a aquisição de 160 notebooks junto à IBM do Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços, no valor total de R\$ 925.114,20:

- Cópia do parecer que fundamentou a referida contratação;
- Razão da escolha do fornecedor; e
- Justificativa do preço.

O SERPRO atendeu a solicitação, com a remessa através do ofício SUPAD – 022/1998, de 11/09/1998.

4.4.2.4 – Relato sobre a fiscalização e o controle exercidos sobre o SERPROS – Fundo Multipatrocinado, sucessor do Instituto SERPRO de Seguridade Social - SERPROS (Portaria n.º 503, de 21/09/1998 – SCP/MPAS).

Durante o período de janeiro a dezembro/1998, o SERPRO, na qualidade de principal entidade patrocinadora do Fundo em referência, conforme dispõe o parágrafo primeiro – artigo 2º - Deliberação n.º 16/77, do Conselho Diretor, passou a contribuir com a taxa de 13,1705 % sobre a remuneração mensal dos empregados participantes do respectivo plano de benefícios, em atendimento ao parágrafo único – artigo 2º - Lei n.º 8.020, de 12/04/1990, e regulamento firmado pelo Decreto n.º 606, de 20/07/1992, artigo 2º, conforme aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC/MPAS) constante do Ofício n.º 638/SPC/CGRA/COA, datado de 25/09/1997, que acolheu o disposto no item 5 da Informação n.º 002/COGEF/SPO/SE/MF, de 20/05/1997 e Decisão SEST/MPO – 262/97, de 25/08/1997.

Os repasses financeiros da entidade patrocinadora para o Fundo Multipatrocinado, condicionados a contribuição descrita no parágrafo anterior e realizados durante o exercício social de 1998, respeitaram a diretriz fixada no Inciso II – artigo 22 da Lei n.º 9.473, de 22/07/1997 (Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1998), como pode-se notar no demonstrativo existente nas “Notas Explicativas” ao Balanço Patrimonial do SERPRO, apurado em 31/12/1998.

Relativamente aos trabalhos de auditorias e outros exames realizados durante o período de janeiro a dezembro/1998, foram feitas inspeções de rotina nos controles internos do extinto Instituto SERPRO de Seguridade Social - SERPROS, quer no atendimento da Lei n.º 6.435, de 15/07/1977, bem como decorrentes de exigências estatutárias (Conselho Fiscal), assim distribuídas:

a) Auditoria Externa Independente (Lei n.º 6.435/1977 – artigo 47).

Fernando Mota & Associados, empresa contratada para a realização dos exames das demonstrações contábeis do ano de 1998 e cálculo das Reservas Matemáticas, sendo responsável pela expedição do Certificado de Auditoria integrante do processo de prestação de contas do SERPROS, correspondente ao Balanço Patrimonial de 31/12/1998;

b) Procedimentos Atuariais (Lei n.º 6.435/1977 – artigo 43).

Trabalhos realizados pela assessoria atuarial interna, a qual passou ser responsável pelos cálculos e acompanhamento das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e, ainda, pela emissão do Parecer

Atuarial sobre o Balanço Patrimonial do SERPROS, levantado em 31/12/1998;

c) Conselho Fiscal (artigo 52 do Estatuto do extinto Instituto SERPRO de Seguridade Social – SERPROS).

Responsável pelos exames mensais dos demonstrativos financeiros, bem como da documentação administrativa que respaldou suas aprovações e/ou solicitações de providências necessárias ao aprimoramento dos controles internos, devidamente registradas em Atas;

d) Auditoria da principal entidade patrocinadora (SERPRO) – Lei n.º 6.435/1977 – artigo 35 – Inciso II – alíneas C e D – parágrafo primeiro.

Durante o período de janeiro a dezembro/1998, foi realizada auditoria pela mencionada patrocinadora nos controles internos do extinto Instituto, no cumprimento da Lei em referência, previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI/1998. A análise realizada pelos auditores observou o processo por amostragem e abrangeu a verificação dos supracitados controles internos entre julho/1997 a maio/1998, não sendo registrado qualquer fato considerado relevante que viesse comprometer o desempenho da administração do Instituto.

4.5. - SEGURIDADE SOCIAL

O Instituto de Seguridade, instituído pelo SERPRO para gerir planos de concessão de pecúlios, rendas e benefícios suplementares à Previdência Oficial, obteve aprovação de seu novo estatuto por parte da Secretaria de Controle das Estatais e da Secretaria de Previdência Complementar. Esse novo estatuto introduz alterações significativas em sua forma de atuar, e, por isso, o Instituto passou a denominar-se SERPROS - Fundo Multipatrocinado. Essa medida objetiva reduzir a dependência de um único patrocinador, de gerir simultaneamente diversos planos de benefícios, além de preparar para as tendências da reforma previdenciária e obter melhor performance em cada plano, com a diluição dos custos administrativos. Já implantado o novo estatuto, buscam-se novas patrocinadoras.

Sob o enfoque norteador do novo estatuto, foi aprovado o Regulamento Básico, com o fim de estabelecer direitos e obrigações das patrocinadoras, participantes e beneficiários do SERPROS - Fundo Multipatrocinado.

Na relação com a patrocinadora SERPRO, foi aprovado o Regulamento Complementar que normaliza o Plano de Benefícios SERPRO II, com importantes inovações no custeio do plano: as contribuições passam a ser definidas com base nos benefícios esperados (contribuição definida) e as patrocinadoras e participantes concorrerão de forma paritária na composição do fundo.